

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA**  
**ATA N.º 03/2020**  
**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO**

- Presidente:** - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Outras presenças:** - *A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues e pelos Senhores Vereadores:*
- *Orlando Ferreira Pires*
  - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
  - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
  - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
  - *José Miguel Romão Cunha*
  - *Sílvio António dos Santos*

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

**Informações da Mesa da Assembleia Municipal.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Dado já haver quórum, começo por cumprimentar todos os Senhores Deputados presentes, a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, bem como aos Senhores membros do público. Muito bom dia a todos, vamos então dar início à nossa Sessão. Esperamos, mais uma vez, tal como ontem, ter um dia produtivo e funcional. Por falar em funcional, revelou-se que toda a montagem deste auditório foi bastante bem definida, foi devidamente estudado e não posso deixar de dar uma palavra de apreço aos colaboradores da Câmara, nomeadamente na pessoa do Senhor *Ricardo Pires*, que tiveram este trabalho enorme, mas que se mostrou muito eficiente. Obrigado por isso.

Dá-me a sensação que estamos a trabalhar sem risco, que estamos bem distribuídos pelos lugares, sendo esta uma das nossas preocupações primárias nesta altura, para além dos assuntos que temos o dever de aqui tratar.

Dado não podermos usar do recurso de ar condicionado da sala, isto torna-se pesado, ontem notava-se um desgaste muito grande por parte de todos. Assim, vamos tentar trabalhar mais rapidamente os assuntos para ver se conseguirmos em menos tempo dar por concluída a nossa Sessão.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente, bom dia.

Feita a chamada passo à ordem das restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído por *Hélder Armando Ruivo Castelo*;

Senhora Presidente da Junta de Freguesias de Múrias *Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso* é substituída por *Patrícia Paula Ruivo dos Santos Romão*;

A Senhora Deputada *Sandra Cristina Bento Gomes* é substituída pelo Senhor Deputado *Paulo Jorge Pereira Afonso*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *José Eduardo Evaristo Cabanas* é substituído por *Rui Alexandre Ramos Pires*.

**Registo de Faltas.**

*Sandra Cristina Bento Gomes, José Manuel de Lemos Pavão, Joaquim António Morais Clemente, José Eduardo Evaristo Cabanas, Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso, Marlene Margarida Grifo Baptista e Carlos Manuel Pilão Cadavez.*

**Apresentaram justificação de Faltas:**

- *Sandra Cristina Bento Gomes*: Sessão de 06 de junho de 2020.
- *José Manuel de Lemos Pavão*: Sessão de 06 de junho de 2020.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 06 de junho de 2020.
- *José Eduardo Evaristo Cabanas*: Sessão de 06 de junho de 2020.
- *Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso*: Sessão de 06 de junho de 2020.
- *Marlene Margarida Grifo Baptista*: Sessão de 06 de junho de 2020.
- *Carlos Manuel Pilão Cadavez*: Sessão de 06 de junho de 2020.

**DELIBERAÇÃO:** A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

## 1.º Período de Intervenção do Público

### 1 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pergunto junto do público quem é que se quer inscrever para intervir?

Registo uma inscrição do público.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Cá estou mais uma vez para desmentir ou desmontar aquilo que o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* disse ontem aqui na presença desta Assembleia.

Tenho aqui o resultado do laboratório das análises do Cachão em que diz que a água para estar boa para consumo e para cheirar tem de estar com PH de 3% e não de 6,5%, nem 9% como o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* diz. Também tenho aqui um papel facultado pelo Senhor *Agostinho Beça* que diz exatamente a mesma coisa: cheiro - 25 graus, 3% - PH, sabor - 25 graus - 3%.

As análises que fomos fazer ao Cachão não é como diz dia 25, foram dia 26. Não sei onde é que o Senhor deve andar. Fale em números, fale em datas corretas, não se ponha a inventar, porque o “ser automaticamente”, já lhe disse ontem que não tem o direito de ferir a minha idoneidade. O Senhor não me conhece, tem que me respeitar como eu o respeito a si, porque o Senhor para o lado que vem, vem mal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor *Manuel Brízido*, não lhe posso permitir esse tipo de linguagem. Chamar mentiroso a um Membro do Executivo quebra todas as regras da boa educação.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado, peço desculpa.

Isto não pode ser, andar aqui a tentar fazer-me passar no meio desta Assembleia por um “trouxa”, por um “mentiroso”. Mentiroso é você. Isto não pode ser...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor *Manuel Brízido*, não lhe posso permitir esse tipo de linguagem. Chamar mentiroso a um Membro desta Assembleia quebra todas as regras da boa educação.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez peço desculpa.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Se o volta a repetir, vou ter que lhe retirar a palavra.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito bem, peço desculpa mais uma vez.

As coisas têm que ser desmontadas como têm que ser desmontadas e não tentarmos andar a inventar, porque uma coisa é certa e quero aqui dizer perante esta Assembleia. Quem tinha que se ocupar destas coisas - infelizmente que não se ocupa, tenho que ser eu a ocupar-me - era o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cobro. Foi por isso que as pessoas o elegeram como Presidente e não o faz. Não tinha por que ser eu a fazê-lo, mas o Senhor Presidente só pensa em fazer certas e determinadas coisas, como quer, como lhe apetece e para quem quer. É por isso que, não há muito dias, foi chamado ao Tribunal para prestar declarações e não vai ficar por aqui. Foi ele, foi o Secretário e a Presidente da Mesa da Assembleia.

Que fique aqui bem claro, os resultados estão aqui e diz assim: “Resultados: não estão em conformidade com o Decreto-Lei, de 27 de agosto...”. Está aqui automaticamente a rúbrica da Dr.ª *Antonietta*. Mais, há outra coisa. É que tive o cuidado de ligar para o laboratório do Cachão e perguntar à D. *Teresa Saldanha* se alguém da Câmara tinha perguntado, na pessoa do Senhor Vice-Presidente, se ela respondeu que nós tínhamos recolhido a água ou não, o que me foi dito é que isso não é verdade. Se não é verdade, é mentira. Acho que percebi ontem ao Senhor Vice-Presidente *José Cunha* que tinha ligado para lá.

Também lhe queria perguntar e que me esclarecesse se, realmente, quando dei este alerta da água, se foi fazer uma visita ao Cobro aos reservatórios da água ou não, porque isso ontem também não percebi bem e gostava que me esclarecesse.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Relativamente a esta questão da água de Cobro, entendo as preocupações do Senhor Município *Manuel Brízido*. Sei que tem sido feito todos os esforços no sentido de monitorizar a qualidade da água. Os Técnicos estão a acompanhar a situação, a Câmara Municipal, o Executivo, o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cobro têm estado a acompanhar a situação. Portanto, aquilo que lhe posso dizer é que, sem colocar em causa as suas afirmações e em respeito por aquilo que diz relativamente às análises, é que tem sido feito um acompanhamento e uma monitorização por parte dos serviços da Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais.

Estou em crer que pela competência dos Técnicos desta Divisão, pela forma cuidada com que reportam os dados à Entidade Reguladora e pelo facto, também, das Autoridades de Saúde não terem levantado qualquer questão relativamente à qualidade da água, uma vez que são sempre reportados todos os dados das análises oficiais efetuadas, estou em crer que não é uma preocupação a qualidade da água, uma vez que tem sido feita a monitorização.

Como ontem foi explicado, há sempre questões que são acompanhadas pelos Técnicos, por isso, o dia-a-dia do abastecimento de água pública é uma responsabilidade muito grande, como sabem todos aqueles que participam nestas atividades, quer a Câmara Municipal, quer as Juntas de Freguesia que estão ainda com esta competência.

Agradecer a sua intervenção e a sua preocupação, mas dizer-lhe que as entidades competentes estão a acompanhar a situação. Portanto, é um assunto que vai continuar a ser monitorizado por todos.

## Antes da Ordem do Dia

### 2 - Período Antes da Ordem do Dia.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Apesar de vivermos tempos estranhos, há um esforço em manter o mais possível a normalidade. O fim do ano escolar aproxima-se no seu término e como representante desta Assembleia no Conselho Municipal de Educação venho dar-vos conta do trabalho executado neste órgão.

No dia 25 de setembro, o Conselho Municipal de Educação reuniu para debater o início do ano letivo, nomeadamente o fim das obras na Escola Secundária e na Escola Básica do Fomento. Verificados alguns constrangimentos ainda existentes nestes edifícios para o decurso normal das atividades letivas, depois de analisados, todos os conselheiros se pronunciaram favoravelmente ao adiamento da transferência dos alunos do Piaget para o Fomento, dado o espaço exterior não oferecer todas as condições de segurança.

Fez-se a análise da portaria 275/2019, de 27 de agosto, que cria e regulamenta as condições de funcionamento das Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola, de forma a garantir o sucesso escolar e desportivo dos alunos/atletas. Numa Escola Inclusiva, este normativo visa validar e potenciar a diversificação, a flexibilidade e a inovação pedagógica na gestão dos respetivos currículos, em linha com os princípios orientadores definidos no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. Para tal, possibilita a adoção de métodos e percursos individuais de aprendizagem, em cooperação e articulação com clubes e federações desportivas, e com recurso à monitorização entre pares, garantindo, igualmente, a gestão dos períodos de ausência e o ajustamento dos ritmos e processos de aprendizagem. Neste contexto, considera-se imprescindível a conciliação da carreira dupla dos alunos-atletas, de modo a garantir a equidade, a personalização e a flexibilidade no acesso aos processos de aprendizagem, de acordo com os princípios vertidos no Decreto-Lei n.º 54/2019, de 6 de julho, de modo a fazer face à diversidade das necessidades destes alunos. As medidas a adotar a este propósito exigem, igualmente, a articulação entre os diferentes intervenientes nos sistemas desportivos, designadamente Diretores, Treinadores, Médicos e Psicólogos.

O Vereador da Educação, Prof. *Orlando Pires*, informou os presentes que estava em curso a transferência de competências, no setor da Educação, para Órgãos Municipais e Intermunicipais. No nosso concelho far-se-ia neste ano escolar.

Foi ainda debatida a rede escolar, considerando todos os conselheiros que seria benéfico para o sucesso educativo o desdobramento do Agrupamento de Escolas de Mirandela em duas Unidades Orgânicas possibilitando aos órgãos de gestão uma maior proximidade com os seus utentes.

E porque em Educação, se trabalha para o futuro, a pandemia obrigou a que o Conselho Municipal de Educação reunisse em videoconferência para aprovar a rede de transportes escolares para o ano letivo de 2020/2021.

Foi analisado o Decreto-Lei n.º14-G de 2020, de 13 de abril, que estabelece as medidas excepcionais e temporárias na área da Educação, no âmbito da pandemia.

Neste âmbito, em estreita colaboração da Câmara Municipal com o Agrupamento de Escolas de Mirandela, foi possível aos alunos mais carenciados continuarem a usufruir de refeições escolares confeccionados na cantina da Escola Sede. Os filhos dos profissionais de Saúde estão a ter aulas presenciais na Escola Secundária.

Nesta reunião foi-nos comunicado que a Câmara Municipal iria ceder, a título de empréstimo, computadores a todos os alunos que usufruem dos escalões A e B da Ação Social Escolar.

A distribuição fez-se de imediato com o empréstimo de computadores disponíveis na Câmara Municipal e no Agrupamento de Escolas, para os alunos do 12.º ano, seguindo-se os outros em ano de exames e concluiu-se com a entrega aos alunos do 1.º Ciclo.

Num universo de 2400 alunos,

Total de pedidos de empréstimo: 352 alunos (15% do total do universo de alunos).

Total de empréstimos: a 295 alunos (equivale a 84% dos pedidos) - (equivale a 12% do total do universo de alunos).

Não foi possível emprestar equipamentos a 16% dos alunos (todos sem escalão ASE).

Foi considerado apenas 1 aluno por agregado familiar.

Foram distribuídos um total de 295 equipamentos. Desse total 49% (145) reverteu para alunos que usufruem do Escalão A, distribuídos por todos os ciclos, 16 alunos do ensino secundário, 38 alunos do terceiro ciclo, 39 alunos do segundo ciclo e 52 do primeiro ciclo.

Aos alunos que usufruem do Escalão B foram distribuídos equipamentos a 36, correspondendo a 13% dos empréstimos. Assim, foram distribuídos 4 computadores a alunos do ensino secundário, 9 a alunos do terceiro ciclo, 7 do segundo ciclo e 18 a alunos do primeiro ciclo. Saliento, ainda, que neste Escalão deu-se resposta a todos os pedidos efetuados.

Por fim, foi ainda emprestado equipamento a 112 alunos sem escalão - equivale a 38% dos empréstimos.

Foi, ainda, efetuada uma reunião extraordinária, no dia 23 de janeiro, que teve como objetivo a análise da rede escolar, o funcionamento do ano letivo e fazer o ponto de situação na descentralização de competências no âmbito da Educação.”

Para que tudo funcionasse, foi imprescindível uma rede que se estabeleceu com a PSP que entregou documentos em suporte escrito, antes de haver computadores aos diversos alunos que não tinham meios informáticos.

Termino esta intervenção no ponto “Outros Assuntos de Interesse para o Município”.

----- A Senhora Deputada Municipal *RITA MESSIAS* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Com esta minha intervenção, quero reforçar a atenção para uma realidade a que assistimos, cuja tendência é para aumentar.

Neste momento Portugal é o 3.º País da União Europeia com um maior índice de envelhecimento e com tendência para ficar em 1.º lugar nos próximos anos.

Entende-se por índice de envelhecimento, a relação entre o número de residentes com 65 anos ou mais, que são considerados idosos, por 100 jovens até aos 15 anos.

O índice de envelhecimento em 2018, segundo o PORDATA, em Portugal era de 157,4, na UE 132,3 e em Mirandela 259,7. O que significa que por cada 100 residentes até aos 15 anos, há 259,7 idosos.

Só para nos situarmos em comparação com o passado, em 1960 o índice de envelhecimento em Portugal era de 27, ou seja, por cada 100 jovens, havia 27 idosos. Em 2001, em Mirandela, era de 132, ou seja, em praticamente em 20 anos duplicou.

Se compararmos em valores absolutos e, face à população residente de Mirandela em 2018 que, segundo a PORDATA, é de 21.886 residentes, a percentagem de idosos em relação ao total de residentes, em 2018 é de 22%, que corresponde a 6.088 pessoas.

Este aumento significativo do índice de envelhecimento, com tendência a aumentar deve-se, entre outros fatores, ao aumento da esperança de vida, que é atualmente, a média de 80,78 anos.

Sobre este aspeto muito havia a dizer, mas quero centrar-me, acima de tudo, na necessidade de mudança de paradigma e da perceção acerca das pessoas idosas.

Começo por falar no preconceito contra as pessoas idosas, conhecido pelo conceito de “idadismo” “ageísmo” ou “gerontofobia”.

Vários estudos indicam que a sociedade portuguesa é “idadista”. 53% dos portugueses consideram a discriminação pela idade muito frequente na sociedade portuguesa no estudo feito pelo Eurobarómetro em 2009.

De facto, os idosos estão sujeitos a discriminação, acesso desigual a oportunidades, solidão, segregação social, pobreza, distribuição de riqueza assimétrica, violências, violação de direitos humanos e as Mulheres são mais penalizadas ao serem duplamente oprimidas face a critérios de eterna beleza e jovialidade.

Tomar consciência das diferentes manifestações que o *idadismo* pode assumir na nossa sociedade é essencial para que possamos delinear políticas adequadas que permitam combater a disseminação deste tipo de atitudes.

Mirandela já tem diversos programas para a promoção do envelhecimento ativo, e destaco aqui alguns de grande relevo: o voluntariado; o programa aconchego; programas de atividade física; a Universidade Sénior, que é um exemplo significativo e, desde já, dou os meus parabéns ao Professor *Pedro Beato*, pelo excelente trabalho que tem desenvolvido, sendo ele também um

exemplo incrível de envelhecimento ativo e bem sucedido. Mas, importa reforçar e alargar a todos. Deste modo, lanço aqui o desafio a esta autarquia para fazer a candidatura à certificação de Cidade Amiga do Idoso da Organização Mundial de Saúde.

Mirandela, de facto, já tem várias condições, mas ainda pode melhorar mais.

Em termos práticos, uma cidade amiga das pessoas idosas, adapta as suas estruturas e serviços, de maneira a incluir e tornar as situações mais acessíveis a pessoas mais velhas, com diferentes necessidades e capacidades.

Envelhecer é inevitável, pois é um processo de desenvolvimento normal do ser humano, mas ter um envelhecimento bem sucedido é possível! Contudo, não depende apenas da própria pessoa, é preciso criar políticas públicas na comunidade que favoreçam esta situação.

Também cada um de nós, dentro da nossa esfera de ação, podemos estar atentos a estas problemáticas e proporcionarmos as melhores condições para um envelhecimento bem sucedido e a desconstrução de preconceitos, junto da nossa rede de influência.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Vou começar a minha intervenção, já se falou aqui em alguma coisa ontem, mas vou só clarificar.

Relativamente à bolsa de materiais, lamento a demora da entrega do pedido que foi feito já a 09 de janeiro de 2020. De facto, o protocolo assinado com as Juntas de Freguesia, na cláusula terceira, no ponto 2, diz o seguinte e passo a citar: “ (...) 5000,00 € em materiais e equipamentos, entre outros, a cada uma das Freguesias, mediante solicitação dirigida por escrito ao Primeiro Outorgante com a antecedência mínima de 15 dias, sobre a data pretendida para a entrega na sede da Segundo Outorgante.” Fim da citação. Já passaram cinco meses.

Depois, temos o ponto 3 que diz o seguinte e passo a citar: “Pode o Primeiro Outorgante, adiar o fornecimento dos bens pretendidos, fundamentado em razões adversas de mercado, respeito pelas regras de contratação pública, entre outros.” Fim da citação.

Em suma, estamos reféns do Executivo. Se entregar até 31 de dezembro de 2020, está dentro daquilo que está protocolado, mas em 2021, ano de eleições autárquicas, também será assim Senhora Presidente? Quer assumir aqui perante esta Assembleia qual é o mês como máximo para a entrega dos materiais às Juntas de Freguesia referentes ao ano de 2021?

Em relação à muralha junto do cemitério de Frechas, já é a quinta vez que falo nesta matéria na Assembleia, mas não vou voltar a falar. Vai ou não vai ser feita a demolição, visto que esta muralha está construída num local considerada no projeto do loteamento de São Miguel, área de lazer de utilização pública e junto de um portal histórico de 1716 que seria a casa do cura? Inclusivamente, há pareceres dos Técnicos da Câmara Municipal no sentido da sua demolição. Se a demolição não se verificar até ao final do mês de julho, a Junta de Freguesia vai avançar com uma queixa à Direção Regional de Cultura do Norte.

Para quando a limpeza do loteamento de São Miguel em Frechas? No coração da aldeia dá muito mau aspeto. O risco de incêndio é eminente para as casas envolventes, sendo esta limpeza da responsabilidade da Câmara Municipal, porque tomou posse deste loteamento.

Na Assembleia Municipal de 28 de junho de 2019, alertei a Senhora Presidente para um depósito de milhares de paletes de madeira, travessas de linhas férreas, colchões localizados junto à Estrada Nacional 213 ao quilómetro 60, ali depositados há mais de oito anos. No meu entender, constitui grave ameaça para o ambiente, potenciando o risco de incêndio florestal, colocando em perigo pessoas e bens, como foi confirmado numa visita ao local pela GNR e pela Engenheira da Câmara Municipal. Pergunto: Um ano depois, o que é que já foi feito? Está à espera que haja um incêndio?

A Junta de Freguesia de Frechas fez um pedido financeiro no dia 19 de maio de 2020, no valor de 1.629,00 €, à Senhora Presidente, para a substituição dos vidros do bar da praia fluvial de Frechas, que é património do Município, que foram destruídos pelas cheias no dia 20 de dezembro de 2019. De salientar que este foi o primeiro pedido que a Junta de Freguesia fez nestes quase três anos de mandato. Para surpresa minha, a Senhora Presidente foi célere a responder via *e-mail*, no dia 24 de maio, domingo, pelas 22h44min, onde responde negativamente ao meu pedido, fundamentando a sua resposta no facto de que a Junta de Freguesia tem um subsídio mensal para a conservação do património, complementado com uma bolsa de materiais anual de 5.000,00 €.

Pois bem, tenho visto ao longo do seu mandato atribuição de subsídios de situações idênticas ou até mesmo bem menos adequados e de valores bem elevados, como se pode constatar nas Atas das Reuniões de Câmara. Onde está o critério de igualdade? Ainda ontem a Senhora Presidente afirmou nesta Assembleia que não discriminava nenhum Presidente de Junta.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A minha intervenção vai complementar um pouco a de ontem, porque esta situação da pandemia também demonstrou que a cooperação das comunidades é fundamental para superar este tipo de problemas.

Na constituição da República Portuguesa, na parte em que se dispõe acerca do Poder Local, está prevista a instituição da Organização de Moradores, é assim chamado, que nunca foi regulada e que por isso não existe. A Organização de Moradores serve para quê? Serve para que as próprias comunidades locais se possam organizar. Instituem uma Comissão de Moradores, uma Assembleia de Moradores e assim, nessas pequenas comunidades, se isto estivesse regulado, digamos que as comunidades eram mais autossustentáveis, porque podem, nomeadamente, celebrar protocolos de delegação de realização de tarefas não administrativas, seja com o Município, seja com as Juntas de Freguesia.

Tive a ousadia - não é propriamente ousadia, porque é o Senhor Presidente da República, muito aberto à comunidade - de endereçar uma carta ao Senhor Presidente da República, porque ele tem o poder de suscitar esta questão de inconstitucionalidade por omissão ao Tribunal Constitucional. Contudo, acho que poderia a Assembleia Municipal, é esse o repto que deixo ao Senhor Presidente da Assembleia e deixo à consideração de todos, contribuir para despoletar este processo, porque acho que todas as comunidades



tinham a ganhar se isto fosse regulado. Seria bom para quem se dá bem com o Executivo, nas Juntas de Freguesia, mas também para quem entende ter um outro papel que não pode, porque não exerce aquelas funções, pois podiam efetivamente reunir-se e contribuir para a comunidade que é isso que mais interessa. Era esse o meu repto.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Fradizela *MANUEL FIGUEIRA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Um pouco em contraciclo e repondo um pouco, em meu entender, porque as intervenções são sempre pessoais e fruto de uma visão pessoal, tinha que fazer a intervenção que vou fazer.

“Ontem ocorreram aqui algumas intervenções que mostraram, quanto a mim de modo claro, como a política é cruel e injusta quando tão bem se maneja aquela retórica de “dar uma no cravo e outra na ferradura”.

Ontem os Presidentes de Junta foram os heróis de um tempo pandémico. A Câmara (com especial enfoque na sua Presidente, Dr.ª *Júlia Rodrigues*) essa tudo o que fez é reduzido a nada por subtração daquilo que não fez.

Bem podem a Presidente da Câmara, os seus Vereadores e toda a Proteção Civil dedicar às causas e às situações horas a fio que o saldo é zero, se não for negativo. Bem pode a opinião pública louvar a forma como se combateu, por exemplo, esta pandemia no concelho de Mirandela, que para alguns Senhores Deputados há sempre um “mas” no fim de cada linha e outro... e outro...

Bem podem as Juntas de Freguesia ver duplicar os seus meios financeiros, porque isso não merece mais atenção que uma simples vírgula fora do lugar numa qualquer Ata e os gestos de aprovação são tão cautelosos que não acordam sequer o sono mais leve.

Porque em política para uma Oposição que respeita a possibilidade de ser Governo, o que importa, usando o tal método de “uma no cravo e outra na ferradura”, é que as reentrâncias relevem mais que as saliências.

E se alguém classifica de bom o trabalho, o bom trabalho é um bajulador.

Eu, como Presidente de Junta, que apenas desconfinava quando era necessário para satisfazer necessidades pessoais ou dos meus fregueses mais necessitados (em medicamentos e géneros alimentícios), estava confinado, mas não abandonado. Sabia o que tinha que fazer, quem tinha que contactar quando a situação a enfrentar exigia o uso de meios que a Junta não tinha. Desde a Câmara à Proteção Civil, ao Delegado de Saúde, às Forças de Segurança, aos Bombeiros, fui sempre atendido e muitas vezes contactado para apenas indagarem se estava tudo bem.

Não me revejo nada nesse choradinho de que as Juntas foram abandonadas à sua sorte. Pelo contrário, se as Juntas de Freguesia foram elogiadas pelo trabalho que desenvolveram é porque tinham os meios e as diretivas para o fazer, sinal de que a proclamada descoordenação não existiu. Esta é a minha opinião.

E o mínimo que se pode fazer, tanto mais que as coisas correram bem, é dar mérito a quem o tem, é respeitar quem pôs em risco de saúde e quem deu tanto do seu tempo a esta causa. Aspetos a melhorar há sempre, mas não se faça da exceção regra.

Termino com a inquietante interrogação de uma citação que vem muito a propósito e que ontem foi aqui trazido pelo Senhor Deputado *Pedro Beato*, cujo sentido é mais ou menos este:

São os olhos das estátuas que são de pedra ou são os nossos olhos?”

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *LUÍS ESTEVES* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Ontem falou-se muito dos Presidentes de Junta, falou-se um pouco das Uniões de Freguesia e das Freguesias antigamente.

Como tive o privilégio de pertencer à Freguesia de Barcel, neste momento estou a liderar a União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, tenho a minha opinião em relação às Uniões de Freguesia e passo a dizer que, neste momento, o que acho em relação às Uniões de Freguesia é que é uma mentira virtual, não é o que parece.

O que é que se destaca pela positiva nas Uniões de Freguesia? O envelope financeiro.

Destaca-se perante os outros, por vezes é falado, é comentado, mas na minha forma de ver, se repararmos no envelope financeiro, se o dividirmos pelas três Freguesias, se retirarmos os 10%, é igual. Fomos classificados como aldeias tipo A... O que quero dizer é que o que se ganha não compensa a parte financeira.

Posso dizer que temos várias percas, sendo uma em relação à bolsa de materiais. São três as Uniões de Freguesia, se tivéssemos direito à bolsa de materiais como era antigamente iríamos receber 15 mil euros de material. Simplesmente recebemos 5 mil euros. Concordei, tudo bem, mas esta é a realidade. Íamos passar a receber 15 mil euros, mas só recebemos 5 mil euros. Aquela população ficou privada de vários membros de Junta de Freguesia, tinha nove compensações, só passou a ter três, que acho que era uma mais-valia e em relação às bolsas de materiais ficamos a perder 10 mil euros por ano, que ao fim do nosso mandato são 40 mil euros.

Se repararmos, e eu sempre achei que aquela zona sempre foi a parte pobre do concelho, nestes últimos anos. Enquanto se faziam obras em outros pontos do concelho, nós fomos sempre os últimos.

Mais uma vez, com a questão das Uniões de Freguesia, se repararem, a União de Freguesias de Barcel começa no termo da Bronceda - São Pedro de Vale do Conde - Marmelos - Valverde da Gestosa - Barcel - Longra, havendo uma perca de 10 mil euros por ano. Depois, começa logo a União de Freguesias de Avidagos, que tem o Navalho, Pereira, Avidagos, Palorca, Carvalho e acontece-lhe o mesmo, 10 mil euros. Temos também a União de Freguesias de Franco e Vila Boa que tem uma perca de 5 mil euros por ano. Se juntarmos estas três Uniões de Freguesia, que são vizinhas, há uma perca por ano de 25 mil euros, ao fim do mandato de quatro anos, são 100 mil euros. É muito dinheiro.

Para mim, isto é uma mentira virtual, porque nós, Presidentes de Junta, temos menos tempo para a população. É de “loucos” o tempo que roubo à minha família, no bom sentido, para poder satisfazer as necessidades da União de Freguesias, ainda mais nesta

fase da pandemia. Contudo, correu tudo bem, graças a Deus, e estamos aqui, porque queremos. Podia-me demitir, mas estou aqui porque quero e porque gosto de ser Presidente de Junta.

Em relação aos problemas da minha União de Freguesias, estão todos a ser resolvidos com os gabinetes próprios que começam sempre pelo Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, estarão em alguns gabinetes dos Técnicos e também de alguns Vereadores.

A questão da água de Marmelos, acho que é um caso único no Concelho de Mirandela, não temos distribuição de água em Marmelos. Temos rede de saneamento, temos canalização, mas não temos água, não temos tanques. Inclusive, já demos a solução à Câmara Municipal de Mirandela. Temos na aldeia pessoas com 80 anos que ainda vão ao fontanário buscar a água para fazer a sua alimentação, para tomar banho e temos aquelas pessoas com mais posse financeira que têm furo, mas quando falha a luz não há água. Acho que é um caso que se deveria resolver.

Quanto à água de Valverde da Gestosa, que por vezes sai turva, demos conhecimento aos Técnicos, foi-nos dada uma solução, porque desconfiamos que o problema possa ter a ver com furos das populações que por vezes, sem querer ou de propósito, possam por água na rede. Foi-nos dada a solução da mudança de todos os contadores em Valverde da Gestosa, porque esses contadores teriam uma válvula de retenção e iria fazer com que a água não entrasse na rede.

Relativamente à sinalização da estrada 154, a sinalização vertical não existe e falta informação das localidades. Aquelas localidades têm turismo rural, tanto São Pedro de Vale do Conde, como Barcel. Temos o centro de desporto de São Pedro de Vale do Conde e há dificuldade, por vezes, ir para aquela zona. Também no cruzamento dos Avidagos falta lá uma placa que diga “Barcel - Longra”.

Em relação ao circuito escolar de 2020/2021, o circuito de Barcel tem cerca de 40km e nove paragens, na qual está incluído Eivados, já fiz essa referência também. O percurso de Pai Torto, circuito n.º 16, simplesmente tem cinco paragens e 30km. Quanto a este último, a Senhora Presidente está aqui e poderá dizer alguma coisa a esse respeito, acho que não há alunos, só vai lá aos dias de feira, não tenho a certeza. Contudo, este circuito é curioso. O autocarro começa em Pai Torto, vai a Suções, a Lamas de Orelhão, a Passos e depois vem para trás outra vez. Tenho a noção que se o autocarro começasse em Lamas de Orelhão - Passos - Suções - Pai Torto - Eivados fazia menos quilómetros e resolvia o problema.

----- O Senhor Deputado Municipal *PEDRO BEATO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Não tinha previsto fazer esta intervenção, mas vou fazer, porque ontem o Senhor Deputado *António Figueiredo* falou num ponto que acho absolutamente importante para Mirandela. Falou no Senhor Arquiteto *Albino Mendo*.

Vou dizer muito pouco, mas tenho aqui o livro da tese, é uma produção da Câmara Municipal, uma oferta, e é notável ler este livro. Está tão bem escrito, mostra tanto de Mirandela, mostra tanto a importância do Arquiteto e do que necessitam saber as pessoas que decidem quando há intervenções nas casas para que essas intervenções não prejudiquem o património.

Vou dar um exemplo: o Senhor Arquiteto *Albino Mendo*, para além das muitas qualidades que teve como cidadão em Mirandela, tem várias fases da sua obra. Uma primeira fase que vai de 58 a 65, que é uma fase curiosa em que aparecem edifício de três e quatro pisos com uma zona para unir familiares e comércio no baixo, a varanda, o terraço, a cor e a porta ganham uma importância muito grande, sendo aspetos que não deveriam ser alterados sempre que houver uma pretensão de alteração.

Contudo, na fase 66 a 78, quando olhamos para as obras do Senhor Arquiteto *Albino Mendo* compreendemos as épocas e os problemas sociais e é isto que acho extraordinariamente interessante. Aliás, o Senhor Arquiteto deveria ter uma sala no Museu de Mirandela. Por exemplo, em 66 a 78 houve bairros habitacionais novos, migrações de pessoas para a cidade, um crescimento das aspirações, uma nova geração, uma cultura de massas, uma valorização do papel da mulher, uma melhoria geral dos hábitos da Educação e do bem-estar, veio o TV, o telefone, a rádio, a imprensa, o que implica novos desejos, novos hábitos no dia-a-dia. É curioso que tudo isto vai fazer aumentar o preço.

O Senhor Arquiteto *Albino Mendo*, por exemplo, isto é um exemplo muito simples e muito importante, na sua consciência social, ligada ao Partido Comunista, põe em prática a participação ativa numa terra pobre e sem investimento público. Faz projetos de “borla”, faz projetos a baixo preço, usa materiais de construção que lhe permitam ainda mais baixar o preço.

Queria dizer isto, porque quando olhamos para uma obra de arquitetura, temos que ter estes aspetos em consideração, porque no programa a seguir, de 79 a 94, a sociedade de Mirandela vai-se alterar. A própria televisão com os seus programas de informação e cultura, os *shows* de entretenimento, cores e dramatismos despertam novas memórias, novas alegrias e novos medos nas pessoas.

A indústria de criação de novas necessidades de bens de consumo e a consciência do desejo generalizado das pessoas, vai abrir um caminho para a lógica do rendimento e reparem que vão aparecer novas casas, novas construções com aspetos muito interessantes numa nova dinâmica do Senhor Arquiteto *Albino Mendo*. É curioso repararmos, por exemplo, no reforço da entrada dos edifícios, na associação dos elementos entre a porta, toda a zona de entrada e o *hall* de entrada vão ganhar um sentido simbólico muito interessante, que faz parte daquela cultura e que não pode ser alterado, por isso é que o Senhor Arquiteto *Albino Mendo* tem que ser visto, tem que ter uma sala para compreendermos estas coisas.

Reparem, por exemplo, desde a Rua da República onde está todo aquele aspeto do croché até à Avenida Camilo de Mendonça onde aparece um prédio em que é chamado “Edifício da Felicidade”, pois tem um trevo de quatro folhas. O Senhor Arquiteto em todos os seus edifícios, em todas as suas obras tem sempre a preocupação de relacionar a família com a comunidade e de dizer que aquela família é feliz. Este símbolo que está em todas as varandas, como se fosse o avental da pessoa quando vai à varanda, significa sorte numa pétala, significa esperança na outra, significa amor na outra e significa sucesso na outra. Isto é a felicidade.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Sei que faz parte da Política ter a capacidade de responder sem responder, mas também faz parte de quem está a ouvir as respostas considerar que não foram respondidas.

*[Handwritten initials and marks]*

Ontem coloquei várias questões durante a manhã e a tarde, as mesmas questões, respondeu a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Vice-Presidente, mas nenhum deles me respondeu às questões de forma objetiva. A única resposta que me deram foi que o projeto da Ribeira D'Aila não "há por onde lhe pegar". Sei qual é a razão da resposta e o fundamento, sendo que nesta situação tive uma resposta objetiva.

Perguntei sobre os pontos de luz, que foi a Câmara que nos solicitou, não perguntei se a EDP estava ou não a ser eficiente e quanto tempo é que levava a colocar os pontos de luz. Perguntei qual foi o caminho que a Câmara deu aos pontos de luz que nos pediu para referenciarmos. O que queria saber é se a Câmara deferiu ou não, para a EDP, a colocação dos pontos de luz.

Falei também da calçada na Rua da Avenida - é assim que se chama, parece um contrassenso, mas existem razões que isso aconteça - mas nem a Senhora Presidente, nem o Senhor Vice-Presidente, quer de manhã, quer da parte de tarde, falaram sobre a calçada. Se me disserem "Não, a calçada não vai ser composta", nunca mais coloco a questão da calçada. Quero saber se está a ser equacionada ou não, de alguma forma, a recolocação da calçada.

Sobre a autoestrada, coloquei três questões numa só sobre a autoestrada. Questionei se tem havido ou não, ou se continua a haver negociações com os responsáveis pela autoestrada em relação ao cumprimento dos trabalhos que deveriam ter feito e não fizeram, como o caso de alcatroamento de caminhos e a própria manutenção dos caminhos. Isso deverá estar fundamentado, que eles ficaram de fazer a manutenção desses mesmos caminhos. Falei também numa placa que se comprometeram a colocar na autoestrada com o nome "Ribeira D'Aila", onde passa a ribeira. Contudo, a Senhora Presidente não respondeu absolutamente nada destas questões. Respondeu apenas à questão do projeto da ribeira.

Também questionei sobre o polidesportivo, inclusivamente, até referi que iria ao Franco o *Quim Barreiros* no verão e que existe uma parede no polidesportivo que está completamente desnivelada, em risco de cair e se tiver uma pressão vai cair de certeza absoluta. Este é um problema que já vem de há muitos anos. Portanto, não foi causado por esta Câmara nem por esta Junta, é a natureza das coisas que assim acontece. O certo é que nunca foram reparadas.

Se eventualmente não obtiver resposta objetiva a estas questões, continuarei, como sempre, a colocá-las.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Trazia aqui apenas quatro questões que pretendia ver respondidas.

Iniciaram-se os trabalhos das faixas de gestão de combustível, nas Estradas Municipais, já fiz essa menção para os serviços, que não vejo estar a ser cumpridos os 10 metros que a Lei determina. Não sei se nesta primeira fase vão só executar aquilo que está feito ou se vão efetivamente alongar e fazer o cumprimento da Lei, daquilo que está definido em termos de 10 metros.

O mesmo se aplica também na gestão da Estrada Regional ou considerada a Estrada Nacional 315. Deparei-me com algo que é extremamente interessante. Fui a Alfandega da Fé, há 15 dias atrás, do Cruzamento do Mouco para cima - é assim que é considerado quando chegamos lá cima ao cruzamento - as faixas de combustível até Alfandega da Fé estão sobejamente executadas, tem mais de 10 metros. Do Mouco para baixo, quando vimos para Mirandela, é praticamente apenas a largura do pente do trator. Não sei se a empresa que faz o trabalho é a mesma, sei que a concessionária da estrada é a mesma, a adjudicatária é a mesma, só não consigo entender porque é que se aplicou um critério para o lado de cima e não se aplica um critério para o lado de baixo.

Acho que a Câmara, nomeadamente no papel da Proteção Civil, tem de ter um papel ativo e tem de ver o que se está a passar com isso.

Quero também deixar outra questão. Ontem falou-se muito da iluminação. Tenho visto na estrada 315 uma equipa de topografia a fazer o levantamento da estrada. Sei que é uma adjudicação que é feita pelo Estado, chegamos a dar um contributo, através de um *e-mail* que nos foi pedido, daquilo que entendíamos ser necessário executar na estrada e gostava de ter algum *feedback* da parte da Câmara sobre o que é que a Infraestruturas de Portugal deixou relativamente a isso.

Quanto à quarta questão, há cerca de dois anos fomos todos chamados a uma reunião aqui e demos o nosso contributo relativamente aos quilómetros que tínhamos de caminhos agrícolas. Penso que seria para fazer a gestão dos caminhos. Este é o meu sétimo ano de mandato e nunca tive o trator que faz a debastagem do monte na minha Freguesia. Disseram-me sempre que aquilo obedece a uma rota, mas o que sei é que em sete anos esse trator nunca lá esteve. Estamos a ter inúmeras queixas relativamente ao amontoado de silvas que começam a aparecer. Não sei qual era a pretensão da Câmara naquela altura quando pretendeu o levantamento, se é efetivamente fazer um plano de intervenção ou se é para fazer uma transferência de competências para nós e eventualmente fazermos a gestão, mas era importante que existisse um plano de ação. Está-se a prever que este ano seja um ano muito seco, já há até informação por parte da União Europeia de que podemos estar num ano de risco máximo de propagação de incêndios e gostaria de obter uma resposta relativamente a esta situação.

Para finalizar, já que andamos aqui a fazer citações, também gosto muito de citações e pedia-vos desculpa por aquilo que vou citar. "Eu simplesmente gosto de ser eu. Gosto mesmo. Sem modéstia, sem aparência, sem falso moralismo. Eu poderia ser meigo, eu poderia ser comportado e moldado pela sociedade, eu poderia ser até um príncipe. E com certeza poderia ser a pessoa mais agradável do mundo, mas não. Eu prefiro ser eu mesmo. E sinto que isso incomoda muita gente... Sinto muito."

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Ontem o Senhor Presidente, como houve um equívoco entre mim e ele, portanto, ele disse que hoje dava para falar em relação àquilo que tinha para dizer.

Tenho o direito de resposta em relação àquilo que a D. *Antónia Carvalho*, na Assembleia Municipal de dezembro disse, que na Rua de S. Tiago estavam dois edifícios em estado grave. Eu estava a falar para um colega do lado e a Senhora Presidente ficou furiosa



comigo, não sei porquê, e começou a tratar-me de uma forma que não acho cordial da parte dela também. Tanto a Bancada do PS, como a Mesa veio a dizer que era uma pura realidade, era uma constatação.

Isto é um direito de resposta. Já dizia o seu camarada *Mário Soares*: “A política é um fardo”. E continuava: “Eu sou simples, não sou vaidoso, não estou sempre a posar para alguém, não me sinto deslumbrado, digo aquilo que penso e que me apetece, porque não quero fazer passar gato por lebre.” E é isso que eu faço.

Vou-me dirigir à Senhora Presidente da Câmara.

O vitimismo, na sua tendência obsessiva, é o holocausto, o pedantismo, a falta de ética republicana, parece-me a sua predestinação. A Ex.<sup>a</sup> é a profetisa da “verdade”, que é o bem, quem é o mal, mas tem falta de anunciação, de pensamento imaculado para contagiar o meu, “o mau, o sem ética, o demagogo, o perro-velho, o malcriado, o mal-educado, não sou sincero. A Ex.<sup>a</sup> é sincera, é digna, é transparente, é tudo. Não ultrapassa os limites, fica irritada. Vou pedir à Bancada do PSD, ao seu Presidente que retratem o malfeitor, porque sou eu, Ex.<sup>a</sup>, que estou farta desse malfeitor. Que regularize o Senhor Presidente a situação.

É evidente que ninguém, a esta hora, está para aturar um homem assim. Um louco. “Sou profundamente mal tratada” - palavras dela, da Ata - pelo mau, pelo louco, pelo “lobo”. Aparece a anunciação “este assunto deve ser avaliado pelo Senhor Presidente”, mandar-me para a rua. Se sua Ex.<sup>a</sup> foi eleita pelo povo de Mirandela, o “lobo mau”, o “louco” também foi eleito. Os acólitos políticos batiam palmas.

Vou concluir Ex.<sup>a</sup>. Está até aos cabelos farta de mim. Nunca soube o que é lutar pela liberdade. Eu lutei, sem saber, quando ia levar casacos aos sábados aos clientes do alfaiate, em que levava o “avante” dentro do forro do casaco. Estou à espera que me arranjem uma maneira de eu me calar. “Isso é armar ao pingarelho, é armar aos cucos”.

Sua Ex.<sup>a</sup>, a sua capacidade política para ocupar este cargo não é para me mandar calar, é um fado. Aguenta o fardo, não aguenta o fado, mas o povo é quem decide, Senhora Presidente.

Senhor Presidente da Assembleia, quem não sabe estar na política é aquele que não luta com carácter e frontalidade.

46 anos depois grito aqui nesta Assembleia Municipal: “Viva a Liberdade”.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Obrigado Senhor Deputado. Já que se dirigiu a mim e já que falou de personagens da nossa história mirandense, deixe-me acrescentar o seguinte. Aprovo aquilo que o Senhor Deputado diz, o grito pela Liberdade, na íntegra. Também aprendi alguma coisa com o Alfaiate. Ainda era eu muito jovem, mas havia algo que ele me dizia: “Nós podemos ser combativos, sem deixar de ser coerentes.” Nós devemos ser combativos, sem deixar de ser verticais e devemos ser sempre combativos, mas ao mesmo tempo ser corretos.

Acho que esta é uma grande lição, uma lição que eu também aprendi e naturalmente o Senhor Deputado aprendeu ainda mais profundamente que eu pela sua ligação com ele. É isso que devemos levar para a frente.

Por vezes o método e a forma precisa ser ajustado. O combate político que venha, é sempre bem-vindo, mas por vezes a forma é que pode variar e nós só temos que nos adaptar uns aos outros, depois tudo é fácil. Aliás, temo-nos ajustado. As coisas têm melhorado e acho que estamos a viver um clima muito mais pacífico, muito mais ético e isso é que é importante.

Senhor Deputado *António Figueiredo*, muito obrigado pela sua intervenção.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *ANDRÉ GERALDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Ontem houve aqui uma série de intervenções acerca do problema mundial que estamos a atravessar que, a meu ver, está muito longe de ter uma resolução à vista. Penso que a nível nacional e mesmo a nível da Europa tem-se andado a brincar um pouco com a situação. Em minha convicção, é a minha mera opinião pessoal, até que haja prova do contrário, para mim, este vírus foi programado em laboratório, assim como a própria vacina quando vier será a mando de quem preparou o vírus. Pode-se comparar esta situação um pouco com os vírus informáticos. Os Senhores que nos vendem os programas para combater os vírus nos nossos computadores são os mesmos que vão inserir os vírus mais tarde.

Houve várias felicitações ao Executivo, também quero congratular a Senhora Presidente e a Proteção Civil. Ninguém estava à espera de uma situação destas, fizeram o melhor que puderam, os meus parabéns também.

Articulei da melhor forma o problema, para mim, no fundo, não foi nada de novo. Quero falar diretamente para o Senhor Presidente de Junta de Alvites, *Eurico Carrapatoso*, pois veio ontem maravilhar-se de que não fazia ideia da posição de ser Presidente de Junta no meio rural. Tenho pena que só agora com a Covid-19 as pessoas se apercebam do que é a nossa posição nas nossas terras pequenas, porque não precisei da Covid-19 para vir com as pessoas a consultas médicas, não precisei da Covid-19 para ir buscar medicamentos às farmácias para os mais carenciados e não precisei da Covid-19 para emprestar dinheiro pessoal - não da Junta de Freguesia - para essas pessoas comprarem os próprios medicamentos. É triste que só agora com a Covid-19 é que muita da população reflete aquilo que é a nossa posição nas nossas terras pequenas com poucos cidadãos.

Quero também felicitar quem organizou a nossa posição na sala, está tudo muito bem construído, mas há um apelo que vou fazer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e também à Senhora Presidente da Câmara. Foi uma barbaridade o final da Sessão da Assembleia Municipal de ontem. Tudo muito bem organizado e depois foram todos juntos assinar os documentos. Isso foi um contrassenso de tudo o que se passou aqui ao longo da Sessão. Toda a gente a felicitar, a dizer que estava tudo muito bem e outra coisa. Estava tudo muito bem, mas ninguém se lembrou dos colaboradores que foram imparáveis aqui todo o dia a desinfetar os micros, como está a fazer hoje. Eles é que mereciam uma grande salva de palmas ao fim da Sessão. Peço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que hoje ao fim da Sessão se bata uma grande salva de palmas.

Quando ontem se pediu um minuto de silêncio ausentei-me. fi-lo propositadamente. Acho que não tem grande cabimento, porque nem só os mais poderosos economicamente é que têm direito a ser nomeados numa Assembleia, porque senão passávamos as Assembleias todas a fazer minutos de silêncio por várias pessoas. Acho que há coisas que não têm grande cabimento.

*[Handwritten initials and marks]*

Houve ataques políticos da parte do Senhor Deputado *Paulo Pinto* que depois teve contrarresposta da Bancada do PS, acho que não fica bem de um lado nem do outro. O socialismo só acaba quando termina o dinheiro dos outros. Acho que se olharmos para a “manjedoura, lá de baixo, central”, tanto faz que esteja lá a cor política A, B como C, a “tralha” é toda a mesma. Tanto é que as cadeias tanto são feitas para os corruptos do PS e do PSD, estão lá todos, não se “mordem”.

Uma coisa é certa. Recordo-me numa reportagem de uma das nossas televisões, penso que foi na última candidatura a que o Senhor Dr.º *Mário Soares* se propôs a Presidente da República, alguém o interrogou, na altura estava cá a Troika, e ele disse barbaramente à Comunicação Social - há registos, não sei se foi na TVI ou na SIC - por causa da dívida que tínhamos, “não paguem”. Foi a resposta do Senhor. Agora, o socialismo só acaba quando terminar o dinheiro dos outros. A direita também “vamos e viemos”, cada um no seu canto e “não levantar muito as orelhas”.

Tenho outros assuntos, mas continuarei em momento oportuno.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Vou tentar ser resumido, vou ver se consigo, para que a Assembleia não seja muito demorada.

Por força de tentar ser resumido, não vou referir os temas que me trazem aqui, vou só referir que na Ata da última Assembleia Municipal, nas páginas 40 e 41, sobre dois pontos em que versei a minha intervenção e depois na página 46 está presente a resposta da Senhora Presidente que vou referir muito resumidamente. Quanto à questão colocada, referiu: “Vou fazer-lhe chegar, tal como à Assembleia Municipal e à Junta de Freguesia”. Depois, noutra resposta à questão que coloquei e que versa dessa Ata, diz: “Este é um processo em que temos todas as peças e todas as condições para poder fornecer ao Senhor Deputado Municipal e à Assembleia Municipal”.

Atendendo a que o período de pandemia, que ainda estamos a ultrapassar, alterou rotinas, entendo que não teria sido oportuno disponibilizar estes documentos, mas agradecia que logo que seja possível a Senhora Presidente não deixe cair isto no esquecimento e que traga à Assembleia Municipal este esclarecimento.

Dar também aqui um pouco de voz àquilo que o Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, *Luís Esteves* veio aqui trazer e que é uma coisa que de facto eu peço ao Executivo da Câmara Municipal que olhe para isto com vontade de o resolver. Vou dizer o quê. Nomeadamente, a sinalética das Freguesias, a sinalização vertical das Estradas Municipais e digo isto, porque o sinto várias vezes e quem é caçador provavelmente sente-o ainda mais. Por vezes damos connosco a ir para jornadas de caça, para algumas zonas longínquas, em que levamos algumas referências, agora com o GPS já não nos perdemos tanto, mas por vezes andamos ali de volta e não vemos uma simples placa a identificar a Freguesia, a aldeia ou a anexa que procuramos. Os marcos históricos que vamos tendo em termos de património ninguém sabe onde são, anda-se de volta, pergunta-se a A, B, C ou D.

Não sei se é possível fazer uma candidatura a fundos comunitários para esta situação, mas mesmo que não seja possível fazê-lo, é uma obra de muita validade para nós, que habitamos o concelho, mas nomeadamente para quem nos visita. Acarinar o Turismo é isto. Temos que saber mostrar aquilo que temos e passa por sinalética.

Quero também dizer aqui uma coisa que, em boa justiça, acho que temos de o fazer ou, pelo menos, eu tenho que o fazer. As Assembleias, e como alguns Senhores Deputados que me antecederam o foram referindo, tem vindo a melhorar substancialmente a forma como elas decorrem. Fiquei muito contente da forma como decorreu a Assembleia Municipal de ontem e estou certo que também ficarei muito contente da forma como decorrerá a de hoje.

Há uma coisa que disse lá fora ao Senhor Secretário *José António* e não tenho problema em o partilhar com a Assembleia. Há mais cuidado da nossa parte, é verdade, mas para isto também tem contribuído muito a postura da Senhora Presidente, que adotou uma postura muito mais objetiva, e que ainda pode melhorar, muito mais objetiva nas respostas às questões colocadas, sem sarcasmo e sem incitamento a respostas por vezes mais calorosas. É isto que se pede ao “bom pastor”.

Se todos tivermos esta atenção vamos ainda conseguir que estas Assembleias Municipais tenham mais elevação e os assuntos aqui trazidos sejam discutidos com mais ênfase.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Senhor Presidente, a minha intervenção antes da Ordem do Dia tem a ver com aquilo que nós somos quando estamos na Oposição e aquilo que depois fazemos e defendemos quando estamos no Executivo Municipal. Uma vez eleita, a sensação que temos é que tudo o que foi dito para trás foi branqueado.

Senhora Presidente, falou tão mal dos parquímetros do Senhor Ex-Presidente *António Branco*, porque é que agora foi logo a correr abrir os parquímetros ainda em plena crise Covid-19, se bem que os comércios retomam a sua atividade, quando sabia, na altura, que os parquímetros eram uma exigência do projeto do URBCOM, que a ACIM se candidatou, e que nas áreas intervencionadas, junto dos comércios, havia a exigência de que fossem taxados os estacionamento fixos nessa área intervencionada?

Senhora Presidente, confinou tão bem a Câmara Municipal de Mirandela que colocou em casa os Jardineiros da Câmara Municipal de Mirandela, aqueles que sempre trabalharam ou que trabalham sempre, com Covid-19 ou sem Covid-19, altamente protegidos que depois vê-se obrigada, assim se apercebeu nas redes sociais das reclamações da população, a pagar horas extraordinárias a colaboradores da Câmara Municipal, ao sábado, como contratar uma empresa de fora do concelho.

Senhora Presidente da Câmara, com o chumbo da proposta do PSD, os mirandenses saíram a perder. Voltamos novamente à água. A proposta do PSD contemplava um benefício na fatura da água na ordem dos 500 mil euros. A proposta que a Senhora Presidente fez aprovar apenas contemplou um benefício de 250 mil euros e fê-lo pela seguinte razão: apercebeu-se que o GAM no mês de abril não estava a receber o pagamento das faturas da água e sob pena de ter um problema igual ao do anterior Executivo,

isto é, no mês de maio haver duas faturas de água para pagar, não teve outro remédio senão oferecer o pagamento da água do mês de março na fatura de abril.

E mais, quando foi da negociação da nossa proposta, o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* disse declaradamente na videoconferência que fizemos: “então é só a água que nos divide?”, a Senhora Presidente não quis mais, não teve mais interesse em explorar esse diálogo, até porque a sua proposta inicial podia dizer assim - não ia abrir o jogo - “era só a atribuição ou isenção da taxa de disponibilidade caudal e a taxa de saneamento”.

Para dizer o quê? Que a proposta aprovada foi titubeada por quem tinha que dar benefícios e preocupado com o impacto que eles pudessem ter no Executivo, mas depois de aprovada, em plena Covid-19, no âmbito da sua propaganda política teve todo o gosto em fazer uma conferência de imprensa no dia a seguir, quando a Oposição estava completamente confinada.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em resposta às questões que foram colocadas, começo por fazer este enquadramento inicial de tudo aquilo que foi dito aqui, a quem agradeço todas as intervenções, porque todas elas são um contributo para a nossa governação que queremos rigorosa, transparente e capaz de resolver os problemas que temos em mão.

É impossível em três anos resolvermos todos os problemas do concelho. São problemas em que alguns se foram acentuando e outros que já existem há 20 anos, 15 anos ou 10 anos. Portanto, aquilo que posso dizer é que tem sido feito um grande esforço, junto dos Senhores Presidentes de Junta, também com os Senhores Vereadores, no sentido de podermos, mesmo em fase Covid-19, resolver todos os problemas. De qualquer forma e fazendo jus a algumas intervenções, foi um esforço meritório de todos os colaboradores do Município nesta fase de pandemia.

Relativamente à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *Luísa Deimãos*, fez aqui, e bem, o resumo de tudo aquilo que foi decidido em Conselho Municipal de Educação. Como sabem, temos em mãos um processo de descentralização de competências no âmbito da Educação que é um processo difícil, moroso e que vai trazer muito mais trabalho a todos aqueles que estão envolvidos. Tem havido uma monitorização de toda a descentralização com a DGEstE, com o Agrupamento de Escolas e com a Câmara Municipal, no sentido de que também os colaboradores - Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos - do Ministério da Educação transitem para os quadros da Câmara.

Tínhamos inicialmente o prazo até 2021 da descentralização de competências, optamos por fazê-lo este ano, já foi aprovado em Assembleia Municipal, dado que durante o ano de 2021 temos eleições autárquicas, por isso, não queremos, de forma alguma, colocar em causa este processo para que esta transição seja uma transição pacífica, coordenada e capaz de que tudo corra bem.

Em relação aos computadores que foram cedidos por contrato a todas as famílias, congratulámo-nos pelo esforço que foi feito por todos, no sentido de incluirmos 100% dos alunos do Escalão A e B, os mais necessitados. Estamos a falar de 295 equipamentos e *routers* de acesso à Internet em todo o concelho. De facto, a Educação é uma das nossas prioridades, como não pode deixar de ser, para que tenhamos um concelho desenvolvido, basta ver o investimento que foi feito na conclusão de todas as obras e empreitadas nas escolas em que tínhamos um grave problema de infraestruturas. Da totalidade das escolas fica a faltar a Escola Luciano Cordeiro, com problemas estruturais graves e que se acentuaram nos últimos anos, dada a idade daquela infraestrutura. Também a ESPROARTE que está agora sedeada no Instituto Piaget e a Residência de Estudantes S. Miguel que também precisa de uma intervenção. Esta negociação também foi feita a nível da DGEstE, no sentido de eles também poderem apoiar estas intervenções. Só a Escola Luciano Cordeiro andarà à volta, não há projeto, mas andarà à volta de 1,5 milhões de euros, o que faz com que haja um investimento muito grande.

Relativamente à Senhora Deputada *Rita Messias*, dizer-lhe que o índice de envelhecimento é das questões mais preocupantes no nosso interior. No concelho de Mirandela temos um índice de envelhecimento de 259,7 o que acentua a importância que temos de dar à população mais idosa e à qualidade do envelhecimento. Tínhamos a atividade física nas Freguesias, que agora suspendemos, mas temos também elaborado juntamente com o Pelouro do Desporto várias iniciativas para podermos assegurar que o envelhecimento de todos é de qualidade, é capaz de trazer felicidade aos mais idosos e também este espírito de bem viver e da qualidade de vida que temos nas nossas Freguesias, Vila e Cidade. Também aqui a Universidade Sénior tem feito um trabalho de excelência, já estão sedeados numa instalação condigna, portanto, também disso nos orgulhamos.

A “Cidade Amiga do Idoso” e a candidatura que a Senhora Deputada propôs vai ser analisada pelos serviços competentes e falo nomeadamente daqueles que tratam de todas as ações relacionadas quer com o voluntariado, quer com a Ação Social e tudo aquilo que vai estar na ordem do dia para fazermos essa candidatura.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, agradeço as questões que colocou. Quanto à bolsa de materiais, como é sabido e foi ontem explicado, está a haver o concurso público para a aquisição. A Contratação Pública, neste momento, tem vários processos de adjudicação, refeições escolares para o próximo ano letivo de todos os Agrupamentos, temos várias candidaturas aprovadas no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e temos também o Aeródromo. Quanto a este último, quero partilhar convosco a capacitação para receber os aviões da Proteção Civil que agora estão instalados, o centro de meios aéreos que foi deslocalizado de Vila Real para aqui e que vai permitir também, como permitiu no ano passado, que o combate aos incêndios no nosso Concelho e no nosso Distrito seja mais eficaz e mais rápido, permitindo que as áreas ardidas sejam menores. É um investimento ainda acentuado, praticamente 50 mil euros, mas sabemos que é um investimento para que o combate aos incêndios em áreas rurais seja mais eficaz, porque estão mais perto, sendo mais rápido esse combate. O trabalho dos Sapadores Florestais tem sido também importante, nesta fase de pandemia estiveram muito alocados à Proteção Civil, sendo que agora retomaram a atividade da limpeza das áreas protegidas.

Quanto ao Protocolo com as Juntas de Freguesia, não considero que estejam reféns do Executivo, foi um protocolo de autonomia das Freguesias. Em relação às transferências, este ano, também já foi anunciado que aumentamos significativamente as verbas, portanto, no valor total no estádio do Município, para as Juntas de Freguesia vão ser transferidos 2.399.174,75 €. Isto faz com que esta autonomia seja partilhada por todos e que é uma forma de gestão das Juntas de Freguesia que para nós foi uma boa decisão.

*[Handwritten initials and marks]*

O mês para entrega dos materiais está dependente de contratação pública, portanto, como todos sabem, são processos que, dependendo do valor em causa, obrigam a concurso público. Nesta fase tem havido alguns concursos que ficam desertos, muitas vezes pela incerteza dos próprios Fornecedores, Empreiteiros e Fábricas fechadas, daí que têm existido algumas empreitadas, pelo menos uma que fizemos que ficou deserta, sendo que este problema está a existir em todos os Municípios pela incerteza dos dias, pelos nossos fornecedores de materiais que estiveram em confinamento. Estamos a viver uma fase única, particular e difícil para todos.

Em relação à muralha do cemitério, como sabe, porque tem estado em todas as visitas, este é um problema que já não é de agora, é um problema já com muitos anos, foi construída esta muralha, desconhecemos porque é que foi construída naquele local, porque era um loteamento privado e é sugerida a demolição. Vamos continuar a acompanhar esta questão. Como sabe, têm existido várias iniciativas para resolver este problema. É injusto também para os Serviços Técnicos dizer-se que nada foi feito, porque está a ser realizado e acompanhado pelos serviços. As soluções, por vezes, não vêm no tempo que são necessárias, mas dizer-se que não se fez nada não é justo e correto para os Técnicos do Município e para nós, Executivo.

No que diz respeito à limpeza do loteamento de Frechas, tenho de confirmar quando é que vai ser realizada.

Quanto à lixeira a céu aberto na Estrada Nacional 213, já existe há vários anos, também é do conhecimento do Senhor Presidente que foi feita uma visita, já recebi esta semana o relatório da visita do SEPNA, porque também contactei a GNR no sentido de nos fazerem este relatório. Posso dizer que para além dessa questão, que está associada à insolvência da empresa, também temos a questão na entrada de Mirandela com uma acumulação de lixo que é visível a todos, em que também estamos a tentar resolver com as entidades competentes.

Estou certa que com a insolvência da empresa, com os relatórios de avaliação ambiental que têm sido feitos e porque também nunca houve uma atitude proativa durante estes longos anos para que não houvesse acumulação de mais depósito de resíduos, criaram-se situações bastante graves, sob o ponto de vista ambiental que são crimes também da própria empresa que entretanto entrou em insolvência e agora temos vários administradores de insolvências e isso complicou bastante este processo. Não só o depósito na Estrada Nacional 213, como na entrada de Mirandela onde estava a sede da empresa que temos vindo a tentar resolver. É certo que as entidades competentes estão a fazer um esforço para fazer essa avaliação ambiental e são situações muito graves, sob o ponto de vista criminal.

Em relação às questões dos pedidos de apoios, aquilo que foi combinado com os Senhores Presidentes de Junta foi que os apoios que seriam dados, seriam dados a obras estruturantes nas Juntas de Freguesia. Portanto, neste momento, Frechas que recebia, em 2018, 34.897,00 €, em 2019 recebeu 50.471,00 €, em 2020 irá receber 74.110,00 €, num valor mensal de 2.663,21 €. Quando é solicitada a substituição dos vidros, quando a gestão do património é da Junta de Freguesia, no valor de cerca de 1.800,00 €, consideramos que esse mesmo estava incluído neste pacote financeiro, uma vez que, como foi abordado com todos os Senhores Presidentes de Junta, haveria apoios extraordinários para obras consideradas estruturantes da Freguesia. É esse o critério que temos seguido com todos. Pontualmente, temos dado apoios extraordinários, é verdade, mas para obras consideradas estruturantes. A substituição dos vidros do bar consideramos que pode ser assegurado, sem menosprezar o pedido a que demos prontamente resposta, pode ser considerado no Orçamento de Junta de Freguesia, dado que também têm capacidade financeira para tal.

Como sabe, temos feito um esforço para cumprir alguns compromissos, nomeadamente o Parque Infantil e outras situações que queremos ainda executar neste mandato.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *Eurico Carrapatoso*, dizer-lhe que a Organização dos Moradores e a cooperação entre Entidades parece-me que é uma excelente ideia. Teremos que maturar esta situação e terá a nossa colaboração para tudo aquilo que considerar necessário.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela *Manuel Figueira*, agradecer a intervenção, porque de facto também é importante ouvir outras vozes e que no fundo podem ser vozes importantes de quem também esteve no dia-a-dia, no acompanhamento das populações. Numa altura em que a Política também se faz aqui na Assembleia Municipal e se faz também de forma, julgo eu, bastante injusta para com a Proteção Civil e para com a Câmara Municipal, julgo que também é importante ouvirmos que a situação correu bem, tivemos bons resultados e criticar por criticar, apesar de eu considerar todas as críticas positivas, considero também que é importante fazer este ponto de situação.

Dizer que concordo em absoluto que há sempre aspetos a melhorar e vamos fazer tudo para continuar a melhorar. É por isso que estamos aqui, foi por isso que fomos eleitos e vamos continuar a dar as respostas que podemos, porque também nós temos restrições, não só orçamentais, mas de recursos humanos que são assinaláveis. Apesar de termos, a nível de Proteção Civil, integrado uma série de colaboradores no apoio, de facto os recursos são escassos e as exigências eram muitas, com novos diplomas sempre a ser publicados.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, *Luís Esteves*, dizer que a água de Marmelos é prioritária, como sabe. Infelizmente temos alguns problemas, inclusivamente, não é caso único, temos também aqui a questão da água na Bronceda, temos bairros sem água e sem saneamento. Portanto, como referi, ainda temos muito a fazer. Infelizmente já não há fundos comunitários para estas redes de abastecimento, nem para Estradas Municipais, por isso, tudo aquilo que for feito, tem de ser feito com base no Orçamento Municipal. Como todos sabem, o Orçamento Municipal é limitado e os custos das empreitadas de águas e saneamento, iluminação pública e também das estradas são avultados, face às necessidades e ao Orçamento da Câmara Municipal.

Temos que estabelecer prioridades, mas esta está no Plano Plurianual de Investimentos e está contemplada no Orçamento. Vamos ver se conseguimos executar através da Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais que tem muito projetos para fazer. Têm feito um esforço para conseguir executar os projetos. Sem projetos não podemos fazer a empreitada e para fazer a empreitada temos a Contratação Pública também para trabalhar.

Em relação à sinalização vertical e horizontal das estradas, temos uma rede de estradas com muitos quilómetros e temos muitos locais de interesse que não estão referenciados. Fizemos um concurso público para a sinalética vertical e horizontal de vários locais, uma delas é a estrada de acesso a Valverde, que não está marcada e também está incluída. A Empresa esteve fechada e vamos agora tentar reiniciar as obras de sinalização. Estes trabalhos atrasaram-se três meses, praticamente. Iniciamos a sinalética na Torre de Dona Chama também e a alteração de trânsito que foi conjugada com a GNR, mas houve paragem dos trabalhos por



*[Handwritten initials and marks]*

causa da pandemia. No que diz respeito a marcações, também está contemplado o acesso a Vale da Sancha que ainda não foi concretizado, por estes mesmos motivos.

Quanto às questões das redes de transportes escolares, teremos oportunidade de informar, através dos serviços de Educação, o que é que está previsto para este ano e se podemos, porventura, resolver os problemas que evidenciou nesta intervenção.

Relativamente ao Senhor Deputado *Pedro Beato*, dizer-lhe que o Senhor Arquitecto *Albino Mendo* marcou a cidade, marcou também a minha vida, porque era nosso vizinho. De tudo aquilo que fez, destaco a intervenção social que teve e o reconhecimento da obra meritória que deixou, não só na personalidade, mas também no traço arquitectónico da nossa terra.

Agradecer a intervenção e dizer que tudo faremos para que esta memória seja respeitada, sendo bem merecido.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes*, é verdade que não consigo responder a todas as questões, mas podem acreditar que faço um esforço para responder a tudo aquilo que é questionado.

Obviamente que faço referência à EDP, porque estamos dependentes da EDP para a ampliação da rede de iluminação. Portanto, temos que fazer o processo todo, enviar para a EDP e eles depois têm que fazer um orçamento, enviar-nos o orçamento, aprovarmos esse orçamento e fica-se em lista de espera para a sua concretização. Bem sei que por vezes as respostas são mais demoradas, mas não está nas nossas mãos esta resolução. Posso verificar se todos os orçamentos da União de Freguesias estão contemplados nas empreitadas que estamos a aguardar da EDP.

Em relação às questões da concessionária e da manutenção dos caminhos, julgo que podemos falar nisto durante a próxima semana, no sentido de fazermos um contacto directo com a concessionária para saber o ponto de situação. Por vezes estas empresas são contactadas, mas demoram algum tempo a dar resposta. Houve alguns problemas que já não são de agora, existem desde a construção da autoestrada, porque não cumpriram os contratos e para cumprirmos temos que entrar com um processo em Tribunal ou fazer uma negociação caso a caso com eles e nem sempre temos esta resposta.

Quanto ao polidesportivo, também é um assunto que vamos ter que falar, acho que se trata de um problema que já vem de há muitos anos e estando em risco de queda, obviamente que tem de se fazer uma intervenção. Não sei qual é o custo da intervenção, mas a União de Freguesias pode dar uma ajuda para conseguirmos, em articulação, resolver esta questão.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *António Martins*, no que diz respeito aos trabalhos nas faixas de gestão de combustível, de facto, este ano tudo se atrasou, não só a nível das Estradas Nacionais, como também das Estradas Municipais, por isso, como referiu, a Protecção Civil vai fazer um esforço para cumprir aquilo que são as nossas obrigações. Já iniciamos a limpeza das propriedades públicas e estamos a trabalhar também na União de Freguesias, no sentido de assegurar as faixas de gestão de combustível.

Em relação à iluminação da Estrada 315 e as obras que estão previstas na Estrada Nacional, foi-me garantido pelo Senhor Vice-Presidente da IP que o projeto estaria concluído até ao final de 2019 e que durante o ano de 2020 ia ser lançada a empreitada. De facto, já contactaram a Câmara no sentido de saber onde estão as paragens dos autocarros para fazer a empreitada e há 15 dias também foi contactada a IP, no sentido de nos informarem do início dos trabalhos para que possamos fazer redes de saneamento e águas em que é necessária essa requalificação e não estarmos a abrir valas duas vezes. Ou seja, fámos aproveitar a intervenção da IP para a qualificação da estrada para poder fazer uma intervenção municipal ao mesmo tempo, sem estar a fazer duas obras em tempos distintos, o que iria causar problemas no tráfego da estrada. É uma necessidade, eles conhecem o estado da estrada. Temos outras estradas que precisam desta qualificação, mas foi um compromisso da IP e estava no orçamento deles para este ano. A última vez que falei com eles disseram-me que estava tudo atrasado, por causa da pandemia. Estamos a acompanhar para saber se a obra é lançada.

Relativamente ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, não considero a Política como sendo um fardo, considero a Política como sendo uma atividade nobre. Estes períodos de discussão e debate, dentro do respeito pela opinião de cada um, são fundamentais para que possamos fazer intervenções políticas relacionadas com o concelho e também propor soluções para a nossa governação em conjunto, julgo que é a situação mais apropriada que podemos ter nestas Assembleias Municipais.

Não considero que as questões pessoais, sob o ponto de vista da forma como se fala, como se diz e como se intervém nas Assembleias Municipais, seja uma questão relevante, apesar de considerar que o respeito entre todos é fundamental para que o debate político seja elevado como queremos que aconteça em Mirandela e tudo faço para que isso seja possível.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde, *André Geraldo*, felicitou o Executivo e a Protecção Civil pelo trabalho que foi feito.

Quanto aos ataques políticos, mais uma vez, considerar que é normal em Democracia, a liberdade de expressão dentro dos limites da razoabilidade e da educação são sempre bem-vindos.

Agradecer a intervenção em relação à Covid-19.

Relativamente ao Senhor Deputado *Rui Sá*, quanto à primeira parte da intervenção acerca dos documentos da Assembleia Municipal, terá depois que me fazer chegar essa informação, porque não entendi quais são os documentos que ficamos de enviar. Faça-me chegar, por favor, através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Em relação à sinalética, já respondi. No que diz respeito à candidatura a fundos comunitários, não estão previstos estes projetos de marcação de estradas nem de qualificação de estradas em fundos comunitários. Há alguns anos isto era possível candidatar, mas neste momento não estão contemplados.

Quanto à qualidade das Assembleias Municipais, é o debate que é necessário, é o debate que conseguimos fazer, com intervenções de excelência de muitos dos Senhores Deputados, por isso, estou certa que estamos no bom caminho para que a discussão se centre nas questões do nosso concelho, que são muitas e as soluções também têm que chegar.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, quando estamos na Oposição e quando somos Poder, sempre fui coerente com as minhas posições. Obviamente que quem esteve no Poder e hoje está na Oposição deve ter um conhecimento real do estado financeiro, económico e social do concelho, por isso, mais responsabilidades têm nas afirmações que fazem, porque de facto essa informação existe e deve ser responsável.



*[Handwritten initials and marks]*

As críticas que faz em relação à reativação dos parquímetros não são justificadas, porque com o desconfinamento gradual foi decidido em Comissão Municipal de Proteção Civil que chegou a hora de reativação dos parquímetros. Os parquímetros são uma forma de receita do Município, sendo que estiveram isentos nestes meses por causa da Covid-19, mas têm um duplo objetivo. Por um lado, a regulação do trânsito e, por outro lado, os comerciantes solicitam que fossem reativados com a abertura das lojas comerciais, pelo facto de terem disponibilidade de espaço de estacionamento. O regulamento está em revisão, vamos ter mais duas zonas, pelo menos, a pedido também do Comércio e teremos novidades relativamente aos pagamentos e isenções.

Em relação ao confinamento dos colaboradores da Câmara Municipal, nomeadamente os Jardineiros, foi opção do Executivo parar os trabalhos de jardinagem durante o período de Emergência Nacional por proteção dos próprios colaboradores. A exposição dos Jardineiros está essencialmente no transporte, ou seja, não só na execução das tarefas, mas também no transporte. Não nos pareceria correto, numa fase em que os casos em Mirandela estavam a aumentar, expor os colaboradores a esse risco.

É verdade que os jardins não foram tratados, foi a assunção de um risco, uma despesa extraordinária para a Câmara, mas que nós assumimos. Existindo um caso de Covid-19 entre os colaboradores da Câmara Municipal, como pode ainda existir e entre uma classe profissional, como são os Jardineiros, em que já têm uma idade média bastante avançada, teríamos más notícias para o Município, porque também não conseguiríamos naquela fase retomar os trabalhos. Muitos Jardineiros, a não ser que tivessem condições específicas para não trabalharem, falamos de doentes crónicos ou com problemas de saúde, mantiveram o trabalho, mas de forma faseada e garantindo o distanciamento.

Como as condições de transporte têm que ser obrigatórias para todos, o Executivo determinou que não só os colaboradores que ficaram em teletrabalho, ficaram em casa, e neste momento muitos estão a fazer o horário contínuo e horários desfasados, porque o serviço de Gabinete não permite que estejam juntos a menos de dois metros de distância. Foi essa a opção do Executivo.

Pese embora o rendimento do trabalho dos serviços operacionais tenha descido consideravelmente, assumimos esse risco, porque não consideramos que essa função fosse urgente e inadiável. Logo que foi possível o desconfinamento foi feito o trabalho, é verdade que contratamos uma empresa - não sei qual, porque isso foi um serviço que foi adjudicado diretamente pela Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais - para que em 15 dias pudéssemos ter a cidade e os jardins com a qualidade que sempre tiveram.

Bem sei das críticas, conheço-as, mas todos sabem que os Jardineiros terão os mesmos direitos que os outros colaboradores e quisemos protegê-los do risco de contágio. Fizemos isso para o Gabinete de Apoio ao Município, fizemos isso para os serviços de atendimento e julgo que foi uma excelente decisão, porque conseguimos evitar contágios.

Quanto ao benefício da água e isenção das faturas, as reuniões com os Partidos Políticos foram gravadas, lembro-me que o Senhor Deputado nem quis ouvir a nossa proposta, apresentou a proposta do PSD e disse que não havia espaço para negociação, que vocês iriam apresentar a vossa proposta em sede de Executivo. Portanto, não deu abertura para que houvesse um consenso, que depois acabaram por votar favoravelmente a nossa proposta das medidas excecionais.

Em relação à propaganda política, outra coisa não tem feito o Senhor Deputado que não fazer aqui nesta Assembleia Municipal propaganda política. Não sei se é uma questão de afirmação política no interior do Partido, se é uma questão de nervosismo político relativamente às questões que tem levantado.

Agradecer a intervenção de todos, estou disponível para as questões e esclarecimentos que me solicitarem.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha vida foi passada com o Senhor Arquiteto *Albino Mendo*, praticamente. Há dias falei com o tio do Senhor Vice-Presidente, o Senhor *Rogério*, sou muito amigo dele, e ele tem um espólio esplêndido. Eu tinha a intenção de criar uma Comissão, tentei fazer isso, mas as pessoas não fazem nada por Mirandela, tentei comprar uma loja, criar uma “Fundação Arquiteto *Mendo*”, algo do género, e colocar lá o espólio.

O Senhor *Rogério* dizia-me: “Arquiteto, se conseguir isso, todo o espólio que tenho do Arquiteto *Mendo* vai para essa Associação/Cooperativa”.

Ainda me recordo dos desenhos que ele fazia, tudo à mão, aí é que se vê a capacidade de um Arquiteto, não é o computador hoje, é aquilo que se fazia à mão, aquilo que aprendi com ele a fazer à mão. Eu não faço nada a computador, faço à mão e mando copiar aquilo que eu faço, porque sinto aquilo que faço.

Se a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Vice-Presidente arranjam um espaço, estou certo que o Senhor *Rogério* não se importará de colocar lá aquele espólio. É mesmo muito espólio que ele tem.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer as palavras do Senhor Deputado *António Figueiredo* e dizer-lhe que durante estes três anos não me lembro de ter recebido essa proposta. Fala nos anteriores mandatos, dessa intenção?

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fiz, Senhora Presidente. Fiz! O que estou aqui a dizer já fiz isso e também fiz um regulamento em que a Câmara pagaria 15 mil euros ao melhor projeto de arquitetura de Mirandela. O Regulamento chamava-se “Prémio *Armindo Teixeira Lopes* e Arquiteto *Albino Mendo*”, era dos dois.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em anos anteriores?

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sim, em anos anteriores.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Era só para esclarecer esta questão.

Relativamente à disponibilidade da Câmara Municipal, fizemos um esforço para termos mais espaço aqui neste Centro Cultural, retiramos os Serviços de Educação, que eram serviços administrativos que passamos para outro edifício da Câmara Municipal. Entretanto a ESPROARTE também libertou algum espaço para que possamos tratar o espólio que temos, que ainda não está tratado e que estava localizado nos antigos Bombeiros Voluntários.

Como sabem, esse edifício foi candidatado, tem agora um projeto de requalificação para o Centro Municipal de Proteção Civil. A semana passada veio a aprovação desse Centro Municipal de Proteção Civil, é uma obra de 240 mil euros, financiado 85%, julgo. Esse espólio vai ser todo transferido para o Centro Cultural.

Obviamente que com estes novos espaços no Centro Cultural, em articulação com os Serviços de Cultura, podemos fazer uma área dedicada, julgo que é importante ficar sedeada num espaço cultural, num espaço digno e num espaço que possa ser visitado também com outro espólio que temos, quer da família *Teixeira Lopes*, quer de fundos livres que foram doados e que nós até fizemos a publicação sobre o fundo transmontano em que temos obras doadas do nosso conterrâneo *Nuno Canavez*. Acho que é um espaço digno para poder acolher esse espólio. Vou pedir aos Serviços de Cultura para fazerem o contacto.

Também dizer-vos que está a ser feito o levantamento do espólio que existe na estação de caminhos-de-ferro. O projeto foi concluído esta semana, as candidaturas estão em aprovação. Portanto, temos uma obra de mais de dois milhões de euros para executar na estação ferroviária para agora colocar a concurso público para, de uma vez por todas, termos uma estação de caminhos-de-ferro digna, com condições de ser visitada e com salas que poderão depois ser aproveitadas pela população. O espólio que, neste momento, existe lá está a ser inventariado para que depois seja colocado num espaço visitável.

Esta questão da disponibilidade do Senhor *Rogério Romão* é fundamental para que este espólio seja doado, de uma forma ou de outra, à Câmara Municipal, no sentido de podermos fazer esta intervenção.

Também posso dizer que na sequência de muitas fotografias que foram enviadas pela família do nosso conterrâneo já falecido, fotógrafo Senhor *Alves*, que tem também fotografias de uma excecionalidade imensa sobre Mirandela e a história de Mirandela, também é outra situação que vale a pena termos uma atenção especial à história e termos a inventariação de todo esse material que faz parte da nossa identidade.

Pelo respeito que nos merecem todos e todos aqueles que contribuíram para aquilo que somos hoje, julgo que é importante fazer essa avaliação, essa inventariação e esses protocolos com as famílias, no sentido de podermos permitir que os mirandelenses e aqueles que nos visitem conheçam a nossa identidade.

## Ordem do Dia

### 3 - Período da Ordem do Dia.

#### 3.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação.

----- Não houve qualquer inscrição.

#### 3.2 - Proposta de Regulamento de Transmissão áudio/vídeo em direto e *online* (*live streaming*) das Sessões da Assembleia Municipal.

----- Foi presente a Proposta de Regulamento de Transmissão áudio/vídeo em direto e *online* (*live streaming*) das Sessões da Assembleia Municipal, com o seguinte teor:

“Sumário: Regulamento de transmissão áudio/vídeo em direto e *online* (*live streaming*) das reuniões da Assembleia Municipal de Mirandela.

##### Artigo 1.º

##### Objeto

O presente regulamento tem como objeto a filmagem e a transmissão áudio/vídeo em direto e online das reuniões da Assembleia Municipal de Mirandela, através de meios e condições técnicas disponibilizados pela autarquia ou empresa devidamente credenciada, por forma a que a referida transmissão seja visionada no site do município.

##### Artigo 2.º

Direitos dos intervenientes

*[Handwritten initials and signature]*

- 1 - O princípio da legitimidade e da participação individual, segundo o qual e por regra, só com o consentimento da pessoa em causa poderá ser levado a cabo o tratamento de dados a si respeitantes, será sempre protegido nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e demais legislações aplicáveis a esta matéria;
- 2 - O consentimento deve ser prestado quer pelos intervenientes que estão no exercício de funções quer pelos intervenientes que estejam no exercício do direito à participação, mesmo que este último se traduza apenas na mera presença ou assistência nas reuniões da Assembleia Municipal.
- 3 - Nas reuniões da Assembleia Municipal em que haja a intervenção de munícipes, no momento da sua inscrição, estes deverão ser devidamente informados da necessidade de se pronunciarem sobre o seu consentimento, bem como de todos os direitos inerentes, nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados.
- 4 - O consentimento prévio e expresso, será prestado por escrito, nos termos do modelo de consentimento em anexo ao presente regulamento.
- 5 - A não concessão de consentimento não implicará qualquer limitação ao exercício do direito à participação do munícipe, nomeadamente no caso deste pretender intervir ativamente na reunião.
- 6 - No caso de um munícipe pretender intervir na reunião, no momento destinado à intervenção do público, e tiver previamente manifestado o seu não consentimento, deverá a transmissão da reunião ser suspensa durante o seu período de intervenção.
- 7 - Deverá ser assegurado um espaço que permita aos munícipes que pretendam assistir à reunião, e que previamente tenham manifestado o seu não consentimento, de forma a que não surjam nas imagens transmitidas.

### Artigo 3.

#### Filmagem e transmissão das reuniões

- 1 - Entende-se por transmissão áudio/vídeo, a técnica audiovisual que permite captar e reproduzir imagens e sons, em direto e *online*.
- 2 - Os meios de recolha e transmissão áudio/vídeo, são da exclusiva responsabilidade do município ou empresa devidamente credenciada para o efeito, com que o município haja estabelecido protocolo.
- 3 - O município, como responsável pelo tratamento dos dados, deve garantir os meios técnicos e organizativos adequados para proteção de dados.
- 4 - Excecionalmente, quando as concretas circunstâncias demonstrem a necessidade de proteger os direitos dos dados no decurso da reunião, o presidente da assembleia municipal reserva-se no direito de suspender temporariamente ou de proibir a total transmissão áudio/vídeo.
- 5 - A todo tempo, por deliberação do órgão competente devidamente fundamentada, pode ser proibida definitivamente a total captação e transmissão áudio/vídeo das reuniões.

### Artigo 4.º

#### Alterações e atualizações

O presente regulamento poderá estar sujeito a alterações e atualizações, mediante apresentação de proposta por qualquer membro da Assembleia Municipal e aprovado em plenário.

### Artigo 5.º

#### Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões, que eventualmente possam surgir com a interpretação e a aplicação do presente Regulamento, serão resolvidas pelo presidente da assembleia municipal, com base no Regulamento Geral de Proteção de Dados.

### Artigo 6.º

#### Produção de efeitos

O presente regulamento entrará em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação.  
O regulamento deve ser publicitado por edital e na página do município.

### ANEXO

#### Declaração

(A preencher nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Regulamento de transmissão áudio/vídeo em direto e *online* (*live streaming*) das reuniões da Assembleia Municipal de Mirandela.

Eu (nome completo) \_\_\_\_\_, portador(a) do cartão de cidadão/bilhete de identidade n.º \_\_\_\_\_, válido até \_\_\_/\_\_\_/20\_\_\_, residente em \_\_\_\_\_, declaro que:

- 1 - Autorizo a captação, utilização e divulgação de imagens obtidas durante a realização das reuniões da Assembleia Municipal de Mirandela, renunciando, desde já, a quaisquer direitos ou compensação que desta utilização possa eventualmente resultar.
- 2 - As imagens e fotografias poderão ser reproduzidas parcialmente, ou na sua totalidade, em qualquer suporte (papel, digital, magnético, tecido, plástico, entre outros) e integradas em qualquer outro material (fotografia, desenho, ilustração, pintura, vídeo, animação, entre outros) conhecido ou que venha a existir, bem como através de qualquer meio de comunicação utilizado pelo Município, exclusivamente para os efeitos decorrentes da ação do Município de Mirandela designadamente a recolha e divulgação

da imagem/vídeo em publicações municipais, no sítio institucional do município na internet e para transmissão em direto ou diferido das reuniões através de plataformas digitais e para integração do arquivo municipal.

3 - Nos termos e para os efeitos do Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, tomo conhecimento dos direitos de consulta, acesso, retificação, atualização, oposição ou apagamento dos meus dados pessoais disponibilizados no âmbito do registo, mediante comunicação, para o efeito, por correio eletrónico enviado para o *email*: .....(*email* a criar).

4 - Mais, tomo conhecimento, que o armazenamento dos dados será feito pelo Município do Mirandela, entidade que respeita a sua conservação, garantias de sigilo e confidencialidade preconizadas no Regulamento Geral de Proteção de Dados, pelo prazo legalmente permitido.

Por ser verdade, e por nada haver a obstar, esta declaração vai ser assinada por mim.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

Assinatura

\_\_\_\_\_

(Assinatura conforme cartão do cidadão ou bilhete de identidade).”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Como os Senhores Deputados sabem, na Sessão de fevereiro esta Assembleia deu aval positivo à transmissão áudio/vídeo das nossas Sessões e agora é hora de apresentar as regras dessa transmissão.

Foi constituído pela Mesa com o apoio da Comissão Permanente um Regulamento que receberam, penso que não valerá a pena estar a lê-lo, não sei se pretendem que o leia, mas estará na posse dos Senhores Deputados.

Foi um regulamento feito a pensar em todos os pormenores, empenhei-me nisso, inclusivamente, teve pareceres jurídicos e retificações devido a esses pareceres e parece-me que preenche, de uma forma geral, aquilo que será a garantia de que estas transmissões não vão “pisar” ninguém, nem o risco. Também estaremos, como diz o regulamento, sempre em tempo de fazer alterações ou, eventualmente, terminar com estas transmissões.

Assim sendo, abro as inscrições para intervirem sobre este assunto.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Esta é uma breve intervenção.

Começo por dizer que na proposta apresentada pela Mesa a está Assembleia onde diz e passo a citar: “através de meios e condições técnicas disponibilizados pela autarquia ou empresa devidamente credenciada, por forma a que a referida transmissão seja visionada no site do Município”, na nossa opinião deveria ficar-se pela seguinte frase: “através de meios e condições técnicas disponibilizados pela autarquia”. Ou seja, deveria ser retirada a frase “ou empresa devidamente credenciada.”

A responsabilidade da transmissão deveria ser só autarquia, sem mais nenhum interveniente. Aliás, esta situação é feita por muitas autarquias. Elas próprias fazem a transmissão, não utilizam terceiros.

Chamo a atenção à Mesa e ao Executivo, para que tenham o máximo de cuidado com o estrito cumprimento das obrigações relativas à proteção de dados, para que mais tarde esta Assembleia não possa vir a ter que lidar com alguma questão mais delicada.

Só mais um ponto que parece importante e que carece de validação por parte desta Assembleia.

É nossa convicção que este Regulamento deve ser vertido no Regimento da nossa Assembleia Municipal. Assim sendo, a Mesa deve proceder no tempo mais próximo possível à alteração ao nosso Regimento que possa contemplar este regulamento hoje aqui aprovado.

Aproveito a intervenção para propor a está Assembleia que, se assim concordarem, possamos sugerir ao Executivo que tome a iniciativa de também transmitir *online* as Reuniões do Executivo, até porque a Assembleia Municipal reúne cinco vezes por ano, ou seja, cinco transmissões. E o Executivo reúne normalmente duas vezes por mês, o que dará cerca de 24 transmissões por ano, ou seja, o acesso dos nossos munícipes à informação da atividade dos eleitos ficará ainda mais acessível.

Aliás, há autarquias que iniciaram as transmissões *online* pelas Reuniões do Executivo e só depois passaram a transmitir as Sessões das Assembleias Municipais.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Obrigado Senhor Deputado *Carlos Ventura*. Passo já a responder, neste caso concreto, às questões que apresentou.

Começo pela última. Há autarquias que começaram as transmissões pelas Reuniões de Câmara... Somos órgãos distintos, poderia haver transmissão das Sessões da Assembleia e não haver das Reuniões de Câmara ou poderá haver das duas. Portanto, isto é uma questão nossa e temos que olhar é para as nossas transmissões.

Em relação ao ponto que refere, quando no regulamento diz: “através de meios e condições técnicas disponibilizados pela autarquia ou empresa devidamente credenciada”, tive conhecimento de que há autarquias que dispõem de meios técnicos para fazer isso. Mirandela não tem, para já. Pode vir a ter. Então, é salvaguardado com uma empresa que faz esse serviço e para o qual é contratada.

Há autarquias que têm esse serviço e é por isso que salvaguarda as duas posições. Se amanhã a nossa autarquia tiver, isto estará a mais, mas penso que não é reprovável o facto de salvaguardar esta questão.

Relativamente à sugestão que dá, que também já debatemos em Comissão Permanente e que é muito bem aceite, este Regulamento irá ser vertido no Regimento da Assembleia Municipal. Posso adiantar que se está a prever propor-se à Assembleia de setembro

que a Comissão de Revisão do Regimento se reative para introduzir este regulamento e outras pequenas situações. Vai aproveitar-se, já que há uma Revisão do Regimento, nomeadamente a questão dos membros suplentes da Comissão Permanente, dado que é uma lacuna que existe em não haver suplentes para substituição, tal como, penso que durante a tarde vai surgir uma proposta que iremos debater, de a Bancada dos Independentes ter um representante na Comissão Permanente, que acho legítimo, já devia ter acontecido há mais tempo e com certeza que se irá verter nesse mesmo Regimento, entre outra proposta que também estará para debate e que a ser aprovada poderá ficar clarificada no Regimento.

Não sei se respondi a todas as questões do Senhor Deputado *Carlos Ventura*, mas esta é a nossa predisposição. De qualquer modo, agradeço a sua intervenção.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Quanto a esta questão, por princípio, sou a favor de que seja gravado, seja disponibilizado e não vejo omissões. Só estou a ver opções de não e opções de sim.

Eu, que sou um leigo nesta matéria, pergunto: Na Assembleia da República os Órgãos da Comunicação Social não têm acesso às intervenções dos Senhores Deputados? Eles também têm que declarar que aceitam que aquilo que dizem seja ouvido pelos outros?

No Regulamento diz que o público quando pede para falar, tem de dar o seu consentimento, mas também, ao que parece, os próprios membros. Não?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Posso clarificar. A Lei é omissa. Em relação a nós, membros da Assembleia não. É claro que está implícito, a própria Assembleia da República tem um canal específico, tem a Comunicação Social. Em relação ao público e aí aos Municípios que vão intervir é que há uma salvaguarda. Embora não inibindo a possibilidade de intervirem, se não consentirem mandamos desligar as câmaras, ou seja, intervêm na mesma, mas salvaguardamos a nossa posição, dada essa omissão na nova Lei da Proteção de Dados. Só para garantia disso.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tinha interpretado mal, peço desculpa.

Vejo algum poder arbitrário no Senhor Presidente de poder decidir, ele próprio, se deve cortar a transmissão. “Excepcionalmente, quando as concretas circunstâncias demonstrem a necessidade de proteger os direitos dos dados no decurso da reunião, o presidente da assembleia municipal reserva-se no direito de suspender temporariamente ou de proibir a total transmissão áudio/vídeo.”

Por outro lado, também vejo que uma gravação que é audiovisual ter períodos de silêncio não é muito lógico, mas, de qualquer forma, as pessoas aceitaram as regras do “jogo”.

São as interpretações que tenho sobre isto, não tenho ideias preconcebidas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Também passo já a responder.

Realmente essa salvaguarda está presente no regulamento, de salvaguarda mesmo hipotéticas situações. Imaginemos que possa haver - não acredito que haja - uma ação que não deveríamos permitir que passasse para fora. Aí, reserva-se ao Presidente da Assembleia Municipal o direito de suspender uma Sessão, também se poderá reservar o direito de parar a transmissão até que as coisas voltem a ficar definidas e dentro da normalidade, digamos assim.

Sei que é uma decisão arbitrária, poderá não ser bem-encarada e entendo a observação, mas é com o intuito de na eventualidade acontecerem episódios que não deverão ser transmitidos, se poder interromper. Apenas isso.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Senhor Presidente, não podemos deixar de realçar esta oportunidade. Esta oportunidade é aquilo que achamos ser um enorme avanço na divulgação do funcionamento desta Assembleia.

Proporcionar a todos os cidadãos, não só aos munícipes de Mirandela, mas também aos mirandelenses que estão espalhados pelo país e pela diáspora, digamos assim, aos nossos emigrantes. Terem o visionamento daquilo que se passa nesta Assembleia Municipal e os assuntos que se discutem aqui, como disse há pouco e o meu Partido acha, é um grande avanço desde Município, juntando-se a muitos outros que no nosso país já fazem a transmissão das Sessões da Assembleia Municipal. Contudo, a CDU não deixa de fazer aqui um reparo que, a nosso ver, é bastante importante e merece da nossa parte alguma reflexão, tendo a ver com a autonomia financeira desta Assembleia.

A CDU vai pugnar e lutar para que o Executivo dote o Orçamento desta Assembleia, para que esta possa não ficar sujeita ao financiamento da Câmara para a transmissão das Sessões de Assembleia, mas possa ela, através do seu orçamento, conseguir fazer o pagamento, até ao momento em que o Executivo não esteja dotado dos meios para fazer esta transmissão, para que possa fazer o financiamento da transmissão destas Assembleias de uma forma independente, que é o que se pede. São órgãos independentes e não ficar sujeita e manietada àquilo que possam ser as disposições ou as simpatias deste Executivo e dos futuros Executivos.

Será com muita pena que poderemos assistir, visto que a transmissão destas Assembleias Municipais estarão sempre dependentes da vontade financeira do Executivo em proporcionar o pagamento destas transmissões. Assim sendo, vamos lutar e a CDU vai



pugnar para que a situação seja revertida e que tenha essa autonomia financeira para poder suportar os custos das transmissões até que o Executivo dote a Assembleia Municipal com os meios audiovisuais que possam exercer.

Assim sendo, bem-haja que consigamos atingir este patamar para proporcionar aos cidadãos e aos municípios de Mirandela aquilo que é o funcionamento e a transparência deste órgão na defesa dos seus interesses e dos seus anseios.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Obrigado Senhor Deputado. Essencialmente sobre essa questão orçamental, de facto, é uma observação interessante em que já pensamos. Neste momento não entrou no nosso orçamento, primeiro, porque estamos a meio do ano económico e segundo, porque se trata de um serviço que é grátis - já falamos nisso. Ou seja, no contrato que foi estabelecido, a Câmara conseguiu o encaixe deste serviço sem acréscimo de pagamento, mas naturalmente que no próximo orçamento devemos incluir esta despesa. Se continuar a ocorrer gratuitamente, será zero, mas aparecerá na rubrica que salvaguarda a possibilidade de no futuro, por conta própria, a Assembleia lhe dar continuidade.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Vou ser breve, até porque este já é um assunto relativamente recorrente e já foi discutido em sede de Comissão Permanente, mas não podia deixar passar sem vir dizer alguns considerandos.

Acho que este é um assunto que nos deve orgulhar a todos enquanto Membros desta Assembleia Municipal. Isto é efetivamente um passo muito positivo na transparência, na proximidade com o eleitor e na responsabilidade que cada um de nós tem aqui enquanto membros eleitos.

Este trabalho que se tem vindo a desenvolver neste mandato, já andamos a discutir isto quase desde o início do mandato, foi um trabalho muito importante e apesar de só já termos um ano de mandato, eu digo que ainda temos um ano e ainda teremos, pelo menos, cinco Assembleias transmitidas neste mandato, o que é uma grande marca que deixamos para o futuro.

Quanto ao Regulamento, acho que é um bom documento e é um documento que baliza as questões principais das regras de transmissão e dos seus contornos. Há pormenores que foram discutidos e que não estão aqui salvaguardados, são questões técnicas, em que não nos podemos esquecer de depois, em sede de Comissão Permanente, termos isso em atenção, como sendo as câmaras, a colocação das mesmas, o que podem apanhar ou não, os planos que serão disponibilizados para o serviço, assim como o sítio onde vão ser feitas as transmissões.

Quanto à questão de ser por uma empresa e de aproveitarmos um Protocolo que a Câmara Municipal tinha com uma empresa, não vejo qual é que é o problema. Para o Orçamento da Assembleia Municipal não traz encargos, foi uma solução boa de se encontrar. No próximo ano, como disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e bem, será reavaliado.

Logicamente que consideramos que esta é uma mais-valia, os nossos eleitores ficarão com um serviço ou nós proporcionaremos um serviço melhor à nossa população e eles terão uma maior proximidade connosco vendo as transmissões.

Por isso, o PS votará a favor desta proposta.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, só para dizer que me congratulo, de facto, com o aparecimento deste Regulamento e, no essencial, parece-me bem, embora possa haver questões que futuramente possam ser ajustadas, mas isso com a experiência o entenderemos melhor.

Relembrar que parece-me que fui eu que pela primeira vez o propus a esta Assembleia e que nessa qualidade fico muito contente.

Efetivamente preocupa-me uma situação que já foi abordada pelo Senhor Deputado que me antecedeu, que é esta situação de quem vai fazer as filmagens. Parece-me bem que nesta fase seja aproveitado por uma contratação que estava feita e que se aproveitem os recursos que estão contratados. Contudo, futuramente parece-me que esta decisão terá que caber à Assembleia Municipal e deve ser dada a oportunidade a outros profissionais desta área de poder concorrer à transmissão destas imagens e poder prestar este serviço.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Penso que o Executivo poderá responder a isso. Também se passou igualmente com este contrato, concluo que houve um concurso. Normalmente não há contratações feitas, mas não tenho capacidade de resposta. Se formos nós, naturalmente que teremos de fazê-lo. Isso são as regras administrativas que temos de cumprir.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O PSD revê-se neste novo modelo de Assembleias Municipais, de poderem ser filmadas.

Dizer que não há almoços grátis, até porque este Executivo, naquilo que tem a ver com a divulgação da informação e de exercício de atividade política gasta cerca de 4.500,00 € por mês. Portanto, contrair mais custos parece-me que não, mas continuo a dizer que não há almoços grátis. E estou em condições de anunciar as avenças que a Câmara Municipal tem ao nível do seu Gabinete de Comunicação e com outras entidades externas. 4.500,00 € por mês.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

É claro que isto, como todos sabemos, não é um serviço grátis. O acréscimo deste pequeno serviço, que vai ser somado a outros, é que é grátis. O pacote não é. Sabemos que é assim. De qualquer forma, gostaria que a Senhora Presidente clarificasse melhor à Assembleia esta questão.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO AFONSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

É mais um pedido de esclarecimento. Esta matéria já foi votada e concordamos com a transmissão em direto. Agora, não acho que a operação de uma câmara de filmar e a transmissão em direto da Assembleia Municipal, como se passa em outros Municípios, requeira a externalização desse serviço, até porque nos quadros da Câmara temos um sonoplasta, temos dois Técnicos de Comunicação e dois Técnicos de Informática. São quadros mais que suficientes para poderem colocar uma Câmara e fazer essa transmissão em direto, até por experiência própria, porque em outras situações muito similares à Assembleia, fizemos essa transmissão em direto.

Não vejo a necessidade de se estar a recorrer a um terceiro, colocando em causa, não é que ocorra, mas permanece a dúvida e suscita a dúvida de que possa em algum momento haver problemas devido ao tratamento e propriedade dos dados aqui recolhidos aquando da realização da Assembleia. Isto é um órgão autárquico, deve ter a sua autonomia e não deve ter que ter a necessidade de recorrer a uma empresa privada para fazer a transmissão daquilo que é do domínio público, porque levanta essas questões todas em domínio de tratamento de dados e a propriedade intelectual dos mesmos.

A própria Câmara, a Senhora Presidente poderá confirmar, tem Técnicos com capacidade e competência para o fazer de forma autónoma e penso que a Câmara terá todo o gosto em disponibilizá-los à Assembleia Municipal para fazer essa transmissão.

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Tenho uma dúvida que gostava de ver esclarecida. O ficheiro da gravação vai ser propriedade do Município, vai ficar no servidor do Município. A questão é esta: o ficheiro que vai lá ser colocado vai ser só de leitura ou vai ser possível fazer o *download* desse ficheiro? É esta a questão que coloco, porque será de todo o interesse saber como é que vai ser tratado este ficheiro. É uma questão de segurança para todos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Posso dar uma resposta parcial, tive essa preocupação.

Isto não fica na base de dados da Câmara, isto fica no *Youtube*. O *Youtube* tem um canal, ainda não estudamos em pormenor o acesso, mas vai ser através do *site* da Câmara. Acontece que o *Youtube*, como todos sabemos, tem umas regras de segurança muito severas. No entanto, também sabemos que há programas piratas que copiam tudo, ou seja, não há hipótese alguma de garantir de que isso não é subtraído. Não há nada, não há garantia sobre nada, porque sabemos que a informática é muito boa, mas tem este tipo de percalços. Salvaguardamos isso dentro do possível, está espelhado no Regulamento que a Câmara, dentro daquilo que é o âmbito dela, vai ter em consideração essa proteção de dados e a boa utilização daquilo que está na página do Município, mas pouco mais podemos avançar.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acho que esta decisão, a aprovação deste Regulamento e a transmissão em direto só peca por tardia. Sabemos que muitas Assembleias Municipais já estão a ser divulgadas, já estão a ser transmitidas em direto. Portanto, revejo-me nas palavras do Senhor Deputado *Rui Pacheco* ao dizer que é com orgulho que este Regulamento e esta aprovação são feitos agora. Transparência, responsabilidade e proximidade com os eleitores são palavras-chave nesta matéria e congratulo-me com esta decisão, sendo que também estaremos disponíveis para que as Reuniões de Executivo possam ser transmitidas *online*. Sempre me pautei por esses valores de transparência, por isso, parece-me que todos os nossos municípios e todos os fregueses têm essa acessibilidade garantida, reconhecendo a possibilidade de acompanhar propostas, decisões e a forma como decorrem os nossos trabalhos, dado que apesar de serem abertas ao público, todos sabemos que muitas vezes não é possível os cidadãos estarem presentes.

Deixo um voto de particular apreço por esta proposta, por esta aprovação. Na próxima Assembleia Municipal já teremos a transmissão em direto.

Quanto às questões relacionadas com a comunicação e os valores que foram citados, a verdade é que o Executivo, e já foi debatido, quer em Reunião de Executivo, quer em Assembleia Municipal, dá um apoio direto à Rádio Terra Quente. Esse apoio que está num Contrato-Programa que foi aprovado e que reflete também os apoios do anterior Executivo, somente o formato é diferente, os valores são semelhantes, aproxima-se dos 2 mil euros por mês.

O anterior Executivo fazia requisições diretas, ou seja, não havia um Contrato-Programa que assegurasse a mensalidade. Isso fazia com que muitas vezes existissem requisições de um valor superior, outras vezes inferior, ou seja, não havia regularidade nos pagamentos, o que criava ao Órgão de Comunicação Social problemas graves de tesouraria.

Esta é uma questão que logo no início do mandato nos foi colocada pela Rádio Terra Quente. As dificuldades financeiras eram muitas, sob pena de que as requisições seriam feitas não todos os meses, daí que não existia esta garantia desta mensalidade.

Foi feito um Contrato-Programa com base em todos os valores que nos foram apresentados, quer a nível de contabilidade e pela Rádio Terra Quente, dos valores aproximados que foram requisitados nos anteriores Executivos.

Assim, aquilo que vos digo é que não houve um aumento deste apoio, houve, sim, uma regularização no formato de como é dado este apoio, no sentido de que não é um apoio-subsídio, é um apoio pela transmissão e pela comunicação aos nossos municípios na defesa da Comunicação Social Local que também presta um apoio social. Ou seja, também é a companhia de muitas famílias nas nossas zonas rurais, tem programas que têm interação com os mais idosos que acompanham diariamente os programas.

O que reconheço é um papel económico e social muito positivo à Rádio Terra Quente, que também já faz parte da nossa história e da nossa terra e que temos de garantir a sua continuidade. Pelo respeito que tenho por todos e pelos Jornalistas, em particular, posso

dizer que nada do que foi feito ultrapassa os valores que havia no passado, mas é uma forma mais regular, formal e normalizada de contratar serviços.

Relativamente ao Notícias de Mirandela, foi aprovado numa Reunião de Executivo um apoio mensal, dadas as dificuldade que têm na sua manutenção. Foi um Jornal que foi contemplado, no anterior 25 de maio, estivemos aqui presentes assinalando a importância que este Jornal tem para a nossa comunidade. Portanto, tem também um Protocolo de apoio.

Em relação ao Canal N, temos também um contrato, ao qual incluímos estas transmissões pela garantia que temos da propriedade intelectual ser do próprio Estado.

Para já é tudo o que tenho a dizer. Felicito a Mesa e os Senhores Deputados pelo trabalho que executaram neste âmbito.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou começar esta pequena interpelação usando as palavras da Senhora Presidente. “Só peca por tardio”. Pode-nos dizer aqui a todos quando é que vai iniciar as transmissões *online* das Reuniões de Executivo? Ainda este ano? No próximo ano? Ainda neste mandato? É que com as suas palavras, “só peca por tardio”.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Logo que estejam reunidas todas as condições técnicas e de aprovação do formato em Reunião de Executivo.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É uma interpelação à Mesa, porque fiquei com uma dúvida. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal há pouco falava que as imagens iriam ficar numa plataforma do *Youtube*. Foi essa a ideia com que fiquei. Agora a Senhora Presidente da Câmara Municipal, disse que o vídeo era propriedade do Estado. Há aqui duas posições contraditórias. Foi esta dúvida que me levou a intervir.

Penso que há pouco se falou que a captação do vídeo fica numa plataforma do *Youtube*, que é propriedade de um privado. Foi isso que percebi daquilo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal transmitiu. Contudo, a Senhora Presidente da Câmara Municipal está a dizer que o vídeo é propriedade do Estado.

Convém clarificar o que é verdade, se é a posição do Senhor Presidente da Assembleia Municipal ou se é a da Senhora Presidente da Câmara Municipal. Fiquei com esta dúvida e queria que me esclarecessem isso.

Deixava só uma nota muito breve. Sou a favor que se faça as filmagens *online*. *Online* é estarmos a ver em tempo real, que é isso que quem não pode vir aqui, vê em casa. Estamos plenamente de acordo. Outra coisa é termos um arquivo, ou seja, estamos a produzir um conteúdo para ficar para arquivo. São coisas diferentes.

Obviamente que vamos aprovar, voto favoravelmente isto, mas temos que pensar nesta questão, porque o *live streaming* é algo que no momento permite uma visualização a quem não pode estar aqui, mas não vamos estar aqui a criar um precedente de futuro termos um arquivo das Assembleias para podermos ver em qualquer dia, em qualquer hora ou em qualquer momento que nos apetece e perceber se esse arquivo é propriedade do canal do *Youtube*, que é privado, ou se é do Estado como a Senhora Presidente acabou de referir.

Era importante clarificar isto.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Deixo a resposta mais clara para quem trata o assunto. Eu baseei a minha informação naquilo que, até ao momento, são todas as transmissões das Assembleias Municipais.

A Assembleia da República tem um canal do Estado específico. É o único que conheço. O *Youtube* é o tal canal privado e a base de dados onde ficará gravado todo o historial, só que o acesso é através do *site* do Município. Não quer dizer que alguém que no motor de busca vá diretamente ao *Youtube* acabe por descobrir isso.

Estes são os modelos que conheço, mas posso estar errado.

Peço à Senhora Presidente da Câmara Municipal que clarifique esta questão.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta questão, estamos a falar da propriedade intelectual, da propriedade das imagens. Tudo aquilo que é feito pelo Canal N, até em relação às Juntas de Freguesia - julgo que até estava a haver feiras, exposições, tudo aquilo que é gravado - obviamente que as imagens são um serviço pago. Ou seja, as imagens são da entidade que compra as imagens. Outra coisa é a divulgação das imagens e qual é o canal onde essas imagens vão ser divulgadas. Aí optou-se pela divulgação através do Canal *Youtube*. Por isso, a propriedade das imagens não é da empresa privada que as vai realizar, é de quem paga esse serviço.

Estou-me a lembrar que, por exemplo, a propriedade intelectual de um projeto é do projetista, mas quem usa o projeto é quem constrói a habitação.

Aquilo que quero esclarecer e é bom que fique isso esclarecido, aliás, é uma questão jurídica, por isso, aquilo que proponho é que esta questão seja levantada ao Gabinete Jurídico, podendo esclarecer cabalmente esta solução. Isso não impede que se aprove o Regulamento.

As questões de segurança são importantes e têm de ser acauteladas, aliás, na Câmara Municipal já tivemos há algum tempo, mas foi marcante, um ataque aos ficheiros - várias Câmaras Municipais têm tido este problema - o que causou problemas na nossa gestão.

Como sabem, quem utiliza plataformas informáticas está sujeito a que isso aconteça, muito mais do que aquilo que pensamos. Os crimes cibernéticos são cada vez mais diários, reais e mais perigosos.

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento de Transmissão áudio/vídeo em direto e online (live streaming) das Sessões da Assembleia Municipal.

### 3.3- Certificação Legal de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. - Relatório Anual 2019;

----- Foi presente à Reunião da Câmara Municipal de 30 de janeiro de 2020, que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.  
Submeter este Relatório à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal CARLOS VENTURA (PSD) disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção tem a ver com a leitura comparativa entre os dois Relatórios de Certificação Legal de Contas dos anos 2019 e 2020.

Escusado será aqui dizer que ambos foram produzidos pela mesma entidade ROC.

Assim, chamo Atenção ao ponto “4.1 Sistema de Controlo Interno”. O relatório de 2019 diz na alínea a) o seguinte e cito: “*Relativamente ao caixa, que se situa na secção de contabilidade, mas organicamente pertence à tesouraria, somos da opinião que devia ter um espaço independente dos referidos serviços de contabilidade.*”

No relatório de 2020 na mesma alínea a) diz o seguinte e cito: “*Relativamente ao caixa, que se situa na secção de contabilidade, mas organicamente pertence à tesouraria, somos da opinião que devia ter um espaço independente dos referidos serviços de contabilidade para uma mais adequada segregação de funções.*”- acrescentado na Certificação deste ano.

No relatório de 2019 diz na alínea e) o seguinte e cito: “*As reconciliações bancárias têm que ser elaboradas tempestivamente por um funcionário da divisão financeira e que não tenha acesso às contas correntes (registos contabilísticos).*”

No relatório de 2020 diz na alínea c) o seguinte e cito: “*As reconciliações bancárias têm que ser elaboradas tempestivamente por um funcionário da divisão financeira e que não tenha acesso às contas correntes (registos contabilísticos).*”

No relatório de 2019 diz na alínea g) o seguinte e cito: “*Anotamos a inexistência de mapa previsional de tesouraria, o qual constitui um instrumento previsional para a gestão de pagamentos e recebimentos.*”

No relatório de 2020 diz na alínea e) o seguinte e cito: “*Anotamos a inexistência de mapa previsional de tesouraria, o qual constitui um instrumento previsional para a gestão de pagamentos e recebimentos.*”

No relatório de 2019 diz na alínea f) o seguinte e cito: “*Verificámos a existência de itens pendentes na reconciliação bancária com particular antiguidade e que carecem de regularização. Tal situação distorce o saldo efetivo da conta de D.O. devendo os itens com antiguidade e susceptíveis de não virem a gerar movimentos de meios financeiros ser objeto de análise para ulterior regularização.*”

No relatório de 2020 diz na alínea d) o seguinte e cito: “*Verificámos a existência de itens pendentes na reconciliação bancária com particular antiguidade e que carecem de regularização. Tal situação distorce o saldo efetivo da conta de D.O. devendo os itens com antiguidade e susceptíveis de não virem a gerar movimentos de meios financeiros ser objeto de análise para ulterior regularização.*”

No relatório de 2019 diz na alínea u) o seguinte e cito: “*Verificamos existirem despesas com a classificação económica de “despesa de capital” quando as mesmas deveriam ser classificadas como “despesas correntes” atendendo à sua natureza.*”

No relatório de 2020 diz na alínea p) o seguinte e cito: “*Verificamos existirem despesas com a classificação económica de “despesa de capital” quando as mesmas deveriam ser classificadas como “despesas correntes” atendendo à sua natureza.*”

Todo este texto não foi este deputado que escreveu, foi a entidade ROC que vossas excelências contrataram. Portanto, da vossa total confiança...

Não querendo ocupar mais o vosso tempo, alerta vossas excelências para que se quiserem encontrar mais alertas/inconformidades exatamente iguais “copiar/colar”, vejam as páginas 3, 4, 5, 6 da Certificação de Contas de 2019 e as páginas 3, 4 e 5 da Certificação de Contas de 2020.

O que pergunto ao Executivo é o que andou a fazer nestes dois anos?!

Não leram Certificação de contas de 2019 ou não sabem como corrigir estas “inconformidades” relatadas pela Entidade ROC?

Em dois anos seguidos lemos a Entidade ROC escrever esta frase: “*Verificamos existirem despesas com a classificação económica de “despesa de capital” quando as mesmas deveriam ser classificadas como “despesas correntes” atendendo à sua natureza.*”

Mas não sabem ou não conseguem distinguir o que são despesas de capital com despesas correntes?!

A maior parte destas situações são questões de organização. O que se pergunta é: que organização é esta?!

Esperamos, sinceramente, que a Certificação de Contas de 2020 tenha já corrigido a maior parte destes “Alertas/inconformidades” da Autarquia a que vossa Excelência preside, porque para desorganização já bastam dois anos.

----- A Senhora Presidente JÚLIA RODRIGUES disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.



Em relação ao Relatório Anual de Auditoria, o mesmo diz respeito não ao ano de 2020, porque o Relatório de Auditoria reporta ao ano de 2018. Portanto, a comparação foi entre 2018 e 2019.

Já que foi reportada esta situação, chamo a atenção para a página 18, nas Conclusões. Diz assim: “No decorrer do trabalho efetuado, não detetámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, salvo os aspetos já referidos, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao orçamento e plano aprovados pela Assembleia Municipal.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Município de Mirandela, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o presente Relatório, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Município e o resultado das suas operações.”

A verdade é que tem sido feito um esforço no âmbito de cumprir tudo aquilo que é assinalado pelo Revisor Oficial de Contas. Não se trata de confiança, trata-se de uma entidade independente que assinala todas as correções que devem ser efetuadas. Neste âmbito, dizer que aquilo que verdadeiramente tem um impacto material sobre as contas já vem do POCAL 2003 e 2004, ou seja, a Conta 44, que é o Património, que está em curso, a regularização de valores significativos, ou seja, valores não reconhecidos, reconhecidos e mantidos em curso como imobilizado corpóreo, não amortizados, não utilizados, reconhecidos e que não estavam na contabilidade e vice-versa.

Há muitas situações que estão vertidas neste Relatório que demoram o seu tempo a ser corrigidas e não são de 2018, são de muitos anos anteriores em que a prática sempre foi assim. Estes processos, como penso que o Senhor Deputado deva saber, são processos que para além de demorem o seu tempo a corrigir, de facto, não colocam em causa a legalidade da Prestação de Contas e isso é confirmado pelo próprio Revisor Oficial de Contas. É óbvio que isto é um processo contínuo, de correção e melhoria contínua que decorre ao longo dos anos e que não conseguimos corrigir de imediato todas as situações que são assinaladas, por isso é que existe o Revisor Oficial de Contas e por isso é que existem os nossos serviços que vão fazendo melhorias.

Esta questão do Património, foi uma empresa que foi contratada, porque não tínhamos recursos humanos para fazer estas correções, porque como imaginam há muito património e tem um impacto direto nas nossas contas.

O esforço está a ser feito pelos Técnicos da Câmara Municipal, mas são correções que já vêm de há muitos anos. Não é de agora, não fomos nós. Isto é, os colaboradores empenham-se na organização processual e nos registos corretos das situações.

É verdade que temos correções a fazer, temos situações que devem ser corrigidas, são processos que implicam vários serviços, mas que nada classifica como ilegal e que não é certificável. Estamos a trabalhar para que todas as correções sejam feitas. Já fizemos muita coisa a nível de processamento e de registos e já melhoramos muitas situações.

A adaptação ao SNC-AP e a transição está a correr bastante bem e temos que nos ir adaptando. Os serviços e os Técnicos têm que se ir adaptando para que tudo corra dentro da normalidade. Em qualquer organização há situações a corrigir e há situações que não podem ser corrigidas num curto espaço de tempo.

#### **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Vamos fazer aqui um pequeno interregno antes de entrar no Ponto 3.4 - Prestação de Contas 2019, devido ao surgimento de duas Propostas que esta Assembleia terá que validar.

Uma das Propostas é para a Constituição de uma Comissão, proposta apresentada por um Senhor Deputado da Bancada do PSD, e a outra relativamente à já existente Comissão Permanente da Assembleia Municipal.

Conforme já referido pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, esta Comissão não tem funcionado com a representação da Bancada dos Independentes que é constituída por quatro elementos, sendo de inteira justiça que ali estejam representados. Uma vez que iremos proceder à revisão do Regimento da Assembleia Municipal para inclusão do Regulamento de Transmissão de áudio/vídeo das Sessões da Assembleia Municipal, iremos também introduzir a figura dos elementos independentes com os mesmos deveres e direitos, tais quais as Bancadas Municipais tradicionalmente constituídas e reforçar essa componente de atuação na Comissão Permanente.

A indicação que a Mesa recebeu por parte dos elementos que constituem a Bancada dos Independentes na Assembleia Municipal de Mirandela, ao abrigo do artigo 54.º do Regimento da Assembleia Municipal, é do nome de *Luís Esteves* para integrar esta Comissão.

Pergunto aos Membros Independentes se está validada a escolha por parte dos mesmos?

Muito bem, como esta Comissão apenas é de indicação, feita abertamente e publicamente a indicação do Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, *Luís Esteves*, passa a ser o próximo membro da Comissão Permanente em representação dos Senhores Deputados Independentes desta Assembleia Municipal.

Quanto à Comissão de Acompanhamento proposta por parte do Senhor Deputado *Paulo Pinto* da Bancada do PSD, Comissão essa designada de “Comissão de Acompanhamento Covid-19”, convém referir que esta proposta por parte do Senhor Deputado insere-se na figura prevista no artigo 48.º do Regimento da Assembleia Municipal que diz no número 1: “A Assembleia Municipal pode constituir delegações, comissões ou grupos de trabalho para qualquer fim determinado ou específico.” Número 2: “A iniciativa da sua constituição pode ser exercida pelo Presidente, pela Mesa, por grupos municipais ou por qualquer membro da Assembleia.”

Portanto, esta proposta de Constituição de Comissão designada de “Comissão de Acompanhamento Covid-19” é apresentada ao abrigo do artigo 48.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela e propõe-se a constituição de uma Comissão de Acompanhamento e Monitorização, no âmbito do plano de implementação de medidas excecionais, aprovadas em Reunião do Executivo, do dia 23 de abril de 2020.

Esta Comissão apenas terá como objetivo acompanhar as medidas de apoio económico e social, circunstanciadas apenas, quer na atribuição de subsídios e incentivos, como na cobrança de impostos municipais, de acordo com a proposta aprovada.



Para a constituição desta Comissão, que previamente o Senhor Deputado *Paulo Pinto* junto das respetivas Bancadas recolheu os nomes indicados para a sua constituição, sendo que passa a ser constituída, se aprovada, por:

- Mesa da Assembleia Municipal, que resulta do n.º 4, do artigo 6.º do Regimento da Assembleia Municipal, em que a Mesa tem de estar sempre presente para presidir/coordenar os trabalhos e fazer parte da composição de todas as Comissões;
- Bancada do PSD: Senhor Deputado *Paulo Pinto* e Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *António Martins*;
- Bancada do PS: Senhor Deputado *Rui Pacheco* e Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*;
- Bancada do CDS/PP: Senhor Deputado *Virgílio Tavares*;
- Bancada da CDU: Senhor Deputado *Jorge Humberto*;
- Bancada dos Independentes: Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*.

Pergunto se os membros da Bancada dos Independentes validam o nome apresentado à Mesa para a constituição desta Comissão?

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *LUÍS ESTEVES* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Comissão foi organizada pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Quando se dirigiu à Bancada dos Independentes já levava o nome e nós não fomos consultados. Criou um pequeno “rebolicho” entre nós, mas como o nome apresentado foi convidado pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto*, na altura disse que não me opunha. Contudo, esse assunto não foi discutido entre nós.

Se pudéssemos reunir os quatro, falaríamos e chegaríamos a um consenso.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ainda estão a tempo. A Mesa só recebe uma proposta de constituição devidamente validada pelas Bancadas Municipais.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *LUÍS ESTEVES* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sendo assim, vamo-nos retirar algum tempo. Será rápido e chegaremos a uma conclusão.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Têm todo o direito à luz da Lei e do Regimento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Entretanto, vamos preencher este espaço com uma informação.

Esta proposta é apresentada por uma Bancada, mas poderia ser apresentada pelo Presidente, pela Mesa ou por qualquer uma das Bancadas Municipais.

Foi apresentada pela Bancada do PSD, inicialmente com um formato diferente. Conversei com o Líder da Bancada na medida de ter uma pequena alteração em relação à Comissão Permanente, porque na Comissão Permanente existe um elemento de cada Bancada. Nestas Comissões complementares, à semelhança daquilo que acontece no resto do país, o número de elementos tem a ver com o número de Deputados que cada Bancada tem.

Então sugeri, e foi aceite, que a Bancada do PS e do PSD, que têm 14 elementos eleitos diretamente, tivessem dois representantes e as outras Bancadas apenas um representante.

Esta questão não foi de todo clarificada e assim ficam a saber o porquê de haver uma diferença no número de representantes nesta Comissão.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aproveito para prestar uma informação complementar. À medida do que sucede em outras matérias relativamente a estas questões de âmbito regimental e legal, dado o impacto da criação desta Comissão e as questões a elas associadas, financeiras e de outra natureza, esta proposta vai uma primeira vez a votação para que possa merecer o acolhimento da Assembleia Municipal, da qual é necessária a reunião de dois terços da Assembleia. Aprovado esse procedimento formal sujeita-se a Comissão à aprovação para o seu início de funcionamento e exercício. Resulta da Lei e do Regimento.

De resto, já foi clarificado pelo Senhor Presidente, o número de representantes da Bancada do PSD e do PS obedece à proporcionalidade das Bancadas.

Quanto às indicações por parte das Bancadas dos restantes Partidos, contrariamente à Bancada dos Independentes, têm liderança e são as suas lideranças que indicam os elementos a constituir.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não estou aqui para complicar nada, muitas vezes pensa-se que sim, mas não.

A minha dúvida tem a ver com o facto do Senhor Secretário *José António* ter dito que tem de haver dois terços de aceitação da proposta para a votação. É só este tipo de proposta?

Ainda ontem foi feita uma proposta e não houve votação para a aceitação da proposta. A minha dúvida é essa. Não pode ser para umas a aceitação com dois terços e para outras é como calha.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:  
Deixem-me clarificar.

Nós temos propostas de moções, propostas não vinculativas... Quando temos propostas vinculativas, que obrigatoriamente devem entrar no Período da Ordem do Dia, caso tal não aconteça, a única forma de as incluirmos neste período é com a autorização da maioria do Plenário. Ou seja, se não houver uma maioria de dois terços que autorize a introdução destes pontos na Ordem do Dia, nem se discute mais o assunto. Assim, temos que vos pedir essa autorização. Se não houver, passa-se à frente.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como foi explicado, à luz do Regimento, Recomendações e Moções colocamos a votação, felizmente tem havido unanimidade na sua aceitação, portanto, muito mais até que os dois terços.

Aqui, a única diferença, e bem explicado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, é que estamos a incluir na Ordem do Dia determinada matéria, tanto é que suspendemos o ponto seguinte para introduzir o novo ponto e isso só é permitido com dois terços do Plenário.

Foi muito útil este pedido de esclarecimento que conferiu oportunidade de o fazer junto da Assembleia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:  
Assim sendo, questiono à Bancada dos Independentes se já chegaram a alguma conclusão?

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *LUÍS ESTEVES* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sim, já chegamos a uma conclusão. Se for possível, iremos colocar como representante o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas *Rui Melo*. Como é uma pessoa que está dentro da área das finanças, fica a representar a Bancada dos Independentes.

É o nome que propomos.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito bem. Apesar da proposta do Senhor Deputado *Paulo Pinto* do PSD ser da criação da Comissão, a sua composição tem que resultar naturalmente da indicação das respetivas Bancadas.

Se é esse o nome consensual escolhido entre os Membros Independentes para incluir, é esse o nome que é incluído na proposta que vai ser sujeita a votação. Exatamente como as Bancadas tradicionais, os nomes foram fornecidos pelos Líderes que regulam a atividade interna das suas Bancadas através da sua liderança.

Assim, é substituído o nome do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira* pelo nome do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas *Rui Melo*.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Como se trata da introdução de duas alíneas distintas, uma para a integração na Comissão Permanente com indicação do nome e a outra para a criação de uma Comissão é preciso que dois terços dos membros se pronunciem favoravelmente para se introduzir esses pontos na Ordem do Dia. Aliás, possivelmente deveríamos ter começado por aí. Se não, esses pontos não podem entrar e teremos que deixar isto para outra Assembleia e aí entrará na Ordem do Dia.

Vamos então auscultar o Plenário.

Quem concorda que a nova Comissão, proposta pela Bancada do PSD seja incluída no Período da Ordem do Dia de hoje?

----- A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, incluir a Proposta de Constituição da Comissão de Acompanhamento Covid-19, por reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o mesmo.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Comissão de Acompanhamento Covid-19, a mesma é composta por:

- Mesa da Assembleia Municipal;
- Bancada do PSD: Senhor Deputado *Paulo Pinto* e Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *António Martins*;
- Bancada do PS: Senhor Deputado *Rui Pacheco* e Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*;
- Bancada do CDS/PP: Senhor Deputado *Virgílio Tavares*;
- Bancada da CDU: Senhor Deputado *Jorge Humberto*;

- Bancada dos Independentes: Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas *Rui Melo*.  
É esta a constituição da Comissão designada “Comissão de Acompanhamento Covid-19”.

----- Efetuada a votação, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções, por parte do Senhor Deputado *José Trovisco* do PS e por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Agueiras *Manuel Fontes* da Bancada dos Independentes, aprovar a Constituição e Funcionamento da Comissão de Acompanhamento Covid-19, apresentada pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto* do PSD.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Quem concorda com a indicação do nome por parte da Bancada dos Independentes para a integração na Comissão Permanente?

----- A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, incluir a Proposta de Integração de um Representante da Bancada dos Independentes na Comissão Permanente, por reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o mesmo.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Validado o nome, conforme há momentos questioneei a Bancada dos Independentes, por parte do Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *Luís Esteves* a integrar a Comissão Permanente, sujeita-se esta proposta a votação da Assembleia Municipal.

----- Efetuada a votação, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção, por parte do Senhor Deputado *José Trovisco* do PS, aprovar a Integração do Representante da Bancada dos Independentes, Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *Luís Esteves*, na Constituição Permanente, proposta apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Na sequência daquilo que há pouco referi sobre a revisão do Regimento da Assembleia Municipal, temos uma Comissão ativa, quando referi que íamos reativá-la, ela está preparada, vamos é reabrir o processo e, como veem, já temos vários assuntos para alterar no Regimento. Assim, vai ser vertida no Regimento a questão da transmissão das Sessões de Assembleia Municipal em áudio/vídeo, os dois pontos que acabamos de votar e, além disso, acrescento, porque sentimos essa lacuna, de criar a possibilidade de suplentes na Comissão Permanente, porque até aqui não existia, ou seja, quando algum elemento eleito faltasse não podia ser substituído.

Entretanto, deixo isto no ar e peço o contributo de todos, se houver outras ideias positivas para introduzir nesta alteração do Regimento, agradecia que as remetessem para posteriormente a Comissão as analisar. Portanto, quem tiver alguma ideia como positiva para alteração do Regimento – já não é a primeira vez que ouço que o Regimento está mal em alguma parte – proponham essas alterações e a Comissão posteriormente irá pronunciar-se sobre isso.

Agradeço e fico à espera do vosso contacto.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se fosse possível, enviavam-nos o Regimento da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Regimento da Assembleia Municipal está disponível na página do Município, de qualquer forma, não custa nada solicitar o envio. Renovo e reforço o apelo do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Uma vez que a Comissão da Revisão do Regimento vai ter que reabrir trabalhos para incluir todas as questões que mencionamos, qualquer contributo que possa vir de todas as Bancadas na melhoria e enriquecimento do documento, façam o favor de ver o Regimento e darem-nos esses contributos para o bem funcionamento das regras do modo como esta Assembleia Municipal funciona.

### 3.4 Prestação de Contas 2019.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de maio de 2020, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três votos contra dos membros do PSD, conforme proposto:

- 1 – **Aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2019 da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;**
- 2 – **Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em cumprimento do indicado preceito e ainda do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, excepcionalmente ao abrigo da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que determina no seu art.º 3.º, que as Reuniões Ordinárias dos Órgãos Executivos das Autarquias Locais previstas para os meses de abril e maio, se possam realizar até 30 de junho de 2020.”**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Entendi por bem pedir alguma clarificação, antes de entrar em discussão, sobre algumas questões que não são tão claras no papel. Solicitei à Senhora Presidente da Câmara Municipal que nos fizesse a panorâmica destas contas e que nos desse uma visão mais sucinta das questões principais. Portanto, agradecia que a Senhora Presidente nos falasse desta Prestação de Contas de uma forma geral para o entendimento de todos.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Situação contabilística e financeira

Prestação de contas – Transparência e rigor

Prestar contas, tendo por base a clarividência contabilística e financeira e o rigor sempre foram os objetivos deste Executivo.

Neste tempo a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, consagrou medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo Coronavírus.

Permitam-me começar por recordar os quatro fatores, que gostamos de abordar quando se analisa uma prestação de contas.

#### **Execução, o equilíbrio orçamental, o resultado líquido e a dívida.**

Em relação à execução orçamental, tema sempre presente, assumimos que tivemos uma execução da ordem dos 75%, e um pouco abaixo das nossas ambições e expectativas. Não fomos chamados à atenção, mas cientes optamos por uma revisão ao Orçamento. No entanto, atentos à dívida elevada e uma vez que a estimativa do valor da sua execução é considerado “o que é pago” e uma vez que existem compromissos efetuados, que por não ter sido materializados economicamente, isto é, PAGOS, não admitiam outra taxa de execução que não a evidenciada!

Os Orçamentos são previsões e ao longo do ano sofrem ajustamentos em função da dinâmica social e das surpresas (veja-se esta pandemia), que vão surgindo ao longo de um ano.

A garantia de adaptabilidade ao razoável e necessário impõe revisões, as quais fazemos em total compromisso entre a necessidade e o rigor. Para 2018 o Orçamento era da ordem dos 39 milhões de euros, no ano transato da ordem dos 37 milhões de euros, este exemplo reflete exatamente uma política séria e ajustada.

O nível do equilíbrio orçamental foi manifestamente positivo. Significa isso que tivemos mais receita corrente do que despesa corrente já agregadas as amortizações médias que efetuamos nos empréstimos bancários. O resultado deste ano apresenta, assim, uma margem de cerca de 1.600.000,00 €, o que significa que houve um transporte de “despesas correntes” para o investimento dessa ordem de valor que foi financiado pela autarquia através da arrecadação de receitas correntes.

Relativamente à evolução da despesa, onde sistematicamente se refere um aumento da despesa corrente em vez da despesa de capital, REITERAMOS que foi preciso refazer uma grande parte dos projetos de empreitadas, logo tivemos menos investimento de capital. Os avisos concursais relativos ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano só estiveram disponíveis no segundo semestre, ou seja, o que significa que apesar da cativação das verbas, não tínhamos os projetos aprovados havendo necessidade de efetuar uma reprogramação no sentido de incluirmos, por exemplo, a Estação da CP.

Por necessidade revisito a questão de que este Executivo está a gastar mais nas despesas correntes.

A despesa corrente é dividida em dois fatores: a aquisição de bens e a aquisição de serviços.

A aquisição de bens é património inventariado. A aquisição de serviços exige-se por não sermos autossuficientes. Se repararmos, de 2017 a 2019 reforçamos o valor económico do Município por aquisição de bens (na ordem dos 600 mil euros), e capacidade de os aplicar na causa pública, bem como baixamos a aquisição de serviços em cerca de 700 mil euros.

Outro aspecto que nos orgulha e se prende com as **despesas correntes** respeita às verbas que são disponibilizadas às Uniões/Juntas de Freguesia, e que tanto têm potenciado em valor acrescentado ao seu trabalho. Deste modo, aumentamos, de 2018 para 2019 em cerca de 675 mil euros. Refiro ainda que aumentamos em cerca de 60 mil euros a verba disponível para as instituições sem fins lucrativos e também para as entidades supramunicipais relacionadas com a Comunidade Intermunicipal, com a Associação de Municípios e com a própria Agro-Industrial do Nordeste.

Julgo que quanto a DESPESA CORRENTE, estamos esclarecidos!

Relativamente à demonstração de resultados:

A demonstração de resultados, como sabem, é o relatório que nos mostra os detalhes dos Rendimentos (anteriormente conhecidos como proveitos) e os Gastos (anteriormente conhecidos como custos) durante um determinado período, normalmente um ano. Nela, podemos verificar se a empresa, neste caso, a Organização, durante o período, teve lucro ou prejuízo. Ora já demos nota que obtivemos um resultado líquido de cerca de 1.600.000,00 €, o que significa que conseguimos mais proveitos e ganhos do que custos e perdas, por isso, conseguimos equilibrar o Orçamento, toda a sua execução.

**Relativamente à dívida**, evidenciamos um decréscimo de cerca de 1.800.000,00 € (cerca de 11%). Por um lado, justificada pela boa gestão e compromisso para com estes empréstimos afirmando o Município como agente de confiança.

É verdade que mantemos negociações com a Banca, como é o caso do empréstimo ao BPI, para pagamento da dívida às Águas do Norte, através de um acordo com o Banco Europeu de Investimento, e assim prosseguiremos para que o exercício financeiro se adeque às nossas necessidades.

Nestes dois anos conseguimos baixar cerca de 4 milhões de euros ao valor global da dívida, o que nos levou, como é sabido, ao pedido de suspensão do Plano de Saneamento Financeiro. Neste momento, estamos com uma margem, entre a dívida total e a receita corrente, de cerca de 5 milhões de euros.

Finalmente e concluindo, dou nota da margem de cerca de 14 milhões de euros brutos que o Município tem atualmente, face ao limite da dívida (1,5 da receita corrente), e que nos motiva a prosseguir este rumo.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Entretanto, sabemos que em Reunião de Câmara não houve consenso, não foi votado por unanimidade, sendo votado por maioria com os votos a favor do PS e os votos contra do PSD.

De qualquer modo, não posso deixar de fazer uma observação. Na Declaração de Voto do PSD, em dada altura diz: “O tempo disponível para análise de um documento desta natureza é manifestamente insuficiente para um estudo rigoroso.” Concordo completamente, é de facto um documento extenso. Já não concordo tanto quando se diz: “pelo que na Assembleia Municipal será efetuada uma análise mais cuidada.”

Um Órgão não pode dizer o que é que o outro Órgão vai fazer. Lógico que a Assembleia Municipal deve fazer um estudo rigoroso disto e de tudo. Não acho que esteja muito propositada esta observação na Declaração de Voto do PSD.

De qualquer modo, vamos agora – com esse estudo que penso que foi feito – fazer as nossas críticas, depois desta exposição. Não sei se acrescentou alguma informação positiva para os Senhores Deputados, mas pelo menos para mim houve um dado ou outro que me esclareceu.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de se iniciarem as intervenções, permitam-me recordar, até para o interesse dos Senhores Deputados, conforme determina o artigo 28.º do Regimento da Assembleia Municipal, quando está em causa a discussão do Relatório de Gestão e Contas, cada Deputado Municipal pode intervir dez minutos de uma primeira vez mais cinco minutos de uma segunda vez ou optar por uma única intervenção de 15 minutos, devendo o Deputado manifestar à Mesa a opção que toma.

----- O Senhor Deputado Municipal *NUNO MAGALHÃES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Antes de mais, sobre aquilo que a Senhora Presidente da Câmara nos esteve aqui a falar, já não é a primeira vez que acontece esta situação de nos virem fazer este explicativo antes das intervenções dos Senhores Deputados, não tenho nada contra, antes pelo contrário, acho que fica sempre bem. Contudo, deixo uns apontamentos antes de passar à análise que tinha programada para esta intervenção.

Falou-nos da questão da reprogramação e referiu que “muitos projetos tiveram que ser revistos”. Acho que a Senhora Presidente já sabia disso no início do ano. Quem fez o Orçamento se não sabia, deveria saber. Não é nossa responsabilidade, apenas vossa e ver que não programaram bem a despesa que previam fazer, por isso, não acho que isso seja motivo suficiente para nos estar a dar esta desculpa para a fraca execução daquilo que são as despesas de capital e receitas de capital.

Sobre aquilo que é a Prestação de Contas, depois deste período de confinamento, somos hoje aqui chamados a fazer a Prestação de Contas. O que é, então, isto da Prestação de Contas? É uma apreciação da Prestação de Contas que acaba por ser uma apreciação daquilo que foi a execução do plano que foi elaborado em 2018 e executado em 2019. Chegamos a 2020 e temos então que ver se efetivamente esse plano foi ou não foi cumprido.

Gostava de destacar alguns números que estão nesta Prestação de Contas.

Da execução a Senhora Presidente já falou, dos 75% que nos apresentam nesta Prestação de Contas e isto sabemos perfeitamente do que se deve. Conforme a Senhora Presidente referiu, isto é um documento previsional e está sempre sujeito a alterações de acordo com as circunstâncias que se vão providenciando ao longo do ano.

Como sabemos, foram feitas três revisões neste Orçamento, duas em que houve a inclusão de novas rubricas e novos valores e uma terceira, em dezembro, para uma redução global daquilo que é o valor do Orçamento.

Poderia ter a tentação de fazer uma comparação com o início do ano, mas achei que não seria justo. Apenas vou buscar os números antes da Revisão Orçamental de dezembro, porque nessa Revisão Orçamental foi-nos aqui dito que simplesmente era para ter melhores taxas de execução.

Fazendo esse comparativo, vou abordar as receitas. As receitas correntes tiveram uma taxa de execução de 85%, as receitas de capital – 25,32% e outras receitas, neste caso, não é relevante para a questão. Fazendo uma execução da receita – 61,83%. Nas despesas correntes tivemos uma taxa de execução de 73,73% e nas despesas de capital 42,25%, fazendo um total da execução de despesa de 61%.

Não sou só eu que confirmei estes números, o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* também na Reunião de Câmara disse que sem a Revisão Orçamental de dezembro as taxas de execução andariam à volta dos 61%. Por isso, confirmamos aqui que a taxa de execução que nos apresentam é de certa forma artificial, ninguém questiona a legalidade, porque os instrumentos existem e são para se utilizar, mas é de certa forma artificial, porque em dezembro apresentam uma redução em baixa apenas para melhorar as taxas de execução.

E se mesmo olhando para as taxas de execução que vocês nos apresentam, após a própria Revisão, já demonstrava algumas fragilidades, se pegarmos nas taxas de execução antes da Revisão, então essas fragilidades ainda vêm mais à tona. A Senhora



*[Handwritten initials and marks]*

Presidente quando falou na questão das despesas e receita de capital, já sabia perfeitamente que iríamos falar disso, porque a execução foi fraca e não foi aos níveis daquilo que esperaríamos e fica em causa muito daquilo que é o investimento público e da captação de financiamento público para o nosso Município.

Mais, comparando a execução que tivemos relativamente a 2018, registou-se também uma redução nas taxas de execução e tivemos aqui um aumento daquilo que são as despesas correntes na ordem de 1.370.000,00 € e uma redução daquilo que são as despesas de investimento, com uma queda mais acentuada de 4.500.000,00 €.

E se dívidas restassem, ainda temos o quadro 3 que é um quadro relativamente àquilo que são as Revisões e Alterações Orçamentais e vemos claramente que há um sacrificar daquilo que são as receitas e despesas de capital, aquilo que é o investimento e um reforço mais acentuado para aquilo que é as despesas correntes e para aquilo que é a gestão corrente.

Falando no equilíbrio orçamental, que é uma bandeira que aqui foi elencada pelo Executivo, é inequívoco – os números são o que são – que há um equilíbrio positivo, que há mais receita corrente, que a receita corrente é maior que a despesa corrente e as amortizações médias dos empréstimos bancários. Este é um ponto que sempre destacamos e reconhecemos.

Passando à execução da despesa, temos de fazer a análise em duas vertentes. Se em primeiro lugar podemos olhar para aquilo que é a avaliação do crescendo e do descendo das tendências que elas apresentam em termos de variação global, depois também temos que fazer uma análise daquilo que é a estrutura de custos e do peso que essa estrutura de custos e despesa tem no Orçamento Municipal e na execução do próprio Orçamento.

Começando com a evolução, aquilo que vemos é que há uma tendência de crescimento da despesa corrente desde 2019 até agora, tendo aumento 1.461.517,99 €, sendo que o maior aumento se verificou de 2018 para 2019, sendo que de 2018 para 2019 teve um aumento de cerca de 1.373.000,00 €.

Obviamente que comparamos anos diferentes, comparamos Orçamentos diferentes, com projetos diferentes, mas aquilo que temos de observar é a tendência que acontece com as despesas e efetivamente as despesas correntes têm tido uma tendência crescente e aumentado de ano para ano. Não deixa de ser, de alguma forma, curioso quando se apresenta um Orçamento de 39 milhões de euros e que a despesa corrente é inferior em 1.400.000,00 € do que aquilo que foi a execução da despesa corrente em 2019 quando o Orçamento era inferior em 2 milhões de euros, ou seja, era de 37 milhões de euros.

No que toca à despesa de capital, depois da grande subida que aconteceu de 2017 para 2018, verificamos agora uma tendência inversa, há uma redução em cerca de 4 milhões de euros daquilo que são este tipo de receitas, ou seja, dinheiro que normalmente é proveniente de fundos comunitários que deixou de ser executado neste mandato e que estava planeada a sua execução.

No que toca também à estrutura da despesa, olhando para aquilo que é a despesa corrente, vemos que há duas rubricas que absorvem cerca de 80% da despesa corrente do Município. A primeira são os encargos com o pessoal e começamos já aqui a projetar aquilo que vamos falar ainda nesta Assembleia. Se temos um peso tão grande daquilo que é os custos com o pessoal, a seguir vamos fazer um aumento brutal no Mapa de Pessoal, possivelmente este peso ainda vai ser mais significativo.

Depois, olhamos para a aquisição de bens e serviços, que também aqui falaram, e estamos a falar de uma ordem de 43,94% de peso da despesa corrente que ela tem. Analisando esta despesa de aquisição de bens e serviços que aqui falamos, quando falamos na questão dos bens vemos que 55% se destina à aquisição de água. Tendo em conta que estamos a falar em água, também temos que destacar o aumento das dívidas da faturação de água, onde aumentou cerca de 197 mil euros relativamente ao ano anterior. Se em anos passados era tão premente fazer a cobrança de água, de momento aqui não nos parece que essa premissa se esteja a confirmar.

Temos que destacar outras descidas, que é a questão dos combustíveis e de lubrificantes. Obviamente que é algo positivo e que está muito relacionado com a gestão de frota e de utilização de frota, mas destacar que há um crescimento naquilo que é a aquisição de bens.

Quando passamos para a aquisição de serviços, aqui falaram que foi a aquisição de serviços descendo, efetivamente ela existiu e o grande peso de estrutura que existe naquilo que é a aquisição de serviços destina-se ao tratamento de águas, ao tratamento de resíduos, à iluminação pública, ou seja, àquilo que são os serviços essenciais para o cidadão.

Falaram nesta descida de aquisição de serviços, vi que há um motivo de contentamento e bem, não coloco em causa essa descida, mas aquilo que se verifica é que essa descida não compensa a subida que existe na aquisição de bens e, por isso, chegamos ao fim e a aquisição de bens e de serviços apresenta um crescendo.

Compreendo que nos digam que estamos a fazer aquisição de bens que efetivamente ficam, mas levando isto a um extremo aquilo que nos estão a dizer é “nós fizemos as obras essenciais, mas não se preocupem que temos abastecimento de canetas para mais 20 anos e, por isso, está tudo bem”. É isso que estamos muitas das vezes a falar.

Quando se fala em transferências correntes e encargos com os juros da dívida, aqui não temos muito a apontar, é uma questão natural, principalmente a questão dos juros da dívida, mas as transferências correntes, de certa forma, foram aqui tentadas transformar em outra coisa que não o são, quando nos falamos na questão das transferências para as Juntas de Freguesia. As transferências correntes são transferências correntes, são para as Juntas de Freguesia e é assim que devem ser classificadas e que estão classificadas, não se tente subverter a realidade.

Nas despesas de capital, a taxa de execução que nos apresentam é de 67,42%, mas se olharmos para a execução que tiveram antes da Revisão Orçamental que foi feita em dezembro a taxa que apresentavam era de 42,25%. Se já nos deixavam um sabor agrídoce, porque 67,42% não seria uma taxa assim tão má, quando falamos em 42,25% significa que metade daquilo que estava projetado para ser realizado em termos de despesas de capital ficou por fazer e, por isso, também se demonstra aqui a demais preocupação com aquilo que é a gestão corrente do que propriamente com estas questões de investimento. Isso também está hoje confirmado na questão da Alteração/Modificação que mais à frente vamos abordar, onde já começam a apresentar estas quebras nas despesas de capital do investimento.

Relativamente ao PPI, apenas destacar alguns números, como a taxa de execução ser de 61% e há algumas coisas que gostava de dizer. Em relação à questão da economia, principalmente agora que falamos muito nesta questão e dos apoios económicos, vemos que, naquilo que são as funções económicas, a taxa de execução foi de apenas 29,41%, o que nos deixa de alguma forma preocupados, porque precisamos que a economia movimente e que tenha crescimento.

*[Handwritten initials and marks]*

Outro número que me chamou muito a atenção foi a Cultura, com taxa de execução de 0%. Sei que era um valor simbólico, sei que era um valor que estava simplesmente para abrir uma rubrica, mas durante o ano de 2019, no Plano Plurianual de Investimentos não foi executado nada para a Cultura. Todos nos preocupamos com aquilo que é a Cultura. Em termos de investimento é o que está no Plano Plurianual de Investimentos, Senhora Presidente, e essa é a realidade.

Todos nos preocupamos e todos nós temos esse compromisso para termos um investimento na Cultura. Temos aqui um verdadeiro paladino da Cultura, o Professor *Pedro Beato*, que certamente estará disponível para ajudar.

Há outros números de que poderia falar, mas vai-se acabando o tempo.

O que gostava de dizer para concluir é que quando estamos aqui a fazer uma análise de uma Prestação de Contas, não nos cingimos àquilo que nos apresenta, não temos forma de dizer se os números que estão ali estão certos ou se estão errados, até porque existe uma Certificação Legal de Contas exatamente para comprovar isso. Não há questão que esteja em causa.

Aquilo que é a nossa competência e por isso é que temos de fazer uma apreciação da Prestação de Contas é se o plano que nos foi proposto para 2019 foi executado satisfatoriamente ou se não foi. A realidade que vemos, é a nossa opinião e a nossa apreciação, é que não foi executado satisfatoriamente, uma vez que houve um sacrificar muito grande daquilo que é o investimento, principalmente nestas questões das despesas e receitas de capital, por isso, não podemos dizer que estamos satisfeitos com a execução que nos apresenta, além deste recurso – que não é ilegal, é um expediente que está ao dispor do Município – utilizado esta Revisão de Contas no final do ano.

Uma última nota e mesmo para terminar, relativamente a algo que se passou na Reunião de Câmara de 11 de abril de 2019. Enquanto preparava esta questão, encontrei algo que me deixou um pouco curioso. Falava-se da Prestação de Contas de 2018 em que a discussão se foi gerando até com o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* até que salta para discussão a questão da Prestação de Contas de 2017 em que foi dito que foi uma fraca execução de apenas 60%.

Ora bem, 60% é a taxa de execução que apresentam antes da Revisão Orçamental de dezembro, por isso, é exatamente igual. E, o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* referiu o seguinte em relação à Prestação de Contas de 2017: “Ou metade do ano não se trabalha ou se projetou um Orçamento ambicioso para parecer que se ia fazer muita coisa e não se fez.”

Tendo em conta que a taxa de execução real, antes da Revisão de Contas de dezembro, esta também nos 60%, a pergunta que gostava de fazer ao Senhor Vice-Presidente *José Cunha* é se nos seus Orçamentos também metade do ano não se trabalhou ou também se projetou demasiado e depois não se fez?

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação a este documento que estamos a discutir, Prestação de Contas 2019, na análise que fizemos identificamos que há pouca coisa a dizer, porque na Certificação Legal de Contas já temos os elementos principais. Contudo, no final deste documento de 160 páginas vem uma coisa chamada “Acompanhamento e Avaliação da Execução do Plano de Saneamento Financeiro 2013-2019”. O que me chama à atenção, Senhora Presidente, é aquilo que vem mencionado na página 6, na página 13 e na página 14 deste documento.

Então, começaria por perguntar algo muito especificamente e muito diretamente. Diz este documento que “atualmente está em curso a realização do Procedimento Concursal para a Alienação e Participação no Capital Social do Hospital Terra Quente, SA.”, já aprovada em 12 de outubro de 2018. Aquilo que a CDU gostaria de saber é: para quando é que está feita a previsão deste processo e se já está terminado ou ainda está em andamento? Esta é a primeira pergunta específica.

A segunda pergunta específica, que nos deixa algumas dúvidas e gostaríamos que a Senhora Presidente nos elucidasse é: o que é isto da internalização/perfusão do Matadouro Industrial do Cachão na AIN – Agro-Industrial do Nordeste? Aquilo que queria obter da Senhora Presidente é se estão garantidos os direitos destes colaboradores que transitam de uma entidade para outra, isto é, não perdem qualquer tipo de direito adquirido? Gostaríamos também de saber como está este processo.

Também gostaríamos de obter da Senhora Presidente respostas muito concretas sobre o Plano de Saneamento Financeiro. Aqui vou-me alongar mais um pouco, porque importa reportar que esta questão do Plano de Saneamento Financeiro transita de um Executivo para o outro com anos subsequentes. O Plano de Saneamento Financeiro impôs um número específico de colaboradores para o final de cada ano, atualmente o número de colaboradores da autarquia situa-se nos 289, muito inferior ao limite de 413, previstos para 2019, embora tivesse existido aumento do número de colaboradores em 2018 no decurso do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários da Administração Pública. Aqui, gostaria de saber qual é a situação dos colaboradores precários desta autarquia?

Obviamente que aqui vamos parar àquilo que é o mais importante e temos que discutir aqui, que é o custo que esta autarquia tem com as horas extraordinárias. Aquilo que o documento mostra é que se tem situado acima dos limites estipulados no Plano de Saneamento Financeiro, prevendo-se uma situação idêntica no final do ano de 2019, conforme se pode observar no gráfico presente deste documento que passo a enumerar: “O valor pago com este tipo de despesas aumentou quase em todos os anos. É oportuno lembrar que face à redução dos efetivos, o Município tem vindo a socorrer-se deste mecanismo para suprir a falta de recursos humanos, sendo que o aumento da despesa em 2018 resulta da reposição do regime suplementar previsto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.”

O que importa aqui é que tem havido um acréscimo na atribuição horária previsto no Orçamento de 2018. De acordo com o Plano de Saneamento Financeiro, ambas estas medidas são objeto, ou seja, redução do nível de despesa nas rubricas de horas extraordinárias e ajudas de custo em 5%. Em 2011 e nos anos subsequentes era de 2,5% que é o objetivo da despesa com horas extraordinárias, inferior a 31.680,00 €.

Olhando para o quadro que mencionei há pouco, vemos que em horas extraordinárias este Executivo e o anterior, em 2012 gastou 58.530,66 €. Em 2013 gastou 62.666,00 €. Em 2014 gastou 49.438,00 €. Em 2016 gastou cerca de 50 mil euros. Em 2017 gastou cerca de 61 mil euros. Em 2018 gastou cerca de 79 mil euros e no primeiro semestre de 2019 já vamos com cerca 53 mil euros.

Senhora Presidente, sabemos que isto tem a ver com a redução do número de colaboradores do Município, que através da não entrada de novos colaboradores para compensar as saídas por aposentação ou outras formas de desvinculação. O que aqui importa

ressalvar é por que razão não se aumenta o número de colaboradores contratados? Ou seja, não é perceptível perceber porque é que se gasta tanto dinheiro em horas extraordinárias e sabemos porque é que estas horas extraordinárias estão a ser pagas, porque temos um efetivo de colaboradores reduzido e que não cumpre aquilo que tem sido o Plano Financeiro.

Importa aqui dizer o seguinte. Quanto ao número de colaboradores previstos quando foi aplicado o Plano de Saneamento Financeiro, em 2012 esta autarquia tinha que ter 478 colaboradores. Sabe qual era o número de colaboradores? Eram 393.

Em 2013 a autarquia podia ter 473 colaboradores. Sabe qual era o número que tinha? 386.

Em 2014 a autarquia podia ter 470 colaboradores. Sabe quantos tinha? 308.

Em 2015 a autarquia podia ter 464 colaboradores. Tinha nos seus quadros 302.

Em 2016 podia ter 455. Tinha nos seus quadros 295.

Em 2017 podia ter 432. Tinha nos seus quadros 294.

Em 2018 podia ter 420. Tinha nos seus quadros 290.

Em 2019 podia ter 413. Tinha nos seus quadros 298.

Senhora Presidente, com todo o respeito e nós sabemos as dificuldades para com os colaboradores da autarquia e sabemos também que a progressão na carreira que estes colaboradores têm ao longo destes anos todos praticamente é nula, ou seja, não houve progressões na carreira, o que importa aqui dizer é o porquê na aposta de horas extraordinárias? Se sabendo nós que há falta de colaboradores, porque é que não os contrata? Porque é que se gastam estes valores de milhares de euros por ano, podendo fazer a contratação deles, não implicando nem submetendo o Plano de Saneamento Financeiro a qualquer tipo de irregularidade, porque já estão previstos.

Para o ano de 2019 estão previstos 413 colaboradores e temos nos quadros da Câmara 298, ou seja, cerca de metade. Isto é, há uma margem que a Câmara Municipal e este Executivo podia utilizar na contratação de novos quadros para a Câmara Municipal.

Termino perguntando à Senhora Presidente se pode elucidar à minha Bancada qual é o departamento que o Executivo tem onde se ganha estes milhares de euros anuais em horas extraordinárias. Gostava de saber qual é o departamento da Câmara ou o serviço que tem a necessidade de constantemente ter colaboradores a ter horas extraordinárias. Sei que a eles lhes faz muito jeito, é óbvio, mas gostava de saber essa informação. Qual é o departamento em que a Câmara Municipal tem um défice tao grande em que tem de socorrer às horas extraordinárias?

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou ser relativamente breve em relação a esta problemática, até porque esta avaliação, como qualquer coisa, é sujeita a uma avaliação em que uns valorizarão mais uns dados, outros valorizarão mais outros dados.

Pegando nas palavras do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, em que referiu o aumento das horas extraordinárias e relacionou com a redução dos recursos humanos, fazendo um levantamento ano após ano da quantidade de colaboradores que a Câmara podia ter *versus* a quantidade de colaboradores que a Câmara efetivamente tinha.

Esse é um ponto em que estamos plenamente de acordo, em que todo esse problema inicial vai trazer problema a jusante, ou seja, o facto de haver uma baixa nos recursos humanos, vai fazer com que haja maiores custos para a autarquia em horas extraordinárias e até avenças posteriores para fazer o trabalho.

Este é um problema que também pessoalmente conheço, porque no meu local de trabalho também temos esse problema, ou seja, é uma situação em que não me parece que seja muito simples de resolver, ao invés do que parece e do que deveria ser.

Quero reforçar a ideia deste documento e a noção com que ficamos ao ler, até foi anteriormente referido pelo Senhor Deputado *Nuno Magalhães*, do equilíbrio orçamental. Há efetivamente uma boa notícia e um bom considerando que devemos retirar deste documento é que as contas da Câmara Municipal estão equilibradas, estão em ordem, estão corretas e estão a produzir resultados positivos. O resultado líquido de mais de 1,5 milhões de euros positivos, o facto de a dívida baixar cerca de 1.600.000,00 €...

Não nos podemos esquecer que em quatro anos, apesar da redução dos impostos que a Câmara Municipal cobra aos municípios, seja pelo IMI ou seja pelo IRS, a Câmara reduziu a dívida em cerca de 4 milhões de euros, ficando com um limite muitíssimo mais elevado de endividamento. Ou seja, o caminho está-se a fazer de uma forma progressiva.

Não nos podemos esquecer, e por vezes a memória é curta, que o Plano de Saneamento Financeiro que vinha de 2012 foi progressivamente cumprido até ao momento de no ano passado se pedir a Suspensão do Plano de Saneamento Financeiro. Desde 2017 até agora foram reduzidos 4 milhões de euros. É um excelente processo e é um excelente exercício.

Refiro aqui também que a despesa corrente é verdade que aumentou, mas não nos podemos esquecer de alguns fatores que entram na despesa corrente. Os subsídios de 700 mil euros das Juntas de Freguesia entram nestas despesas correntes que aumentaram 1.400.000,00 €, segundo os dados. Ou seja, cerca de metade está perfeitamente justificada com o envelope financeiro que foi dado a todos vocês para as Juntas de Freguesia.

Há aqui também a questão da regularização dos precários. Como todos nós sabemos, houve um Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários da Administração Pública em que a Câmara Municipal também regularizou, entrando nas despesas com o pessoal.

Dependendo do lado em que estamos vemos de uma forma positiva ou de uma forma negativa, mas o certo é que números são números e estes números, globalmente, são bons.

Em relação à execução orçamental, não há como negar, há aqui uma diferença que também pode ser justificada, a meu ver, com o problema dos recursos humanos. Há efetivamente um problema com os recursos humanos e todos sabemos que para fazer obra, para fazer iniciativas é preciso ter pessoas que façam as coisas de forma a despoletar essa situação.

Isto vai-nos levar depois a pontos subsequentes desta Sessão para discutirmos, até no ponto 3.7, a razão ou a necessidade que temos ou não de ajustar estes recursos humanos, mas para já era só isto que tinha a dizer.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Executivo dispunha de um Orçamento para receitas correntes de cerca de 23 milhões de euros e realizou apenas 19,5 milhões de euros. O problema foi este. O que é que estava na expectativa das receitas que não aconteceram? Porque gastar sabia-se gastar, só as receitas não foram aquelas que se esperavam.

Nas receitas de capital entende-se um grau de realização de 47,29%. Não é possível fazer tudo, não houve capacidade de realização para mais.

Nota-se muito positivamente, de facto, que a vereação tenha conseguido transformar dinheiro que era para despesas de capital para receitas de capital. Transferiu coisas que podia ter gasto em acumulação para conseguir maior investimento. Portanto, é positiva esta transformação.

Ao nível das transferências correntes, regista-se com agrado as transferências das Freguesias que passaram de 91 mil euros para 723 mil euros em 2019. Muito positivo. Oxalá que as Freguesias tenham capacidade de realização correta das transferências correntes, uma vez que isto, essencialmente, não é a investimento, mas a gastar. As Freguesias precisam muito de investimentos e nem assim têm capacidade de realização para isso.

No que respeita ao apoio às famílias, apenas um pequeno reparo. Foram gastos para apoiar as famílias 56 mil euros. Isto é positivo ou é negativo? É que não consigo perceber se o Município de Mirandela a apoiar famílias necessitadas em épocas difíceis, gastando só 56 mil euros se é pouco ou muito.

No quadro 16 - entidades participadas, apresenta a informação das entidades participadas. A maior parte delas ainda têm “informação não disponível” desde 2018? Porquê? O ano todo? Acho que bastava um telefonema. As contas das empresas têm que ser publicadas obrigatoriamente. Não posso aceitar estes números assim, porque as empresas são obrigadas a publicar os seus resultados. Daí, será isto possível ou é intencional?

As contas de 2019 não apresentam questões inultrapassáveis, como dizia a Senhora Presidente, nada de grave. Porém, as questões formalizadas no Relatório de Auditoria Externa são consequências de quê? A dúvida permanece e pode ser arriscado ignorá-la.

Pensava que havia um tempo para nos pronunciarmos sobre a análise do Plano de Saneamento Financeiro, mas ao que parece não há. Portanto, vou aproveitar este tempo, porque se fala no Saneamento Financeiro que já acabou, a Câmara Municipal de Mirandela já não tem Saneamento Financeiro e já não está obrigada a prestar declarações nem informações.

Não sou apreciador da arte do ilusionismo. A realidade aparente confunde-me facilmente e induz-me em erro com frequência. Vem isto a propósito de em 2013 ter aceite um Plano de Saneamento Financeiro com uma dívida à Banca de 7,6 milhões de euros. Embora a ser verdade ter-se amortizado 3,8 milhões de euros nestes anos todos, desde 2013, a seguir este caminho, em 2028 amortizam-se os 7,6 milhões de euros. Com efeito, o Plano de Saneamento Financeiro foi extinto, assim como as obrigações que lhe estavam implícitas. Mas, como é possível que a dívida a terceiros a médio e longo prazo seja, em dezembro de 2019, sensivelmente igual? 7 milhões de euros.

Vejo pombas brancas esvoaçando na sala. Não sei de onde vieram ou se são verdadeiras.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Deixe-me elogiar os Senhores Deputados que me antecederam nesta intervenção, nomeadamente o Senhor Deputado *Nuno Magalhães*. Os outros Senhores Deputados fizeram a apresentação de um conjunto de números que eu não consigo fazer tao bem. São Técnicos da área, eu nessas áreas não me quero meter e fizeram-no tão bem, sob pena de eu compor a escrita.

Para dizer o quê? A dívida total em 2017 era de 18 milhões de euros, o que significa que durante dois anos a diminuição foi de 4 milhões de euros, diminuição essa que facilmente se percebe que foi alcançada em detrimento do investimento e de amortizações bancárias. Relembro que por cada ano que passa, a Câmara amortiza 1,2 milhões de euros em empréstimos bancários. Onde é que está a tal amortização tao significativa?

Senhora Presidente da Câmara, nós elegemos políticos, não elegemos Técnicos de Contas.

O Senhor Deputado *Rui Pacheco* diz que valoriza, porque há aqui uma análise orçamental muito importante. Senhor Deputado, eu só valorizo os dados do desenvolvimento e do bem-estar das populações e, se possível, com equilíbrio financeiro.

Digam-me, se olhar para aqueles ministérios, depois de *António Branco*, porque estão a acabar as obras, qual a grua que nasceu de novo ao abrigo daqueles ministérios que tratam o desenvolvimento e bem-estar das populações?

Esperei ansiosamente, para mal dos meus pecados, por esta Assembleia Municipal, porque de facto a Senhora Presidente nos dois primeiros anos andou aqui a tentar aniquilar o PSD. Quando ela tinha maioria absoluta, o eleitorado mirandense deu-lhe as condições todas e mais algumas para governar e ela perdeu-se com questões menores. Chegado o terceiro ano de mandato, zero. Zero obras. Não vou dizer o que é que a Senhora Presidente prometeu em campanha eleitoral agora para as enunciar, porque ela vai escrever por baixo e ainda vai ver se vai a tempo. Estamos a falar do ano de 2019, porque o ano 2020 continua sem gruas do desenvolvimento e bem-estar das populações, pese embora o trabalho todo. Já sei, para o ano vai ser a Covid-19. Os dois meses de Covid-19 deram cabo disto tudo. Já vamos perceber.

Ainda agora elogiaram que com a Covid-19 foi um investimento significativo, mas para o ano não vai contar como investimento nem para o desenvolvimento das populações.

É por isso que não falo em números e pena é que tenha falado tantas horas extraordinárias em relação ao anterior Executivo e a Senhora Presidente arreventou com o Município e com aquilo que se avizinha, admito, estão aqui os Técnicos para dizer o contrário, que a Câmara Municipal de Mirandela vai ficar ingovernável, porque já está em perspetiva a criação de 170 postos de trabalho que vão custar 2,5 milhões de euros ao erário público.



Senhora Presidente, onde está o investimento da Câmara Municipal de Mirandela? Quais projetos? Até porque as obras anteriores já estão a terminar.

O Plano Plurianual de Investimentos teve uma execução de 4,8 milhões de euros, dos quais 3,5 milhões de euros correspondem a obras iniciadas ainda no anterior mandato. Isto espelha bem a iniciativa deste Executivo. É zero! Em termos de concretização de desenvolvimento sustentável, que é para poder fugir para o ambiente e para outras economias circulares, é zero.

O Senhor Deputado *Rui Pacheco* só vem aqui desculpar-se. “Porque as contas é a herança anterior”. Então as contas são boas ou não são boas? “A herança anterior era tão má”... O Senhor Deputado *Rui Pacheco* falou em alguma obra ou em algum projeto que modifique para melhor o dia-a-dia dos mirandelenses? “Bola!” E se dúvidas existissem, é olhar para aqueles ministérios.

Desculpem, é a minha forma de ser. Emocionado, porque estou a tratar do desenvolvimento da minha terra e enquanto aqui estiver é assim que vou falar. No dia em que não estiver, não estou. Espero estar vivo para vos poder cumprimentar onde vos encontrar nestas artérias da cidade que tanto gosto e amo.

Pode olhar para mim Senhora Presidente. Senhora Presidente, caiu-lhe a máscara?

Tenho dois filhos que estou a criar em Mirandela e gostava que ficassem por cá. Diga o que é que já fez a favor das gerações vindouras?

Tenho aqui outra frase, Senhora Presidente. Há várias pessoas a concluir aquilo que estou a tentar dizer, mas concluem de uma forma. “*Júlia Rodrigues* não faz investimentos planeados por fundos deixados do PSD.” É que já nem esses faz. Ou outros queixou-se, inaugurou-os, mas queixava-se que a obra era pesada, que tinha que os pagar. Então e aqueles que ficaram na gaveta, aqueles 30 milhões de euros, o que é que andou a fazer? Alterar projetos que é para dizer que são da Senhora Presidente.

A Senhora Presidente esperou pelos avisos que fossem abertos e agora estamos no último ano de mandato. É que vai ser... Já levamos anos suficientes disto.

Senhora Presidente, eu vou depois fazer uma Declaração de Voto.

Tenho pena que porventura a minha intervenção se tenha desvirtuado verdadeira àquilo que é importante, porque desenvolvimento, zero. Naquilo que se queixou do anterior Executivo, horas extraordinárias, avenças, despesas com o pessoal, contas injustificadas... A Presidente da Câmara é mestre.

----- O Senhor Deputado Municipal *HUMBERTO CORDEIRO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Na mensagem da Presidente na apresentação do Plano e Orçamento de 2019, a Senhora Presidente escreveu o seguinte e passo a citar:

“...Cientes de que o esforço das políticas sociais, alicerçadas no princípio de solidariedade e da cidadania, é fundamental para combate à exclusão social, pretende-se executar um dos maiores investimentos do município, que se traduzirá na renovação do Bairro Operário e do Bairro do GAT, de forma a assegurar um maior número de habitações sociais que estarão disponíveis para alojamento de famílias carenciadas do concelho.”

Mais adiante escrevia: “Concomitantemente será efetivado um avultado investimento a nível empresarial com expansão da Zona Industrial. Esta medida considera-se premente e justifica-se pela escassez de terrenos industriais viáveis para captar novos investidores e para implementação e fixação de novas empresas que potenciem a criação de postos de trabalho e prosperidade do nosso concelho.”

Escrevia ainda: “...“Mirandela um concelho de todos e para todos” continuará a ser em 2019, um princípio norteador da CMM. Nesta medida visa-se a organização e implementação de uma rede de transportes urbanos, capaz de garantir uma melhor mobilidade aos munícipes e a todos os visitantes, através de estabelecimento de rotas, paragens e horários, bem como se pretende investir na remodelação da Central de camionagem.” Fim de citação.

Analisando o relatório e contas o que verificamos: Obras do bairro operário - zero; Obras no bairro do GAT - zero; Obras na Zona Industrial - zero; Obras na Central de Camionagem - zero; Rede de transportes urbanos - continua tudo na mesma.

Concluímos que:

1. Princípio de solidariedade, cidadania e combate à exclusão social – zero;
2. Habitação social para famílias mais carenciadas – zero;
3. Captação de novos investidores, fixação de novas empresas e criação de mais postos de trabalho – zero.

Ou seja: Dos itens que mais relevou na referida mensagem não realizou nenhum.

Perguntava à Senhora Presidente:

Não se sente um pouco frustrada, por não conseguir proporcionar aos mirandelenses solidariedade, cidadania, combate à exclusão social; a Habitação Social para famílias mais carenciadas; a Captação de novos investidores, fixação de novas empresas e criação de mais postos de trabalho?

Otras questões importantes, para só citar algumas:

Dívidas a fornecedores aumentaram mais 600.000 euros; Receitas por cobrar de água foi 442.000 euros - Tanto criticou na campanha eleitoral e no passado o executivo anterior e afinal a fatura atual de água por cobrar é ainda maior! Tratamento em alta de águas residuais - Estão por pagar 914.000 euros, que também tanto criticou no passado; Recolha e tratamento de Resíduos Sólidos tem 331.000 euros por pagar - situação que tanto alarido gerou na campanha eleitoral.

Resumo muito genérico, para que todos percebam a gravidade da situação económica e financeira da Câmara Municipal de Mirandela:

Total de dívidas a terceiros - 15.437.856 euros;

Total de dívida a Bancos - 7.069.733 euros;



Total de receitas em 2019 - 23.000.000 euros.

Ou seja: Há um diferencial positivo de 1 milhão de euros, mas se compararmos esta taxa de realização de dinheiro, os 23 milhões de euros com os 37 milhões de euros inicialmente previstos, há uma diferença negativa de 14 milhões de euros. Ou seja, a Câmara Municipal pensava realizar mais 14 milhões de euros e não conseguiu.

Por isso, as dívidas a terceiros, mais as dívidas aos bancos, absorvem quase a totalidade das receitas brutas obtidas no ano 2019.

Esta situação, diga-se, não é totalmente da responsabilidade do atual executivo, nem tão pouco da sua maioria. É verdade, vem de trás. Porém, este, em tão pouco tempo, deu um grande empurrão, lá isso deu.

A diferença, muito importante, está no gigantesco volume de obras que os anteriores Executivos idealizaram, transformando completamente a nossa cidade e as nossas aldeias; colocando Mirandela no mapa, através de implementação e execução de políticas de crescimento e de desenvolvimento, amplamente reconhecidas. Enquanto este, nos 3 anos e meio que leva de mandato, em nosso entender, se tem dedicado mais às situações improdutivas e inconsistentes, aliás, prática comum do Partido Socialista Português, cujos objetivos são por demais evidentes.”

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Findas as intervenções e antes de dar a palavra à Senhora Presidente da Câmara, chamo o Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* para uma Interpelação à Mesa, da qual goza de três minutos.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tenho quase a certeza absoluta que ao fim destes anos todos que aqui estou na Assembleia Municipal nunca vim falar de contas. Hoje também não venho falar de contas, venho fazer uma questão.

Aumentar despesas correntes é bom ou mau? Quero que me respondam, porque de facto vêem-se as incongruências e vê-se o cinismo com que se está nesta Assembleia. Desculpem, mas estou a falar para todas as Bancadas e para o Executivo também.

Quando nos convém vem-se dizer que se aumentaram as verbas para as Juntas de Freguesia. Quando não convém aumentam-se as despesas correntes. Quem foi a causa? As Juntas de Freguesia. Engraçado isto.

Aqui vê-se, de facto, que ou foram obrigados – por iniciativa minha, que foi aprovado – a “aumentar o orçamento para as Juntas de Freguesia” ou então andamos todos aqui a brincar.

Depois, ainda se questiona, estou a apontar para o Senhor Vice-Presidente *José Cunha*, “espero bem que as Juntas de Freguesia estejam a gastar bem o dinheiro”. As Juntas de Freguesia andam na ilegalidade? São pessoas completamente “desbaratadas”? Não consigo perceber.

Era só isto que vinha questionar a toda a gente.

Gostava também que os Senhores Técnicos – eu não sou Técnico, por isso, nunca cá vim falar das contas – fizessem este exercício: o que seria de Mirandela, em termos orçamentais, em termos do antigo FEF? E o que é que é de Mirandela com o resto do concelho? Afinal as Juntas de Freguesia, como sempre discuti e continuarei a discutir até ao fim dos meus dias aqui nesta Assembleia, o meio rural é sempre prejudicado. O que conta é Mirandela.

O Município chama-se “Município de Mirandela”, não é Câmara de Mirandela. O Município não é só Mirandela, é Mirandela e mais 102 aldeias.

Peço imensa desculpa, sou assim.

Acho que deviam ter vergonha.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Prestação de Contas e pese embora a minha declaração inicial explicasse, em termos políticos, o que está em causa, todas as questões que foram colocadas e dado que foi citado nas intervenções, o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* vai, depois de eu falar, fazer uma pequena intervenção explicativa dos números. Contudo, há algumas questões que gostaria de referir que têm a ver com várias intervenções.

Dizer que este Executivo é solidário, exerce a sua cidadania, preocupa-se com a solidariedade social, é óbvio que gostaríamos de aumentar os postos de trabalho, mas estamos a trabalhar para que isso seja possível.

Vou dar uma informação que podem não ter relativamente aos projetos aprovados, aos projetos que estão a ser iniciados e também uma justificação em relação à expansão da Zona Industrial, que é uma questão importante e pedi para me fazerem uma informação sobre isso.

Tenho a dizer que iniciamos, como sabe o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais, o regadio coletivo de Contins, temos um investimento importante que já foi iniciado e também vamos iniciar, estava previsto no final do mês, as obras na Central de Camionagem.

Como sabem, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano tem verbas para a cidade. Para as aldeias estamos a elaborar projetos de água, saneamento e também vias e estradas municipais. Não existiam na Câmara Municipal projetos feitos relativamente a esta situação das estradas municipais, por isso, tem sido um trabalho da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, com os nossos Arquitetos e Engenheiros, com o apoio da Associação de Municípios e também com o apoio de algumas Juntas de Freguesia, fazer o apoio à elaboração dos projetos que não estavam concluídos e que agora estão em fase de conclusão.

Em relação à Zona Industrial, houve uma candidatura aprovada em 29 de janeiro de 2016. Esta candidatura aprovada em 2016 foi pré-qualificada com parecer favorável, mas, depois, houve a necessidade de fazer um Estudo de Impacto Ambiental e esse estudo

*[Handwritten initials and marks]*

foi à Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Norte em 26 de julho de 2018. Em agosto houve pedidos de elementos adicionais para avaliação da conformidade do Estudo de Impacto Ambiental. Em janeiro de 2019, houve uma visita da Comissão de Avaliação ao local do projeto. Em 23 de janeiro, houve a resposta dos pedidos de elementos adicionais solicitados pela CCDR-N. Em novembro de 2019, houve um pedido de esclarecimentos da Autoridade de Gestão para finalizar a análise de candidatura. Ou seja, como todos sabemos, muitos projetos e muitas candidaturas andam com pedidos de elementos adicionais, especialmente candidaturas que tenham Estudos de Impacto Ambiental, que são grandes estudos e têm uma série de elementos adicionais que a Câmara terá de responder.

Dia 09 de maio, abrimos a decisão de contratar, escolha do tipo de procedimento, entidades a convidar, nomeação de júri, audiência prévia, aprovação das peças de procedimento e cabimento. Por isso, pretendemos em breve poder lançar o concurso.

Muito do tempo que se demora nestas aprovações não dependem somente da Câmara Municipal, como sabem e têm a responsabilidade de saber, porque já estiveram na Câmara a gerir, dependem de muitas aprovações de outras entidades que não a Câmara Municipal e que tem o seu tempo de resposta.

Relativamente à Zona Industrial julgo que estamos explicados.

Em relação a outros projetos, estamos a receber a aprovação das candidaturas. Criação de Rede Ciclável e Via Pedonal entre o Bairro do Pombal e a Avenida Camilo de Mendonça, fizemos o termo de aceitação esta semana. PAMUS 1 – Criação de Rede Ciclável entre a Rotunda Monumento à Linha do Comboio do Caminho-de-ferro até à Rotunda Portas da Cidade. Esta envolve expropriação de terrenos, portanto, é um processo também demorado. Criação da Via Pedonal entre a Rua de São Brás e Mobilidade Urbana Sustentável. Interface Multimodal da Cidade de Mirandela com a Remodelação Parcial da Central de Camionagem.

No que diz respeito às questões relacionadas com as candidaturas, posso dizer que temos ainda algumas a aguardar decisão, temos algumas aprovadas condicionadas à aprovação do nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e temos algumas já em contratação.

Quanto a outras candidaturas, temos admitida a Valorização do Troço do Caminho oeste Santiago em Portugal entre Mirandela e Valpaços. O Centro de *Cycling* Portugal que está aprovado no valor de 229 mil euros, no Quadraçal. Temos a Rede de Praias Fluviais que está aprovada e está para ser iniciada. A Cultura para Todos, que aguarda decisão, mas com a situação da Covid-19 há uma proposta da CCDR-N para alterar este investimento na Cultura para Todos. O Centro Municipal de Proteção Civil está aprovado. Reabilitação de Eficiência Energética na Rede de Iluminação Pública de 173 mil euros, está aprovada. Trilho da Maravilha, Açude, Passadiços e Pistas de Pesca está a aguardar decisão. A Valorização Turística da Linha do Tua – troço de Mirandela também está aprovada e a Área de Legalização Empresarial de Mirandela está em fase de contratação.

Estes projetos, como todos sabem, e quem faz candidaturas sabe, demoram o seu tempo e têm o seu tempo para executarmos. Obviamente que gostaria que fosse tudo muito mais rápido, que os tempos fossem encurtados e que as instituições dessem resposta atempada às nossas solicitações. Lamento não conseguir encurtar, por exemplo, um Estudo de Impacto Ambiental, lamento dizer que existem condicionantes graves a conseguir a execução. Quem trabalha em contratação pública sabe que os vistos dos Tribunais de Contas é obrigatório pedir-se em projetos superiores a 350 mil euros, o que nos obriga a um tempo de espera de dois, três ou quatro meses.

Vocês sabem que tudo o que é concursos públicos, se houver uma reclamação “empanca” o projeto, se houver uma providência cautelar faz parar a obra, ou seja, existe uma série de condicionantes que não dependem somente de nós.

Relativamente às questões da execução, aos recursos humanos e àquilo que foi referido, de facto as horas extraordinárias aumentaram essencialmente por dois motivos. Escassez de recursos humanos e quero partilhar convosco uma situação que sei que todos concordam.

O maior ativo de qualquer Organização são as pessoas, são os colaboradores. De facto, durante este tempo não houve atualizações salariais e neste momento a atualização salarial também aumenta o custo da hora extraordinária, ou seja, em proporção do vencimento. Isto faz com que haja também um aumento do valor da hora extraordinária. Portanto, estão incluídas as duas situações.

Os departamentos que mais horas extraordinárias consomem, isto é uma situação que podemos partilhar com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. São a Cultura e Eventos, que trabalham muitas vezes ao fim-de-semana, Transportes, também a Proteção Civil e, por exemplo, o Canil que era um equipamento que não tínhamos na nossa gestão e agora está, portanto, os animais têm de comer todos os dias, existindo este aumento das horas extraordinárias destes colaboradores, para além de outras situações.

Em relação ao Cachão, no ano passado, em 2019, a Câmara Municipal de Mirandela e a Câmara Municipal de Vila Flor cobriram os prejuízos do Matadouro de 2014 e 2015, com prejuízos de 217.751,00 € e 92.334,00 €. São prejuízos anuais significativos que nós mantemos com problemas graves nesta gestão. Por isso, foi aprovada a internalização do Matadouro Industrial do Nordeste na Agro-Industrial do Nordeste de forma a que também houvesse um estudo no sentido de como fazer essa internalização.

Referir ainda que relativamente à alienação do capital no Hospital Terra Quente, existe uma reunião agendada por três Revisores Oficiais de Contas, um designado pelo Hospital Terra Quente, outro designado pela Câmara Municipal e outro designado pelos dois, no sentido de fazer a avaliação com base na Prestação de Contas do Hospital Terra Quente. Estava já agendada antes desta situação da Covid-19 e está agora agendada para os próximos dias, por isso, prevemos que este processo já possa ser apresentado na Assembleia Geral do Hospital Terra Quente, dando cumprimento à decisão que foi aprovada nesta Assembleia Municipal.

Quanto às questões acerca das transferências para as Juntas de Freguesia e da forma como são consideradas despesas correntes, não existe aqui nada que não seja de uma forma transparente e com rigor. Acreditamos que as Juntas de Freguesia nos apresentam sempre relatórios de execução, portanto, acreditamos que o dinheiro está a ser investido nos nossos territórios, nas Juntas de Freguesia.

O Senhor Deputado *Humberto Cordeiro* perguntou se eu me sentia frustrada por não conseguir pagar as dívidas todas e fazer investimento, seria fazer um milagre. Infelizmente não tenho a capacidade de fazer milagres e não tenho a capacidade de em três anos resolver tudo que não foi feito em 20, quando o PSD estava a governar a Câmara Municipal. É preciso dizer que se tivesse essa capacidade, faria com que as dívidas fossem pagas, por exemplo, às Águas do Norte, que, como sabe, é o maio bolo financeiro que temos em dívida de muitos anos atrás. Obviamente que não se consegue, a não ser com um milagre, resolver estes problemas

em três anos. Gostava realmente de ter esse “condão”, mas não tenho e como não faço milagres, aquilo que faço é gerir em conjunto com o Executivo o melhor possível, dando seguimento a todos os projetos, fazendo novos projetos, apoiando as pessoas, apoiando as Juntas de Freguesia e, acima de tudo, valorizar as pessoas e o nosso mundo rural. É essa a nossa preocupação, é esse o caminho e é este o “outro caminho” que tenho que apresentar, sem milagres, mas com a convicção de que estamos a fazer o melhor para todos, cidade, vila e aldeias.

Passo a palavra ao Senhor Vice-Presidente *José Cunha*.

----- O Senhor Vice-Presidente *JOSÉ CUNHA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Vou aproveitar para fazer algumas explicações, porque creio que tenta-se desviar as atenções e desmontar coisas que não são desmontáveis. A Oposição tem de fazer o seu papel e possivelmente lança para o ar dúvidas onde não existem, mas tenta-se que haja.

Em relação à execução orçamental, é verdade que foi de 75% e se não tivesse existido a correção - já o tinha dito em Reunião de Câmara, não tenho nada a esconder, os números são públicos e se não o dissesse os Senhores Deputados sabem fazer contas e chegariam lá - seria de 62%. Também se tivéssemos tido algum problema, não tínhamos feito a Revisão em baixa. Assumimos, sem problemas nenhuns, chegando ao final do ano, que pretendemos fazer uma Revisão em baixa e aproximar mais os valores, porque, como sabem, temos de ter ou deveríamos ter uma execução orçamental na casa dos 85%, por recomendação da DGAL e das instituições que gerem as partes financeiras.

Claro que os Orçamentos são previsões. O Orçamento é feito em outubro para o ano seguinte, sendo que durante o ano muita coisa pode acontecer e muita coisa não tem controlo.

É verdade que tivemos essa parte do Orçamento, é verdade que o Orçamento é feito e avaliado com o que é pago, o que não é pago está já comprometido e tem de estar no Orçamento. Sendo o Município uma Autarquia que tem alguma dívida, afeta as nossas contas. Só para dar o exemplo, com esta Revisão em baixa, se retirássemos o valor da dívida, que são cerca de 6.700.000,00 €, teríamos tido uma execução de 97%. Quase atingiríamos o máximo - 100%. Se não tivéssemos feito a correção e retirássemos a dívida, teríamos uma execução de 80%. Logo, isto afeta as contas.

Quem perceba da parte financeira, sabe que há sempre vários fatores e para termos todos os fatores perfeitos é muito difícil. Por vezes “a manta é curta”, para conseguirmos melhorar um resultado, temos que “destapar” um pouco o outro. Então, para conseguirmos que todos os resultados tenham uma vertente positiva, temos que ir medindo muito bem e o trabalho torna-se muito mais difícil. Por exemplo, podíamos abrir obras e comprar muita coisa e aumentaríamos a execução, mas se não tivéssemos a receita aumentaríamos a dívida, logo, estaríamos a melhorar um resultado e a piorar o outro. Muitas vezes a dificuldade é conseguir gerir todos estes resultados para que sejam equilibrados e vantajosos.

Este ano tivemos esta execução de 75%. No ano passado, também com a Revisão, foi de 75%, se não tivesse sido com a Revisão era de cerca de 68%. Em 2017, foi de 57% e em 2016 foi de 77%. Por isso, ninguém consegue chegar à perfeição dos 100% nas execuções orçamentais.

Se me questionam se fico contente com isso? Claro que não. Gostaria de aproximar o máximo possível dos 100%. Agora, não depende tudo de nós, há vários fatores e nem sempre conseguimos executar tudo.

Quando o Senhor Deputado *Nuno Magalhães* refere a questão se metade do ano estivemos a trabalhar e a outra metade não estamos, quando me referi a essa situação foi em relação ao ano de 2017 e referi-me que nesse ano a Câmara esteve metade do ano a trabalhar e a outra metade parada, porque na primeira metade do ano esteve a funcionar a 100% e na segunda esteve muito dedicada à campanha eleitoral e à tomada de posse do novo Executivo, em que levou os serviços a precisarem de indicações e como seriam as estratégias. Foi a isso que me referi em relação ao ano de 2017, de metade ter estado a funcionar a 100% e outra metade não, devido a essas circunstâncias.

Falando do equilíbrio orçamental, já foi aqui dito que significa que temos mais receita corrente do que despesa do dia-a-dia e dos empréstimos. Isto é importante e é positivo estarmos todos os anos a trabalhar para recebermos mais do que o que gastamos na despesa do dia-a-dia.

Em relação à receita corrente, referir que temos estado estagnados a nível de receita corrente. Em 2016 era de 18.200.000,00 € e em 2019 era de 19.500.000,00 €, mas de referir que nestes últimos dois anos temos a influência da receita não cobrada com a redução do IMI e do IRS.

Falemos então das despesas correntes e aproveito para responder a algumas questões.

Relativamente às despesas correntes, e respondendo ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes*, como tudo na vida, há despesas boas e há despesas más. Se me dissesse que a despesa corrente é boa, podem ser todas boas e há outras que possam não ser tão boas. Se me fala das Juntas de Freguesia, é uma boa despesa. É uma despesa que vos deu independência, que vos permite trabalhar diariamente e sem termos de andar todos os dias a gerir. Dos 30 Presidentes de Junta com os quais falei, todos me dizem que é outro sossego trabalhar hoje em dia, principalmente quem já era Presidente de Junta antes de 2017.

É verdade que o Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes*, apresentou aqui uma Moção, mas também é verdade que este plano dos protocolos já iria avançar mesmo sem a sua apresentação. Sei que o Senhor Presidente e o seu Partido tentam pegar como sendo do Partido, mas nós já tínhamos isso em mente.

Em relação às despesas, tem-se aqui dito que temos aumentado muito a despesa corrente, que estamos a tornar a Câmara insustentável e que vamos levar isto à Banca Rota. Ora, se os Senhores Deputados quiserem acompanhar, na página da despesa, em relação à despesa, existe a despesa que pode ser ocasional. Vamos imaginar que este microfone se estragava e tínhamos que comprar um novo. É um investimento ocasional. Outra coisa são as despesas do dia-a-dia que temos obrigatoriedade de pagar.

*[Handwritten initials and marks]*

Se consultarmos o mapa presente na página 18 e 19, pode verificar-se que na aquisição de serviços, mais de 50% dos gastos está relacionado com os encargos com as instalações em que temos reduzido, do ano passado para este ano, 100 mil euros. Significa que estamos a baixar as despesas nos encargos diários das nossas instalações. É um resultado positivo.

Verificamos também a questão da Iluminação Pública. A aposta na mudança para lâmpadas LED fez-nos reduzir essa despesa em 120 mil euros. É mais uma despesa que temos mensalmente em que estamos a pagar menos.

Nas outras grandes despesas, estamos a falar em tratamento de águas, nos resíduos, também baixaram esses valores. Aqui temos dois efeitos: ou as pessoas consumiram menos, ou conseguimos pagar de anos transatos e não ter tanta dívida para pagar nestes setores, porque, como disse, isto é o pago, por isso, pode haver menos consumos.

Estas grandes rubricas são para despesas correntes, estão a baixar. Logo, os compromissos mensais que temos ao longo do ano estão a ser menores. É verdade que aumentamos outras aquisições de bens, como a alimentação escolar, os transportes escolares, mas, nesse sentido, penso que seja uma despesa boa, pois estamos a melhorar a qualidade da alimentação, estamos a melhorar os serviços de transportes e de um ano para o outro pode variar, pode haver mais alunos ou menos alunos, pode haver mais carreiras ou menos carreiras.

É uma verdade que na despesa houve um aumento com os recursos humanos, mas, se verificarmos, nestes dois últimos anos houve o descongelamento das carreiras - quem é funcionário público sabe disso - que foi gradual, logo, por consequência, aumentou-se essa despesa, porque os colaboradores estão a receber mais. O ano anterior, também foi um ano de SIADAP, que é a avaliação dos colaboradores da função pública, em que muitos também subiram de escalão. Por isso, quanto ao aumento dos recursos humanos, a única contratação feita, em resultado da Lei, foi a integração de precários em que foram integrados 27 colaboradores entre o ano passado, terminando este ano essa integração. Portanto, não há contratação de novos colaboradores, os custos não é porque estamos a contratar mais, mas sim porque houve o descongelamento das carreiras.

Como já referi, as Juntas de Freguesia contam neste bolo, essas despesas correntes, mas são despesas positivas em que nós continuaremos a apostar e continuamos a achar que vale a pena gastar essas despesas.

Em relação à despesa de capital, que tem sido o grande debate, podem dizer que “vem de trás ou vem da frente”, mas isto será sempre assim. Em 2021, quem assumir o Município, terá coisas boas e coisas más deste Executivo, seja o Executivo na mesma PS ou de qualquer outro Partido.

Se repararmos, nas despesas de capital, em 2019 tivemos 6.400.000,00 €. Em 2018, 10.900.000,00 €. Nos dois anos anteriores aos nossos, 2017 foi 5.171.000,00 €. Em 2016, foi 3.840.000,00 €. Se somarmos 2018 e 2019 dá cerca de 16.500.000,00 € e se somarmos 2017 e 2016 dá cerca de 9.000.000,00 €. Por isso, se há investimento de capital, quase o dobro, é nestes dois últimos anos de mandato e não nos dois anos do mandato anterior. Podem dizer: “não havia Fundos Comunitários”, “não havia outros financiamentos”, mas isso são as circunstâncias dos mandatos, como nós em que muitas obras não as podemos fazer sem Fundos Comunitários. Por esta questão, às vezes não se consegue executar algumas obras.

Quando falam da reprogramação, das mudanças, dos projetos e dizer que são da Senhora Presidente... Orgulhosamente digo que alguns ainda bem que são da Senhora Presidente, foram alterados. Porquê? Falamos dos Bairros Sociais. Posso informar que o que estava planeado e na candidatura, em que pedimos alteração, era a recuperação dos Bairros Sociais Operário e do GAT no exterior dos edifícios. E eu pergunto: onde residem as pessoas? É no interior ou no exterior da habitação? A mim não me interessa que as pessoas que lá residem tenham uma casa pintada e muito bonita por fora, o que me interessa é que dentro tenham dignidade para morar. Foi isso que alteramos nesse projeto, por exemplo, para que haja a dignidade humana do cidadão.

Relativamente à Zona Industrial, é uma área importante e estratégica, já devia estar em andamento, tomáramos nós que já estivesse construída, que já tivéssemos empresários, que já estivéssemos a construir uma nova Zona Industrial. Significava que havia muita empresa a entrar em Mirandela.

O projeto foi revisto, havia algumas alterações para benefício da venda dos terrenos, porque havia um projeto inicial em que os lotes iam ficar com um desnível de 12 metros, significa que quem construísse ali teria que fazer estacas quase de 4 pisos para poder estar ao nível da estrada. Quem seria o empresário que estaria disponível para gastar esse dinheiro para fazer a estabilização do seu pavilhão industrial?

Como já foi referido pela Senhora Presidente também havia a necessidade do Estudo de Impacto Ambiental que demorou mais de um ano a ser aprovado pelas várias entidades.

Em relação ao PPI, que são os investimentos, dizer-vos que a execução foi de 61%, sem a correção era 31%. Em 2018 foi de 75%, sem correção era 51%. Em 2017 a execução do PPI foi de 25% e em 2016 foi de 40%. Em todos os casos, abaixo dos 50% em 2017 e 2016. Quando se discute que não se está a fazer investimento, olhe-se para as contas e veja-se se está ou não está a ser feita a execução.

No resultado líquido, dizer que é se as nossas contas deram positivas ou negativas entre os custos e os proveitos, em que deram cerca de 1.600.000,00 €.

Relativamente à dívida, houve uma descida de 1.800.000,00 €, cerca de 11%, neste momento, o seu limite é de cerca de 28.600.000,00 €, dizer que temos quase outro tanto de margem. Nós agora poderíamos gastar quase outro tanto como o que devemos até atingirmos o limite e não entrarmos em rotura financeira e termos que entrar em todos os programas de recuperação. Como também em relação ao que recebemos no dia-a-dia, a receita corrente, que é a média de 19 milhões de euros e a nossa dívida é 14 milhões de euros. Se não gastássemos um euro, significava que conseguíamos pagar a dívida e ainda nos sobrava dinheiro.

Quanto muitas vezes ouvimos, a nível nacional, o rácio a dívida acima de um ou abaixo, aqui estamos muito abaixo de um, o que significa que devemos menos do que o que recebemos. Isto significa que nestes dois últimos anos conseguimos uma margem de 4.600.000,00 € e um total de redução da dívida de 4.100.000,00 €.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Vereador, peço desculpa interromper. Estou a gostar muito da sua intervenção, mas é só para lembrar que ainda temos quatro pontos e se pudesse aligeirar... As respostas acho que já foram dadas, já é uma justificação das contas que ninguém pediu, de maneira que agradecia que aligeirasse o mais possível.



----- O Senhor Vice-Presidente *JOSÉ CUNHA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Entendo, Senhor Presidente. Desculpe o reparo que vou fazer, mas...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Se tivéssemos tempo seria extraordinário, porque é uma justificação correta...

----- O Senhor Vice-Presidente *JOSÉ CUNHA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Entendo, mas acho que a Prestação de Contas e o Orçamento são os documentos mais importantes, tanto da Assembleia Municipal como da Câmara Municipal e se virmos, no passado, sempre foram dos temas que mais demoram a ser debatidos. Acho que devemos prestar todas as contas, porque é aqui que prestamos as contas.

Só vou terminar respondendo a algumas dúvidas levantadas pelos Senhores Deputado, se me permitem.

Em relação ao Senhor Deputado *Nuno Magalhães*, algumas das coisas fui justificando, dar os parabéns pela sua intervenção assertiva. Tenho pena de ver um jovem, mais jovem ainda do que eu, mas nós que somos jovens, seria importante o seu Partido dar-lhe mais importância, porque intervenções como a sua fazem muito mais sentido do que a do seu Líder que veio aqui fazer uma encenação e não foi tão conciso. Não é preciso trazer as emoções, possivelmente o Senhor Presidente tem que aproveitar algumas intervenções como as do Senhor Deputado *Carlos Ventura*, do Senhor Deputado *Nuno Magalhães* que, se calhar, são muito mais calmos e mais assertivos do que vir para aqui com a emoção.

Relativamente ao Senhor Deputado *Faustino da Cunha*, que abordou a execução da receita, a mesma não atingiu os 100%, ficou em cerca de 80% da receita corrente.

Fala-se de investimentos, entre outros assuntos, informar que no último ano - e com direito, foi para isso que também fizemos o protocolo com a bolsa de material - foram fornecidas às Juntas de Freguesia 100 banheiras de cubo. Finalmente se vê cubo ao longo do mandato nas Freguesias e não só nos seis meses anteriores às eleições para tentar aqui mostrar algo.

Responder também ao Senhor Deputado *Humberto Cordeiro*, creio que houve alguma confusão na questão da dívida. Quando refere que a dívida são 23 milhões de euros, não, a dívida do Município são 14 milhões de euros, porque quando referiu que eram os 15 milhões de euros mais os 7 milhões de euros do empréstimo, isso está no somatório, por isso, não se pode voltar a somar esse valor. Os 15 milhões englobam tudo: empréstimos, dívidas a fornecedores... Está tudo na tabela presente neste documento. Na página 29, se repararem, neste total dos 15 milhões de euros, na tabela diz "15 milhões de euros - dívida a terceiros", esse valor é o que está na outra tabela, mas mais pormenorizado o que são estes 15 milhões de euros, em que inclui os empréstimos bancários.

Mesmo sobre essa questão em que têm referido muito que só temos descido dívida a empréstimos, baixamos 1,5 milhões de euros de 2017 para 2018 e 1.318.000,00 € de 2018 para 2019. Houve uma redução, no ano passado, de cerca de 700 mil euros e este ano de 500 mil euros a fornecedores.

Só um esclarecimento final. Quanto às notícias que vieram a público, no último mês, em relação ao prazo médio de pagamento, em que é um valor que queremos melhorar, quanto ao resultado apresentado - já tivemos uma reunião com a DGAL, ficamos muito surpreendidos com aquele resultado - nós aos fornecedores, a curto prazo, estamos a pagar a quatro meses e apareceu 192 dias. Já pedimos e os mapas que irão aparecer publicados no futuro, já vão ser corrigidos. Por isso, era para informar que não está os 192 dias, mas está muito abaixo, cerca de 60 dias. Estamos a pagar a quatro meses, mas ainda não estamos contentes, pois isso não é bom para os nossos empresários.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, o que é que posso acrescentar àquilo que foi dito, a não ser a avaliação que temos de fazer politicamente destas questões? É para isso que aqui estamos.

Obviamente que os números são o que são, mas ouvindo esta Câmara falar, não só os Senhores Vereadores, como a Senhora Presidente da Câmara e como os Senhores Deputado aqui representados, à CDU só vem demonstrar aquilo que dizemos ao longo de muitos anos na vivência da nossa democracia.

Estes custos que temos com a execução daquilo que é o ato mais nobre da Política, que é servirmos o povo que nos elege e não nos servirmos a nós, fica aqui bem patente sobre aquilo que são e continuarão a ser as dívidas deste Município e de uma grande maioria dos Municípios em Portugal. Obviamente que isso tem responsáveis políticos, porque é assim determinada pelas opções políticas que os Governos e os sucessivos governos que têm governado no nosso país o quiseram.

Senão vejamos, meus Senhores, as dívidas que a totalidade ou a grande maioria dos Municípios portugueses têm é às Águas do Norte. Pergunto a todos: De quem é a responsabilidade? Foi de quem, na altura de governação do nosso país, aqui posso colocar nomes, porque estão identificados - PS, PSD, o PSD com o CDS/PP, que tiveram a opção política de privatizar aquilo que é um bem de todos nós e é público. Aqui estão as responsabilidades e aquilo que são as dívidas que os Municípios têm. Não são os Municípios, somos nós todos. Estamos a pagar uma coisa que é nossa por direito, mas a opção política destes Governos e destes Partidos foi esta e cá está a dívida que vai transitar de uns Executivos para os outros. E nós vamos estar aqui a falar sempre do mesmo, mas não falamos daquilo que é o essencial: a opção política foi tomada e com que objetivo é que foi tomada. Aqui está o primeiro ponto que quero deixar claro.

A seguir, vem aquilo que virá a seguir, que foi a tomada de posição que o PSD e o PS juntamente com o CDS/PP, por opção política, disseram ao povo português: a transferência de competências para as Autarquias. Ninguém nas Câmaras Municipais, a não ser algumas, questionou: "Vamos ter transferência de competências e onde é que está o dinheiro?". Onde é que está o dinheiro? As Câmaras Municipais como a de Mirandela, como muitas outras - e temos o exemplo que falamos ontem, a questão da Covid-19 -



endividem-se, façam empréstimos bancários. Quem é que paga? Meus Senhores, vai ser aquilo que dois Deputados aqui falaram: investimento.

Não podemos ter tudo. Aliás, fico até espantado como é que esta Bancada de Partidos que defendem o empreendedorismo, o investimento privado, mas depois querem investimento público. O investimento público tem que salvar tudo, mas depois quando é para pagar impostos, “não queremos pagar impostos”. Já viram, os empresários trabalham tanto e têm que pagar todos impostos?

Meus Senhores, temos de ser coerentes, não vale a pena andarmos aqui com subterfúgios. Há responsabilidades políticas que foram tomadas neste país e nós estamos a pagá-las. Estamos a pagá-las e vamos continuar a pagar, porque esta Assembleia, não vou falar das outras, assumiu que esta Câmara tinha que ter transferência de competências, ou seja, passaram as Autarquias a assumir responsabilidades que não tinham que assumir, porque tem de ser o Governos e o Estado a assumir. Na questão da Educação, na questão da Saúde, vamos pagar, mas os Senhores votaram a favor da transferência de competências, mas não se interrogaram onde é que está o envelope financeiro. Onde é que está? Ninguém quis saber.

É bonito, faz bem mostramos que somos empreendedores.

Meus Senhores, está aqui a fatura, estão aqui as dívidas que se vão perpetuar em detrimento de quê? Daquilo que um Senhor Deputado falava, no bem-estar da população.

Vamos ter outro problema que vai ser a entrega da gestão da água à Resíduos do Nordeste. Já tivemos o exemplo. O meu Partido falou aqui nesta Assembleia quando esteve cá o responsável. Na Câmara da Régua o valor da fatura da água aumentou 300%. Quero ver a cara destes senhores todos aqui sentados que votaram a favor, o que é que vão dizer aos seus municípios. Aqui está a responsabilidade de cada um de nós.

Para terminar, Senhora Presidente, a questão da dívida que permanece do Matadouro do Cachão. A responsabilidade de quem foi? De quem governava na altura. A CDU disse: “A responsabilidade da gestão do Matadouro tem de ser do Estado e não tem de ser assumido pelas Autarquias”. Está aqui o exemplo. Vocês votaram a favor dessa transferência.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não vou falar mais de números, mas quero só simplificar duas ou três pequenas questões em que, pelos vistos, fui mal entendido.

Depois de falar a Senhora Presidente e depois de falar o Senhor Vice-Presidente *José Cunha*, posso cair na redundância de algumas coisas que tinha aqui anotadas para dizer, mas quero sublinhar e deixar aqui bem claro que quando me refiro ao aumento da despesa e a uma das questões das despesas terá sido com as Freguesias, quero deixar bem frisado que, a nosso ver e como disse o Senhor Vice-Presidente *José Cunha*, não é uma má despesa, é uma despesa que todos vocês e todos nós, é unânime, reconhecemos como uma mais-valia que veio conferir a todas as Freguesias uma autonomia financeira e uma dignidade que nunca tiveram ou que nunca tinham tido até hoje.

Isso é simplesmente uma justificação para justificar o aumento da despesa em cerca de 700 mil euros. Nunca eu quis qualificar a despesa das Freguesias como uma má despesa. Simplesmente referi que houve um aumento da despesa, que é inegável, com as Freguesias. Não quero referir isto como um mau aumento.

Foi aqui referido que eu disse, como disse o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, é verdade que nós deixamos uma marca para o futuro, boa, má, todos nós deixamos. Deixaram-nos uma herança e nós vamos deixar uma herança nesta vida. A herança que o Executivo do PS encontrou é uma herança, boa ou má e não a podemos escamotear. Eu falo nela exatamente como ela aconteceu, tão simplesmente como isso. Não podemos usar para uns lados a herança boa e para outros lados a herança má consoante nos dá jeito.

Quero aqui também deixar uma referência. Essa dívida que eu falei, esses 700 mil euros, são ou não são promotores da melhoria do bem-estar das pessoas e das nossas populações? Só as ruas e só as grandes obras é que aumentam ou que valorizam o bem-estar das pessoas? O facto de os fregueses terem mais dinheiro para pequenas obras que tao fundamentais são para o seu bem-estar e para o seu dia-a-dia é ou não é um fator promotor de desenvolvimento e um fator de promoção do aumento da qualidade de vida no nosso território?

Para terminar, quero deixar aqui uma nota. Por vezes a ânsia de queremos fazer avaliações antes do final do mandato, de um jogo ou de qualquer coisa, faz com que no último minuto possa acontecer alguma coisa e tudo o que dissemos “vai por água abaixo”.

Só quero deixar aqui uma pergunta ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Será que durante este tempo que falta, falta um ano e dois meses, para o final do mandato alguma obra ou situação que aconteça vai referenciar que só acontece, porque foi falado por si? É que ontem foi deixado isso “na espuma das ondas”.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De maneira nenhuma estou contra as despesas correntes nas Freguesias. Agora, parece, por vezes, que as despesas correntes, as transferências para as Freguesias, são uma panaceia para resolver todos os assuntos. São apenas 700 mil euros, que é menos do que para as instituições sem fins lucrativos e que é menos do que para as Organizações/Associações Intermunicipais.

No entanto, todos os Senhores Presidentes de Junta têm que ter um pouco de cuidado sempre que gastam um cêntimo, porque são poucos, no sentido de ser bem gasto. De maneira nenhuma estava em causa a dedicação e o interesse para as populações no uso e bom uso das despesas correntes.

Oxalá que a Câmara tenha faculdade para apoiar as Juntas de Freguesia em mais investimentos para transferências de capital.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes*, desafio-o a apresentar aqui uma proposta para duplicarmos a verba das Juntas de Freguesia, porque percebemos agora que não é assim tão significativa quanto isso, junto da Câmara Municipal de Mirandela.

Se porventura a Câmara de Mirandela não aceitar a proposta como aceitou a outra, porque foi dito que se não aprovar, nós não aprovamos o Orçamento, não foi?

Portanto, percebemos agora pela intervenção do Senhor Deputado *Faustino da Cunha* que afinal os 700 mil euros ou 1 milhão de euros para as Juntas de Freguesia é uma “ninharia”, não resolve problema nenhum. Confere dignidade, mas não resolve os problemas de fundo de algumas Juntas de Freguesia que estão a precisar de investimento.

Se quiser duplicar, tem a Bancada, julgo eu, do PSD para aprovar tal proposta.

Até que enfim, ao fim de dois anos, se fez luz sobre aquilo que verdadeiramente as Juntas de Freguesia podiam ter conquistado nesta Assembleia, sob pena de nos próximos anos não terem um ambiente tão favorável como têm nesta, sob pena de no próximo mandato aparecer aqui um Partido maioritário, que ganhou tudo e as Juntas de Freguesia ficam sem poder político para reivindicar aquilo que quer que seja.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agora dirijo-me a si. Não sei como é que o anterior Executivo com mais 4 milhões de euros de dívida fez as obras que fez. Se fez um Santuário e um Parque Escolar, no mínimo a Senhora Presidente da Câmara, com menos 4 milhões de euros, tinha direito a fazer dois Santuários e dois Parques Escolares.

Sobre as obras aqui explicadas, com os defeitos todos e mais alguns:

Estação de Camionagem: Projeto PSD. É projeto PSD, mas está cheio de defeitos.

Obras do Bairro Social: Relembro o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* que Relatório do Estado e Ordenamento do Território está lá obras fora e obras dentro. Vou trazer o Relatório, que tive o cuidado de ver esse pormenor.

Camionagem, Parques e outras obras. Como é que o anterior Executivo com 4 milhões de euros de dívida fez a obra que fez? Conseguiu vistos do Tribunal de Contas. Já percebi que não vamos ter montantes iguais de investimento no último ano eleitoral, mas também não é significativo de nada, o Executivo PS pode ganhar eleições, porque o anterior Executivo tinha o que tinha e também perdeu.

Isto vale o que vale, mas de facto interrogo-me que passe de magia é que o anterior Executivo com 4 milhões de euros de dívida a mais conseguiu construir o que construiu.

Só para terminar, Senhor Vice-Presidente, só vou dar um indicador e isso diferencia um pouco a nossa gestão, aquilo que foi a gestão do anterior Executivo e esta.

É verdade que as despesas com o pessoal aumentaram significativamente, a atualização dos escalões, os quadros remuneratórios, mas isso é dado adquirido.

Senhora Presidente, com o pessoal, a Câmara aumentou 6,3 milhões de euros, com avenças aumentou 150 mil euros, com horas extraordinárias aumentou mais 100 mil euros e tem o Gabinete de Apoio à Presidência que custa 130 mil euros a mais, porque se bem se lembram, no anterior Gabinete de Apoio ao Executivo da Câmara Municipal, apenas o colaborador *Tiago Pinheiro* não pertencia aos quadros da Câmara Municipal, quando os atuais, parece-me a mim que foram todos buscados fora.

Isto é o que nos diferencia. São opções políticas que depois retiram margem para tomar outras opções políticas e possivelmente algumas de investimento.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de passar a palavra ao Senhor Deputado Municipal *Humberto Cordeiro*, permitam-me dizer o seguinte à Assembleia Municipal, que com certeza compreenderão.

Quando se abre o ponto de inscrição para as intervenções, os Senhores Deputados inscrevem-se para participar da discussão dos pontos. Não é depois no decurso da discussão e das intervenções que há uma série de outras pessoas que, em função do “andar da carruagem” e das coisas ditas, resolvem inscrever-se *a posteriori*, utilizando a figura da Interpelação à Mesa quando efetivamente apenas é uma roupagem para aquilo que pretendem dizer.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal está farto de dizer que de facto quer-se todos os pontos com vivacidade democrática, com vivacidade de discussão, mas para o efeito as pessoas inscrevem-se no próprio momento para discussão do ponto quando têm alguma coisa a dizer sobre o ponto, não é conforme o desenrolar da discussão.

Isto é para o bom e normal funcionamento dos trabalhos da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *HUMBERTO CORDEIRO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria questionar o Senhor Vice-Presidente *José Cunha*. Quanto ao Plano de Atividades de 2019, a Senhora Presidente não relevou estas obras que aqui estão como pertencentes ao ano de 2019? Não interessa se era por fora ou se era por dentro. Só me limitei a dizer que estas obras não foram feitas. Fosse o que fosse. Por aquilo que tenho ideia, na rubrica para estas obras, estavam inscritos cerca de 520 mil euros e não se fez absolutamente nada.

Não sabia se era por dentro ou se era por fora. Se vocês tivessem pintado os edifícios por fora, eu assumia que tivesse sido por dentro e por fora, com toda a franqueza e até dava os parabéns. Acho muito bem, porque são obras importantes.

Dizer que não fizeram, porque as obras eram de pouco interesse, que só eram pintadas por fora... Isso vocês também tinham que saber antes para não colocarem no Plano de Atividades, não é verdade?

Em relação aos resultados líquidos do exercício, valorizam os resultados líquidos do exercício de uma Câmara Municipal? Eu, com toda a franqueza, nem que fossem 10 milhões de euros de resultados líquidos, isto é muito relativo. Vocês têm valorizado o imobilizado, por exemplo? Quanto vale uma rotunda? Está valorizado uma rotunda? Está valorizado uma estátua?

Tem alguma importância o resultado líquido numa Câmara Municipal? Tem importância numa empresa privada, sem dúvida que tem. Agora, numa Câmara Municipal tem alguma importância? Dizer que teve cerca de 1 milhão de euros de resultados líquidos, para mim não, para mim e para todas as pessoas que percebem um pouco de contas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhores Deputados, acho que já estamos a entrar numa discussão de quem tem razão ou não sobre aquilo que foi o levantar dos problemas relativamente a um ponto. Isto já é excessivo. Penso que as respostas do Executivo já são suficientes, as perguntas dos Senhores Deputados também já são suficientes, porque aqui o que está em causa não é quem tem razão, é se o ponto é aprovado ou não é aprovado.

Penso que todos, depois deste tempo decorrido, já têm consciência de como vão votar.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* deseja fazer uma Interpeleção à Mesa. Faça o favor, tem todo o direito. Aquilo que mencionei há pouco foi apenas um apelo ao bom senso.

Devo recordar a esta Assembleia, que reconhece à Mesa, que o Regimento diz que, por exemplo, Antes da Ordem do Dia o tempo de intervenção de cada Deputado tem de ser inscrito em momento único aberto para o efeito e sempre temos permitido inscrições suplementares, apesar do Regimento dizer o contrário.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que o Senhor Secretário me está a dizer indiretamente, vou seguir esse conselho, é obrigar-me a inscrever em todos os pontos das próximas Assembleias Municipais. Porquê? Porque o Senhor Secretário há de perceber que durante a discussão dos assuntos acontecem factos que suscitam a nossa inscrição. E agora aconteceu mais um facto ou até mais que um.

Primeiro, foi-me feito um desafio, pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto*, que vou aceitar. Na Assembleia Extraordinária dedicada às Juntas de Freguesia, que não houve no ano passado no tempo devido, vou apresentar uma proposta devidamente justificada com o aumento do orçamento para as Juntas de Freguesia. Mas também vou estar atento depois, e o PSD tem maioria na Assembleia Municipal, a qual irá ser o resultado dessa proposta.

Através da Senhora Presidente de Câmara, quero dizer ao Senhor Vice-Presidente *José Cunha*, que referiu que só em paralelos deu 100 banheiras, mas 100 banheiras é impossível ou então as Juntas de Freguesia não são tratadas por igual e aqui é a prova disto, porquê? Porque 100 banheiras dá mais de três banheiras para cada Junta de Freguesia. A União de Freguesias de Franco e Vila Boa não pediu uma única banheira, tenho a certeza absoluta, sem ter conhecimento, que há mais Juntas de Freguesia que não levaram uma única banheira.

Se deu 100 banheiras, deu uma média de mais de três banheiras para cada Junta de Freguesia. Cada banheira custa cerca de 1.500,00 €. Agora é só fazerem as contas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De uma forma muito rápida, sem estar a entrar em pormenores, dizer que não partilho da opinião do Senhor Deputado *Humberto Cordeiro* ao dizer que os resultados líquidos não são importantes. As boas contas do Município são importantes para aquisições, são importantes para a imagem do Município, são importantes junto dos orçamentos que temos para realização de obras, são importantes para os tempos médios de pagamentos, ou seja, boas contas do Município também fazem parte da nossa imagem. Portanto, dívidas a fornecedores, dívidas aos empreiteiros, dívidas também de Juntas de Freguesia não são boas para todo o concelho.

Assim, o equilíbrio das contas e o equilíbrio com o investimento, fazendo como prioritários investimentos que sustentem o desenvolvimento global de todo o concelho, para nós é fundamental.

No anterior mandato não foram pagas as obras que foram executadas neste mandato e que foram terminadas neste mandato. De facto, iniciaram-se algumas obras, foi aprovado, em parte, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, mas as obras foram feitas e foram pagas neste mandato.

Como já referi em várias Reuniões de Câmara e em várias Sessões de Assembleia Municipal, as obras não são dos Executivos, as obras são dos mirandelenses e têm como primeiro objetivo a qualidade de vida de todos os mirandelenses. Por isso, é com orgulho que sou Presidente da Câmara, é com orgulho que estou à frente deste Executivo e temos dado o nosso melhor. Por um lado, equilibrar as contas e, por outro lado, criar associações, apoiar entidades que também têm de ser apoiadas, porque ao longo dos últimos anos foram-se criando dívidas que nunca foram pagas por ninguém. Portanto, a Câmara Municipal não pode deixar criar insolvências, não pode deixar criar situações que coloquem em risco associações, Juntas de Freguesia e tudo aquilo que diz respeito à vida económica e social do concelho.

Não podemos ver só um lado, temos que ver e concretizar as ações de equilíbrio, tentando também manter apoios que criam a sustentabilidade de Associações Culturais, Recreativas, Comerciais e tudo aquilo que diz respeito à vida do concelho. Por isso, a Câmara Municipal tem esse papel, tem essa função e vai continuar a fazer, a par do investimento sustentável no concelho.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor, 12 abstenções e 13 votos contra, aprovar a Prestação de Contas 2019.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### **Declaração de Voto**

“Considerando que os eleitores do concelho de Mirandela votaram, na eleição de outubro de 2017, numa equipa autárquica preconizada pelo Partido Socialista, na qual o seu programa eleitoral foi merecedor de uma votação maioritária;

Considerando que o atual Executivo eleito gozando de uma maioria absoluta, pelo que não teve forças de bloqueio, obstaculizando o seu projeto de desenvolvimento para o concelho sufragado nas urnas;

Considerando que os eleitores de Mirandela em outubro de 2017, elegeram para a Câmara Municipal os políticos que melhor garantiam o desenvolvimento económico e social do concelho;

Tendo em conta o que a Senhora Presidente disse: “que relativamente à Prestação de Contas de 2019, reflete a boa gestão da Câmara Municipal de Mirandela, uma vez que estão a ser pagas as dívidas, estão a ser pagos os empréstimos bancários contraídos em anos anteriores e estão a ser feitos acordos de pagamentos de dívidas”;

Considerando este parágrafo, a grande conclusão da Senhora Presidente da Câmara, assim os mirandelenses terão eleito nas últimas eleições autárquicas, não um Executivo político, mas sim um Executivo político mas disfarçado de técnico de contas;

Considerando que, sobre o desenvolvimento económico e social, não se leem nestes números, agora analisados, ações consequentes que substanciam tal progresso;

E se dúvidas existissem, o indicador de 65% ou 75% da taxa de execução orçamental, julgo que espelha muito bem o exercício autárquico deste Executivo;

Considerando que foi exposto com clareza o caminho PS sem projetos que estamos a levar, sabemos que contra a doença Covid-19 não temos vacina, mas contra a ausência de desenvolvimento do concelho existe uma vacina, é ir novamente a eleições e os mirandelenses que digam de sua justiça.”

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### **Declaração de Voto**

Tenho como princípio, errado ou não, votar sempre a favor as contas, sejam elas quais forem, do Executivo, até porque também sou Autarca e acho que deve ser da responsabilidade do Executivo a defesa das contas e depois cá estão os votantes para verificar se durante o ano e o mandato executaram bem ou mal os seus Orçamentos.

Só me absteve nesta votação por aquilo que o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* disse e que não posso deixar passar. Diz que gastou 100 banheiras, não vou estar a repetir o facto, portanto, isso não pode corresponder à verdade, tem de haver uma clarificação qualquer.

### **3.5 - Inventário 2019.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de maio de 2020, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o Inventário de 2019, de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município de Mirandela à data de 31 de dezembro de 2019 e respetiva avaliação nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;
- 2 – Submeter o referido documento à respetiva apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, exceionalmente ao abrigo da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que determina no seu art.º 3.º, que as Reuniões Ordinárias dos Órgãos Executivos das Autarquias Locais previstas para os meses de abril e maio, se possam realizar até 30 de junho de 2020.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **3.6 - 1.ª Alteração Orçamental Modificativa 2020.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de maio de 2020, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão Orçamental);

## 2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uma muito breve intervenção, até porque não quero maçar vossas excelências...

O Executivo apresenta aqui nesta proposta de Alteração Orçamental Modificativa o seguinte:

Na página 7, na rubrica Despesas com o Pessoal, são dois itens. Um é as despesas com Pessoal em Funções Públicas que apresenta uma redução de 200.000 euros.

Na rubrica seguinte, nas despesas com Pessoal Contratado a Termo apresenta mais uma redução da despesa de 100.000 euros.

Isto dá um total de 300.000 euros.

Exma. Senhora Presidente, quantos funcionários dispensou a Câmara Municipal de Mirandela para refletir esta redução da despesa em cerca de 300.000 euros?

Se me responder que não dispensou ninguém, só tenho uma pergunta, quantos funcionários da Câmara Municipal de Mirandela irão ficar sem salário na exata correspondência dos 200.000 euros relativos a despesas com pessoal já em funções públicas?

Exma. Senhora Presidente, eu ainda nem falei da próxima proposta que aqui vamos discutir, a Alteração do Mapa de Pessoal, grosso modo a Câmara Municipal de Mirandela irá contratar mais 73 colaboradores só neste ano.

Não consigo entender e acho que ninguém consegue entender como é que chega até nós uma proposta de Alteração Orçamental Modificativa com uma redução nas duas rubricas de 300.000 euros.

A Exma. Senhora Presidente disse há pouco que não fazia milagres, mas olhe Senhora Presidente, com esta proposta até parece que faz milagres, pelo menos o milagre da multiplicação.

Permita-me fazer um exercício de adivinhação... Na próxima Alteração Orçamental Modificativa vamos encontrar um aumento significativo nesta rubrica. Milagre Senhora Presidente...

Em linguagem corrente, retiro hoje para aumentar amanhã e isto com o único objetivo de moldar o Orçamento conforme as nossas vontades...

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS SOUSA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Já ouvimos aqui falar hoje de dívida boa, dívida má, despesa boa, despesa má. Também ouvimos o Senhor Deputado *Paulo Pinto* dizer que este Executivo nos últimos dois anos não teve grandes obstáculos à governação. Certamente que o constrangimento financeiro provocado pela entrada no Plano de Saneamento Financeiro acho que é um obstáculo, tal como é um obstáculo esta situação pandémica que estamos a viver. Portanto, a Câmara vai ter que adaptar o Orçamento, aumentar a despesa, contrair dívida, aumentar receita, para fazer face a uma inevitabilidade que aconteceu. Quando entrou na Câmara também existia o Plano de Saneamento Financeiro que obrigou este Executivo, de alguma forma, a ter alguma contenção expansionista nos investimentos que poderia fazer ao invés de colocar gruas por toda a cidade de Mirandela e por todo o concelho.

A minha intervenção é rápida e tem a ver com a justificação efetiva desta Alteração Orçamental.

“Tendo em conta o atual quadro de instabilidade social, económica e financeira que o país atravessa e a incerteza que paira sobre uma futura cura para a pandemia que a todos atormenta, vemos com bons olhos a necessidade de ajustar o planeamento que inicialmente foi traçado por este Executivo para atingir os objetivos, reafectando novamente os recursos e delineando novas estratégias.

Assim, a 1.ª Alteração Orçamental Modificativa, constituindo-se como um legítimo instrumento de gestão, vai permitir adequar o Orçamento as necessidades até a data não previsíveis, outras com insuficiente dotação financeira, como também em relação a incerteza relativa as receitas a cobrar.

Quanto a receita, a inclusão do saldo de gerência do ano anterior o que obriga desde logo a urna Revisão Orçamental, após apuramento da Prestação de Contas do ano anterior, conforme estabelecido nos pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL e a inclusão do valor da rubrica de Reposições não Abatidas nos Pagamentos no valor de 10.000 €, é justificada para reforçar o aumento global da despesa do ano corrente por força dos constrangimentos sociais e do impacto na economia causados pela COVID-19, com a previsível arrecadação de menos receita.

Já quanto a despesa, torna-se necessário inscrever, em algumas rubricas, dotações suficientes para fazer face às despesas já contraídas ou a contrair durante o ano, para reforçar o plano de combate à doença.

Considerando por outro lado, que o empréstimo de 1.000.000 € contraído em 2019, para fazer face a eventuais dificuldades de tesouraria, vai ser utilizado para liquidar parte da dívida a fornecedores de bens e serviços, injetando, por sua vez, liquidez na economia;

Considerando, por outro lado, o visto do Tribunal de Contas de 18/03/2020 sobre a dilatação do prazo do crédito a 10 anos no valor de 911.954 €, para pagamento da dívida da prestação do serviço de abastecimento de água pela empresa Águas do Norte S.A, injetando, por sua vez, também, mais liquidez para fazer face as necessidades de tesouraria;

Considerando, ainda, o Estado Excepcional de Calamidade com muitas incertezas quanto a evolução da pandemia, cujas consequências são de difícil previsão, com reflexo direto na organização das várias atividades municipais e o seu correto financiamento, não só é legítima e inevitável (à semelhança do que tem acontecido em algumas Câmaras, estou-me a lembrar de Miranda do Douro e Vila Real, que já fizeram as suas Revisões Orçamentais) também é necessária, para que o Executivo possa concluir num clima de muita incerteza, os destinos do nosso concelho, cidade, vila e aldeias, e que possa promover a segurança e



conforto a todos quantos nela habitam e à sua comunidade empresarial, proporcionar as condições para continuarem a desenvolver a sua atividade, mesmo num clima de alguma instabilidade económica e social.

Tendo em conta que este Executivo se tem comprometido escrupulosamente com o cumprimento das regras do equilíbrio orçamental, de estabilização ou diminuição da dívida, pela execução orçamental efetiva e pela diminuição do prazo medio de pagamentos a fornecedores, a Bancada do PS votará favoravelmente a proposta da 1.ª Alteração Orçamental Modificativa.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dizer que esta Alteração Orçamental Modificativa, ou seja, Revisão Orçamental, como está na proposta, considera a autorização de empréstimo de curto prazo, no valor de 1 milhão de euros, para pagamento a todos os fornecedores, tal como aprovado nas medidas excecionais, a obtenção do visto do Tribunal de Contas, o Estado Excepcional de Emergência, a ativação dos Planos Municipais de Emergência e a reorganização da atividade municipal prevista no Plano de Atividades do Município e no Plano Plurianual de Investimentos. Por isso, definimos novas atividades, novas rubricas, no âmbito do Plano de Emergência Covid-19 - vestuário e artigos pessoais, Plano de Emergência Covid-19 - bens, Plano de Emergência Covid-19 - serviços, Cartão Comércio Mirandela - Trabalhos Especializados, Cartão Comércio Mirandela - Transferência para Entidades, Cartão Comércio Mirandela - Equipamento Informático, Transferências Correntes para o Metropolitano Ligeiro de Mirandela (infelizmente a CP ainda não nos fez as transferências) e Empréstimo de Curto Prazo - Bancos e outras Instituições que tem a ver com a alteração do empréstimo de curto prazo.

Dizer que esta 1.ª Alteração Orçamental Modificativa também tem a ver com a alteração destas novas atividades, porque tínhamos que ter orçamentadas as despesas que efetuamos também no âmbito da Covid-19, uma vez que pode haver, já nos foi solicitado pelo Governo, algumas candidaturas que possam vir a financiar os testes, o material de Equipamento e Proteção Individual, ou seja, investimentos que foram feitos por todos os Municípios neste país através de negociação da Associação Nacional dos Municípios Portugueses junto do Governo.

Já foi feito esse levantamento na Câmara Municipal e estamos a aguardar que possa existir algum financiamento que venha equilibrar as despesas que foram efetuadas neste âmbito.

Como qualquer Revisão Orçamental, obviamente que os Serviços Técnicos fazem reforços e anulações em algumas rubricas. Num universo de 3.597.000,00 €, isto a nível de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, houve uma anulação de 200.000,00 €. Para o recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho houve a anulação de 100.000,00 €. Também houve o reforço em algumas rubricas, nomeadamente com encargos de saúde, sendo previsível que possamos aumentar o reforço no seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais. Todas estas alterações são baseadas em cálculos previsionais, sob o ponto de vista da maturação dos números que os serviços colhem nos recursos humanos da Divisão de Administração Geral.

Esta Revisão foi feita com dados dos Serviços Técnicos e foi validada baseada na decisão política segundo critérios técnicos que foram feitos.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Duas questões muito breves.

Com menos 200.000,00 €, quantos colaboradores vão ficar sem vencimento?

Na próxima Alteração Orçamental Modificativa, quanto vai aumentá-la Senhora Presidente?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta questão, aquilo que posso dizer é que os postos de trabalho já estavam previstos no início do ano, com a Covid-19 obrigou a adiar alguns procedimentos e a contratação dos precários, cuja última referência também só foi contratada no dia 18 de maio, pelo que se fez um reajuste da despesa. Ou seja, os critérios técnicos presentes na anulação desta verba tiveram por base os procedimentos que foram previstos no início do ano e com a regularização de precários, em que tivemos a tomada de posse há 15 dias.

Desse modo, houve uma redução de custos com o pessoal neste âmbito de pessoal em funções.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor e 13 abstenções, aprovar a 1.ª Alteração Orçamental Modificativa 2020.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### **Declaração de Voto**

Cada nível do poder de administração deve assumir as competências que lhe estão atribuídas, devemos resistir às tentativas de transferir para as Autarquias competências que são, e nesta situação ainda mais o devem ser, da responsabilidade da Administração Central. Desde logo, porque as Autarquias, em muitos casos, não têm os meios, a organização, as experiências e os conhecimentos necessários.

O que é do domínio da Saúde, da Proteção e Serviços Sociais, da Educação e dos Apoios Económicos devem ser os respetivos Ministérios e serviços a assumir.

### **3.7 - Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de maio de 2020, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três votos contra dos membros do PSD, conforme proposto:**

- 1 – Aprovar a Alteração do Mapa de Pessoal e o Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados para o ano de 2020 do Município de Mirandela;**
- 2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO AFONSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este ponto refere-se à Alteração do Mapa de Pessoal em que constam 291 postos de trabalho ocupados e onde é prevista a criação de 170 postos de trabalho, o que fará um total de 461 postos de trabalho, caso todos sejam ocupados, representando um aumento de 58% nos postos de trabalho afetos à Câmara Municipal de Mirandela.

Se quisermos comparar, em termos territoriais, podemos olhar para o Município de Bragança, com uma área geográfica consideravelmente maior e com muita mais população, e que tem 442 postos de trabalho já com a previsão de postos de trabalho a ocupar para o Mapa de Pessoal de 2020.

Fazendo um cálculo com base na posição remuneratória base de categoria e carreira de cada um dos postos a prever, temos para os 73 lugares previstos a ocupar ainda este ano, temos autorização de abertura de procedimento concursal, um valor que ultrapassará 1 milhão de euros de encargos com pessoal. Quanto aos 170 lugares a criar, o seu encargo ultrapassará 2,5 milhões de euros.

Assim, olhando à data de hoje, os encargos com o pessoal, ou seja, com os 291 postos de trabalho, representa aproximadamente 6.400.000,00 €, como pudemos ver hoje nas despesas, e passarão a ascender aproximadamente a 9 milhões de euros com a integração e ocupação destes novos 170 lugares a criar.

Assim, dos 37,87% que representa a despesa “encargos com pessoal” nas despesas correntes, passaremos a ter um peso equivalente a mais de 53% das despesas correntes, ou seja, mais de 50% das despesas correntes serão encargos com pessoal.

Obviamente, e assim fazemos rapidamente uma dedução, olhando para a composição da receita, as despesas com o pessoal vão igualar as receitas por transferência correntes, ou seja, aquilo que é transferido da Administração Central para a Autarquia Local.

Não quero fazer aqui demagogia, porque sabemos bem, e é fundamentado nessa certidão, que destes 170 postos, 84 postos de trabalho são referentes à transferência de competências para as Autarquias Locais no domínio da Educação. Por isso, quero-me centrar mais nos outros 86 postos, que são mais de 50% destes 170 postos de trabalho.

Referir, então, uma situação que me suscitou alguma curiosidade. Destes 86, 11 são Generalistas, nomeadamente na Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica. Custa-me um pouco perceber porque é que se contrata um Técnico Superior de âmbito generalista e não figura nessa Divisão nenhum Economista, um Gestor ou um Técnico de Relações Internacionais, por exemplo, pois possivelmente teria um *Know-How* e uma capacidade técnica mais adequada à própria Divisão.

Todos estes postos de trabalho a criar, como puderam verificar, a relação jurídica de emprego público base é contrato por tempo indeterminado. Ou seja, uma vez criado o vínculo de emprego público, é indeterminado o seu termo.

Destes 84 que são transferência de competências no domínio da Educação para as Autarquias Locais, a pergunta que quero fazer é: Já sabe/já tem noção qual é o envelope financeiro que o Município vai receber relativamente a esta delegação/transferência de competências? Precise-nos, por favor, esse valor.

Relativamente aos outros 86, que não são transferências de competências, ou seja, não vêm como os restantes no domínio da Educação, quero perguntar: Porquê 86? Porquê de uma assentada só e não de forma faseada? Quais são os fundamentos para a criação destes 86 novos postos de trabalho, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados e as competências das Unidades Orgânicas a que eles estarão adstritos, como dispõe a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, no seu artigo 28.º? Para fazer face a este aumento de despesa, que basicamente vai consumir todas as transferências correntes, a pergunta que se coloca é: Onde prevê cortar na despesa ou onde prevê aumentar a receita para fazer face ao aumento da despesa corrente com encargos com pessoal e manter a execução dos compromissos assumidos?

Por último, perguntar: Tem consciência do peso da asfixia orçamental que vai impor e que está a hipotecar o futuro deste Município durante décadas ao assumir estes contratos sem termo com 170 colaboradores, embora 84 seja por inerência de delegação de competências?

----- A Senhora Deputada Municipal *RITA MESSIAS* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Relativamente à Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal e de Novos Recrutamentos, a Bancada do PS é favorável a esta alteração e é com muito regozijo que saudamos a criação de novos postos de trabalho nesta cidade.

É reconhecido, mesmo pela Oposição, como referido pelo Senhor Deputado da CDU *Jorge Humberto*, que há falta de Recursos Humanos e que em termos de custos tem provocado um aumento no pagamento de horas extraordinárias ao longo dos anos.

Sobre esta questão, do aumento de Recursos Humanos proposto, importa referir que, para além da falta de Recursos Humanos para as valências que o Município já tinha, são acrescidas novas valências devido às transferências de competências na área da

*Handwritten initials and marks in the top right corner.*

Educação. Se não houvesse aumento de colaboradores como era possível assegurar estas novas valências? Dos novos recrutamentos, 97 devem-se a estas novas transferências de competências na área da Educação. Mas atenção, estas transferências são acompanhadas da respetiva dotação financeira para pagamento da totalidade dos vencimentos, pelo que, estes novos colaboradores, não se tornam num encargo direto para o Município.

Os restantes, até sofreram uma diminuição em relação ao que já tinha sido aprovado no orçamento para 2020 passaram de 86 para 73.

Os novos recrutamentos foram baseados num diagnóstico de necessidades cuidadoso para melhorar a qualidade de serviço prestado ao cidadão.

Este aumento de colaboradores, só foi possível devido à gestão eficaz deste Município, que permitiu sair do garrote financeiro a que o Município esteve sujeito, devido a uma gestão ineficaz de vários Executivos do PSD.

Os custos associados a este aumento de colaboradores, corresponde a um aumento na despesa com pessoal de 1 milhão e 200 mil. Contudo, a despesa total diminuiu cerca de 1 milhão e 800 mil, o que prova uma cuidada gestão de custos dando prioridade à qualidade de prestação de serviços aos munícipes, apostando nos seus colaboradores.

Todos sabemos que os recursos humanos de uma organização são o seu bem mais precioso, que importa saber gerir e dimensionar adequadamente os trabalhadores face ao trabalho existente, para não provocar situações de *stress* profissional que, infelizmente, se tem verificado bastante nos últimos tempos. Pois, quando há falta de colaboradores para o trabalho existente, há um aumento de horas extraordinárias e também aumento da pressão sobre os trabalhadores por causa dos prazos, o que leva ao Síndrome de Burnout ou esgotamento profissional que se caracteriza por distúrbios emocionais devido à exaustão extrema e *stress*, provocado pelo excesso de trabalho.

Pela análise do balanço social, disponível na página web do Município, verificamos que a última contratação efetuada pelo Câmara Municipal, através de concurso público, foi em 2010, com 68 novos colaboradores. A Câmara Municipal tinha, na altura, 492 colaboradores e com muito menos valências e competência do que tem agora. A partir desta data, e já lá vão 10 anos, devido ao Plano de Saneamento Financeiro, nunca mais houve novos concursos para a entrada de colaboradores. E, ao longo destes últimos 9 anos consecutivos saíram deste Município 286 colaboradores.

A entrada destes novos colaboradores (170), associada ao aumento também de novas competências, é manifestamente inferior ao número de saídas, pois foram 286 que saíram neste período. Estas novas contratações, para além de contribuírem para o rejuvenescimento e, com certeza, novas dinâmicas no Município, tem impactos diretos a nível social, porque a criação de novos empregos irá contribuir para a fixação de pessoas em Mirandela, o que consideramos ser de elevado valor. Pois, quem traz desenvolvimento às localidades são as pessoas, por isso, é nelas que este se deve apostar, pelo que é com satisfação que registamos que este Executivo está no caminho certo.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como é fácil fazer obra.

Depois de tantas críticas feitas ao Executivo anterior, dada a situação caótica e financeira em que tinha deixado a Câmara Municipal de Mirandela, dada a incapacidade financeira da Câmara Municipal de Mirandela, pelos vistos até ao dia de hoje, em fazer obras, porque não tinha meios suficientes. Vimos agora, significativamente, o seu Mapa de Pessoal aumentado em montantes e números significativos.

Vamos perceber que hoje vamos votar um Mapa de Pessoal que vai tornar a Câmara Municipal igual ou superior a uma Câmara Municipal de Bragança, que em todos os indicadores é superior à Câmara Municipal de Mirandela, quer em termos territoriais, quer em número de habitantes e instituições ali implementadas.

Senhora Presidente, o anterior Executivo sofreu de uma questão. Somados três anos de receita, quando o montante da dívida era superior à soma dos três anos de receita, entrava em incumprimento financeiro. Essa fórmula foi alterada. Hoje é 1,5 x as médias dos três anos de receita. Espero que no final do seu mandato, a Câmara Municipal de Mirandela, por força possivelmente até da Covid-19, onde porventura aquilo que tem acontecido bem, que é o número de receitas extraordinárias a favor das Câmaras Municipais, deixe de acontecer e, pelo contrário, seja cativada alguma receita a favor da Câmara Municipal que através desta fórmula a Câmara Municipal de Mirandela não entre novamente em Plano de Saneamento Financeiro, que não é coisa nova em governantes PS.

PS no Governo, porque foi o que andamos a fazer durante estes anos todos, foi a “tapar buracos” de 17 anos de governação do Governo PS, quando o PSD esteve lá apenas quatro anos.

Senhora Presidente, é bom a criação de emprego, não me parece que o contexto atual e da Câmara Municipal de Mirandela, por culpa sua, que diz que está lastimosamente encravada com a dívida que o anterior Executivo deixou, não venha a ficar ainda mais encrocada, tendo em conta este indicador que identificam quando uma Câmara Municipal entra em Plano de Saneamento Financeiro.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado *Paulo Afonso* falou de Bragança e eu tinha aqui também uma situação para falar sobre Bragança. Só vou dizer uma coisa que realmente nós não podemos fazer isto que vamos fazer.

Diz assim: “A nível financeiro Bragança é igualmente um dos concelhos que melhor sabe utilizar e potenciar os recursos que são colocados à disposição. De acordo com a Secretaria de Estado da Valorização do Interior, somos o concelho que melhor sabe aproveitar fundos comunitários da Região Norte de Portugal que no ano de 2019 fez, num universo de 165 Municípios, ficou em 4.º e arrecadou 72 milhões de euros.”

Senhora Presidente, assim até lhe dizia “bato palmas”, se conseguisse arrecadar 72 milhões de euros para pagar aos seus colaboradores e para fazer obra. Agora, a Senhora não paga aos seus colaboradores, isto é um *bluff* que está aqui, vai entrar em Plano de Saneamento Financeiro. Digo isto com toda a honestidade, não estarei talvez aqui, mas presenciarei a isto. Não vai ter capacidade de arranjar dinheiro para pagar às gerações vindouras que querem regressar talvez à sua Terra Natal e não conseguem, porque a Câmara não lhes faz essa oferta e isto, para mim, é um endividamento a nível camarário e que eu não embarco nele, com toda a sinceridade.

Sabe quantos colaboradores tem a Câmara de Bragança na sua totalidade? 442 colaboradores. Nós vamos ficar com os mesmos colaboradores. Onde é que temos o dinheiro para lhes pagar? Eu agora também vejo pombas laranjas.

Não percebo isto, isto foge-me. Com toda a sinceridade. Isto foge à minha capacidade de observação. Vejo um ponto de fuga no infinito, na linha do horizonte e não sei se esse ponto de fuga está abaixo da linha ou acima da linha. Não sei, palavra de honra. Posso estar enganado e oxalá que esteja enganado.

O Senhor Deputado *Paulo Afonso* falou aqui de coisas que eu ia falar, não vou ser repetitivo.

Fala-se em dívida, fala-se em capital, fala-se em tudo e mais alguma coisa, mas não se fala em uma outra coisa, que é a dívida oculta. Vou falar nela ainda e o POCAL e a DGAL têm lá um documento, uma denúncia, que enviei para lá. Enviei primeiro a denúncia e agora vou falar nela a seguir.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente aos recursos humanos, o Mapa de Pessoal é um instrumento de planeamento de gestão de recursos humanos e materializa a previsão dos colaboradores que se prevê necessários para levar a cabo a realização das atividades dos serviços no quadro de atribuições dos órgãos do Município.

Desde logo, referir que é preciso conhecer o organograma e também saber as atribuições e a externalização de serviços que é efetuada pelas Câmaras Municipais para também conhecer as necessidades face às reais atribuições.

A comparação relativamente à Câmara Municipal de Bragança, aproveito para dizer que a Câmara Municipal de Bragança, por exemplo, a nível da dívida das Águas do Norte é das mais endividadas, mas, de qualquer forma, dizer que a Câmara Municipal de Bragança tem a externalização dos serviços de jardins relativamente à maioria da cidade.

No quadro de Jardineiros da Câmara Municipal há necessidades evidentes e as vossas intervenções são de todo contraditórias. Se, por um lado, consideram que não devemos contratar empresas para fazer o serviço de jardinagem no âmbito da Covid-19, por outro lado já consideram que não necessitamos de colaboradores. Depois, dizem que aumentamos o número de avenças, portanto, há uma necessidade efetiva de colaboradores e não concordam com essa situação. Portanto, são profetas de desgraça. Desgraça que aconteceu já há muitos anos atrás, é verdade, com o Plano de Saneamento Financeiro e em governação PSD, é bom que se diga. Nós não podemos apenas ir buscar o Governo para aquilo que nos interessa e para aquilo que não nos interessa não referir os casos municipais que é por isso que estamos aqui e é por aqui que estamos a apresentar contas.

Desde logo, dizer que quanto à descentralização de competências na área da Educação, vão ser transferidos para o Município todos os colaboradores não docentes do Agrupamento de Escolas de Mirandela com vínculo ao Ministério da Educação, sendo transferências de Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos. A DGAL vai fazer uma transferência de 1.254.054,19 €. Ou seja, estas transferências vão ser feitas para cobrir os custos com os recursos humanos. Em relação à ADSE, que é outra rubrica que a Câmara tem de fazer o pagamento aos nossos colaboradores, é na mesma suportada pelo Ministério da Educação. Portanto, estas transferências vão totalizar os pagamentos que são efetuados a estes recursos humanos.

No total das transferências, estamos a falar com a conservação dos imóveis que passam para a tutela do Município, as transferências que vão acontecer são de 1.781.334,42 €. Isto é o que está previsto a nível de descentralização de competências.

Posso dizer que temos novos equipamentos, desde logo o canil de São Salvador em que está previsto um auxiliar, o Parque de Campismo em que também não podemos manter aquela situação e a Ecoteca. No Museu da Oliveira e do Azeite houve sempre recurso a colaboradores contratados. Em 2017 era uma Empresa de Trabalho Temporário. Queremos colaboradores temporários para trabalhos efetivos ou queremos resolver este problema?

Não podemos ter novos equipamentos e novos serviços, querer desenvolver o nosso Turismo se não tivermos recursos humanos para os lá colocar.

Temos também a situação da ECOTECA, vamos finalmente abrir com as Portas de Entrada e vamos ter que colocar colaboradores. Sem colaboradores não conseguimos ter os serviços abertos. Claro, depois aumentam as horas extraordinárias e vocês criticam as horas extraordinárias.

Não sei como é possível gerir com o vosso pensamento, a vossa visão estratégica quando não conhecem a realidade ou não querem conhecer.

Temos também colaboradores que entraram em mobilidade com outras Câmaras - a Arquiteta, a Bibliotecária - temos as reformas dos colaboradores. Ao longo dos anos, a idade média é muito acima dos 50 anos, com baixas médicas sistemáticas em relação a grupos operacionais que são fundamentais para a limpeza urbana, que são serviços públicos, para águas e saneamentos, que é um piquete que está sempre 24 horas ativo, para servir todas as populações rurais relativamente a arranjos e a limpeza das estradas.

Não é possível querer fazer se não existe mão-de-obra, se não existe mão-de-obra que esteja disponível para trabalhar. Por isso, a idade média é muito alta, temos muitas baixas médicas, com recurso constante a Contratos de Emprego-Inserção para trabalhar nas escolas. Não é solução os Contratos de Emprego-Inserção e Contratos de Emprego-Inserção +, que sabemos que vai ser uma verba bastante reduzida para as Câmaras Municipais para depois deslocar para situações ligadas à Covid-19.

Em relação a Assistentes Operacionais, da totalidade da previsão dos contratados - não quer dizer que sejam todos contratados, é uma previsão - dos 73, 43 são Assistentes Operacionais, isto é, das carreias mais baixas. Ou seja, 60% são Assistentes Operacionais. São 15 em categoria de Coveiros, posso dizer que antes existiam seis Coveiros e neste momento temos três, sendo

que dois deles estão de baixa médica. Assim, não é possível abrir os cemitérios se não tivermos colaboradores com esta categoria profissional.

Os jardins necessitam urgentemente de colaboradores. Já foi feita uma informação, relativamente aos Assistentes Operacionais da Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais com 12 novos Assistentes Operacionais para áreas vitais da organização da Câmara Municipal.

Criticam subcontratar empresas, nós somos um serviço público, se subcontratamos não precisamos de pessoas, mas queremos ou não queremos o serviço público da Câmara Municipal a gerir? Na altura em que foi subconcessionada a recolha dos lixos e depois eles subconcessionam para empresas privadas, obviamente que houve redução do quadro de pessoal. Quando a Câmara Municipal assumiu as competências da Educação, houve um aumento do quadro de pessoal que depois reverteu outra vez para o Ministério da Educação por ineficácia, julgo eu, sob o ponto de vista financeiro.

É impossível fazermos tudo e querermos tudo. Caminhos, limpezas, Proteção Civil, todas as atribuições e competências que vocês sabem que cada vez são maiores e mais exigentes ao erário público, sem pessoas qualificadas e com urgência, um rejuvenescimento dos quadros técnicos do Município. Até acho estranho que tenhamos contemplado alguns Técnicos Superiores na área do Urbanismo e das Obras Municipais e que o Senhor Deputado *António Figueiredo* não concorde com isso, porque criticam a contratação de um Arquiteto, criticam a contratação de serviços externos e quando abrimos a possibilidade de rejuvenescer os quadros técnicos também criticam, porque estamos a criar postos de trabalho, estamos a tentar rejuvenescer um quadro de pessoal que necessita obviamente de ser rejuvenescido para termos novas competências, novas capacidades de intervenção e mantermos o serviço público como serviço público.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, gosto muito de falar e vou-lhe dizer, com toda a sinceridade, aquilo que penso da Câmara em termos de Urbanismo. Há muito tempo que penso isso, desde o tempo do *José Gama*.

Fui o único Deputado aqui que votou contra o PDM, o único. Até ele ficou indisposto comigo.

Se a Senhora Presidente for dar uma volta, se quiser um dia vai comigo e mostro-lhe as barbaridades que fizeram em termos de Urbanismo aqui em Mirandela e que estão a fazer agora.

A Senhora Presidente passa ali junto àquele edifício da grua que está junto ao Mira e veja o alinhamento do edifício, daquele bar que existe lá, "A Cocheira". Veja o alinhamento na parte tardoz. Não há fiscalização, não há Técnicos do Urbanismo. A Senhora tinha todo o direito de mandar deitar aquele edifício abaixo, porque não está alinhado. E há muitas coisas mais que a Senhora não sabe o que se passa aí e foi o seu grande "chefe" *Ortega* que aprovou o projeto.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente da Câmara, a Senhora vai contratar um Licenciado em Filosofia, quando sabemos que os inquéritos de satisfação dos colaboradores da Câmara Municipal de Mirandela não foram nada favoráveis. Se calhar ainda não resolveu a satisfação, a qualidade do trabalho que os colaboradores da Câmaras Municipal existentes querem ver resolvidos.

Esteve aqui um Técnico Superior, julgo eu, o colaborador *Orlando*, que lhe foi cortada a palavra, na qualidade de público, que se sente ultrajado nas suas funções, ultrapassado por pessoas e colaboradores que não têm as mesmas competências e diplomas e já vai contratar os colaboradores que vai contratar? Primeiro arrume a casa Senhora Presidente, ponha os colaboradores satisfeitos. Claro que há uns que querem entrar e querem lá saber se vão ser mal tratados ou não, mas o rendimento de uma Câmara Municipal tem muito a ver também com as condições de trabalho e satisfação com colaboradores existentes. É por eles que neste momento estou a intervir.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado *Paulo Afonso* e a Senhora Deputada *Rita Messias* pretendem fazer um pedido de esclarecimento.

Conforme há pouco mencionei à Assembleia Municipal, o que referi foi em roupagens para chegar a determinado ponto, porque de facto existem figuras no Regimento que permitem esse pedido de inscrição, nomeadamente o pedido que está a ser muito utilizado de Interpelação à Mesa que não é Interpelação à Mesa, porque não colocam nenhuma questão à Mesa. O que quis transmitir aos Senhores Deputados é que existem outras figuras que podem suprir essa necessidade de falar. Uma delas é o artigo 35.º - Pedido de Esclarecimento. Depois de um Senhor Deputado intervir se não vir satisfeito ou vir mal esclarecido, por parte da Presidente de Câmara ou da Mesa, aquilo que procurava, pode pedir três minutos suplementares para pedir esclarecimento.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO AFONSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes do pedido de esclarecimento, dizer que ninguém está a colocar em causa a entrada ou não de novos colaboradores para o Município.

A questão que quis colocar com as duas questões: "onde prevê cortar na despesa" e "onde prevê aumentar na receita" era precisamente para que me respondesse que iria diminuir a externalização dos serviços no Município, uma vez que iria possuir no quadro colaboradores com competência para assumir o desempenho dessas funções em vez de estar a avençar ou contratar privados para esse tipo de funções.

Aliás, como hoje vimos, contrariamente àquilo que nos deu a entender agora, com a questão da comunicação, porque também tem quadros competentes no Município e ainda assim prefere externalizar esse serviço em vez de usar a "prata da casa".



Era apenas para deixar isso bem patente e que me respondesse, de forma bastante paradigmática, onde prevê cortar na despesa, nem que seja através da diminuição de avençados ou externalização de serviços e onde prevê aumentar na receita de forma a manter o equilíbrio orçamental que tanto foi hoje aqui afirmado?

----- A Senhora Deputada Municipal *RITA MESSIAS* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas queria completar uma informação que a Senhora Presidente referiu. Referiu-se à idade dos colaboradores e eu por acaso tinha feito esse levantamento, que de facto não referi.

Verifiquei qual era a percentagem de colaboradores com 50 anos ou mais, sendo que representam 64% dos colaboradores do Município.

Era essa informação que queria dar. Portanto, 64% dos colaboradores no final de 2019 tinham 50 anos ou mais.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *António Figueiredo*, partilho consigo algumas das preocupações relativamente ao ordenamento do território, ao urbanismo e ao desenvolvimento urbano de Mirandela e partilho também algumas notas a que fez referência. Não estou a particularizar empreitadas, estou a dizer que em relação ao ordenamento e ao desenvolvimento urbano estamos a apostar na elaboração de um Plano de Urbanização. Julgo que só peca por tardio, porque um Plano de Urbanização é fundamental para determinar áreas e para gerir o espaço urbano.

Paralelamente ao PDM - Plano Diretor Municipal foi contratado um Plano de Urbanização que vai regular essas matérias e é uma ferramenta que já é necessária há muitos anos e é fundamental que haja a aprovação de um Plano de Urbanização e alguns Planos de Pormenor para algumas áreas da cidade que deveriam ter um Plano de Pormenor que nunca foram elaborados.

O primeiro passo é a Revisão do PDM, paralelamente vamos fazer um Plano de Urbanização e depois alguns Planos de Pormenor. Julgo que essas ferramentas podem ultrapassar algumas lacunas que existem neste momento.

Relativamente às questões da intervenção relacionada com colaboradores em concreto, abstenho-me de fazer comentários sobre alguns colaboradores, uma vez que foi citado um colaborador da Câmara Municipal que, por acaso, até esteve dois dias em mobilidade na Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte e pediu outra vez para regressar aos quadros da Câmara. Estranho este regresso, mas é um colaborador que, neste momento, está em teletrabalho já há dois meses e trabalha nos serviços de informação geográfica.

Estranho que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* venha trazer à colação esse colaborador. De facto ele tem muitas situações com o anterior Executivo, portanto, vou realmente tentar entender o que é que se está a passar relativamente ao trabalho. Sei que está em teletrabalho, sendo que neste momento está em casa, porque as funções que exerce permite exercê-las em teletrabalho.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Afonso*, dizer que este é um quadro previsional, até ao final do ano dificilmente conseguimos ter concursos ou mobilidades suficientes para fazer face a esta previsão. No entanto, estão identificadas as necessidades.

Quanto a onde vamos cortar na despesa, obviamente não vamos conseguir fazer tudo de uma vez, os concursos públicos, como ontem também foi referido pelo Senhor Deputado *Rui Sá*, têm que ser feitos com muita atenção, muito cuidado e a seleção tem de cumprir todas as regras em vigor. Obviamente todas as pessoas que são necessárias têm que regularizar toda a situação de trabalho profissional, as avenças quando não são verdadeiras avenças não podem ser efetivadas, por isso, aquilo que pretendemos é regularizar as situações e é tratar os colaboradores da melhor forma possível, sabendo que existem sempre problemas com recursos humanos em todas as organizações. Não é fácil, mas estamos aqui para resolver e ultrapassar esses mesmos problemas.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor, 9 abstenções e 8 votos contra, aprovar a Alteração do Mapa de Pessoal e o Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados para o ano de 2020 do Município de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *HUMBERTO CORDEIRO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### **Declaração de Voto**

Abstive-me, porque sempre entendi que Mirandela precisa de ser povoada, precisa de gente, gente jovem e precisa de emprego.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### **Declaração de Voto**

Votei contra. Sorte daqueles que vão ter novo emprego, mas votei contra, porque tenho constatado que os pequenos Municípios, como Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Moncorvo e outros Municípios onde as Câmaras Municipais e as Santas Casas da Misericórdia são as entidades que congregam e contraem emprego para mitigar alguns prejuízos sociais, mas percebo também que é nesses concelhos que nada mais sobra para investimento e é a razão, possivelmente, pela qual estão como estão, desertificados e sem qualquer estratégia de desenvolvimento futuro.

Espero que o Município de Mirandela não enverede pelo mesmo caminho.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) apresentou a seguinte Declaração de Voto:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### **Declaração de Voto**

O CDS/PP absteve-se, porque entende que cabe ao poder legislativo aprovar Orçamentos e controlar a execução de contas. A gestão do pessoal é uma questão interna do Executivo. No entanto, deixo algumas recomendações no que respeita à dificuldade de integração de um número tão elevado de pessoas novas. Tudo quanto seja mais do que 10%/15% de integração é muito difícil do ponto de vista, não estou a falar das funções dos Professores, isso é uma função à parte, mas estou a dizer que a integração nos serviços é muito difícil de controlar e de executar em pleno.

De qualquer forma, a nossa abstenção foi no sentido de conferir ao Executivo a responsabilidade de gerir o seu pessoal.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### **Declaração de Voto**

A CDU vota contra, tal como votamos contra a Lei da Transferência de Competências. O que é do domínio da Saúde, da Proteção e Serviços Sociais, da Educação e dos Apoios Económico devem ser os respetivos Ministérios a assumi-los. A desresponsabilização do Estado, da Administração Central em matérias da sua competência, passá-las para as Autarquias e tal como disse a Senhora Presidente, 60% destas novas readmissões nos Serviços da Câmara Municipal são transferências de competências.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### **Declaração de Voto**

Votei a favor, porque sou a favor do pleno emprego, se possível, e sendo eu defensor da propriedade privada, defendo muito que o Setor Público deve dar empregabilidade às pessoas. Também votei a favor na esperança de que estes possíveis empregos também cheguem às Freguesias rurais e até faria uma proposta, não sei se é possível. É que também para as Juntas de Freguesia, como vai haver um aumento de emprego que agora se resolve deficitariamente, mas que poderá eventualmente no organograma da Câmara fazer equipas para as Juntas de Freguesia, por exemplo, serviços básicos que serão necessários que hoje não conseguimos e que talvez a partir daí se consiga.

Sei que não é a lógica, mas fiquei admiradíssimo em a CDU votar contra o emprego em Mirandela.

## **Outros Assuntos de Interesse para o Município**

### **4. Outros Assuntos de Interesse para o Município.**

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *CRISTINA PASSAS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Em primeiro lugar, congratulo-me por estarmos aqui todos depois de atravessarmos um período muito duro e em conjunto temos conseguido levar a bom porto algo que podia ter sido extremamente gravoso para o nosso concelho.

No entanto, venho corroborar as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia *Eurico Carrapatoso* e do Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *António Geraldo*. Isto porquê? Eu, pessoalmente, não considero que nós fomos uns heróis. Nós somos uns heróis. Isto porque nós, em São Salvador, em nada modificamos a nossa forma de atuação. A forma de atendimento, o serviço que prestávamos, continuamos a fazer. Então, quer dizer que sabemos o que andamos a fazer.

É verdade que não deixamos de ficar satisfeitos pelo louvor que nos dão, mas a verdade é que foi preciso quase cair numa desgraça para reconhecerem o nosso trabalho. Era esse o apontamento que queria deixar.

Outro apontamento muito breve é em relação ao canil municipal de São Salvador. Têm vindo agora a público uns comentários menos favoráveis, mas entretanto quero deixar um louvor de trabalho ao Município, aos colaboradores do Município que lá estão e dizer que a realidade que hoje encontro em São Salvador não tem nada a ver, quer para os animais, quer para a população.

Assim, vou passar a ler um trecho de um despacho que foi feito pela Guarda Nacional Republicana em 2011, vejam aquilo que a Freguesia de São Salvador esteve sujeita. Dizia assim: “Em 17 de outubro de 2011, a Exma. Senhora Presidente de Junta da Freguesia local promoveu uma visita ao local tendo sido elaborada a exposição em anexo, a qual faz parte integrante do presente relatório. Verificou-se o incumprimento por parte da referida associação.”

Então, passo a ler o seguinte: “Em 25/11/2011, o serviço voltou-se a deslocar ao local, verificando que o respetivo canil se mantém em funcionamento com o número de animais ainda superior ao verificado a 03/04/2011, agravando-se a situação de incomodidade

*[Handwritten initials and marks]*

e salubridade provocada pela forte existência de pelo, urina, forte cheiro de canídeos, descarga de águas residuais sem qualquer tipo de tratamento e diretamente para os solos e solos adjacentes por uma fossa séptica que, não estancando, deixa as águas residuais para encaminhar e se infiltrar no solo contaminando de forma exaustiva os lençóis freáticos, bem como a coincineração a céu aberto das ossadas utilizadas na alimentação dos animais e outros tipos de resíduos.”

Este relatório dizia assim: “De acordo com os elementos verificados e recolhidos no local, a situação foi apontada como grave, sendo elaborado o presente relatório, em anexo ao presente, do qual faz parte integrante o Senhor Veterinário Dr. *França* e assinado pelas entidades intervenientes, propondo-se o encerramento no prazo de 30 dias.”

Estávamos em 2011, meus Senhores. 30 dias... O que é que foi feito? Nada! Zero! Até este canil ficar na alçada da Câmara Municipal, nós, população de São Salvador, ficou sujeita a esta realidade.

As coisas não estão bem? Não. Há muito investimento, nomeadamente num caminho, num acesso que possa facilitar a adoção dos animais, mas temos que reconhecer que estamos muitíssimo bem em relação àquilo que já passamos. Era um perigo sanitário e de segurança.

Entretanto, passo ao meu terceiro ponto para ser ainda mais breve, a verdade é que se eu alertei para uma realidade em 2011 em relação ao canil, já alertei aqui e faço conhecimento de um desafio que já me foi feito pelo meu colega *José Carlos*, que temos lá outro problema tão grande como este. A Fábrica de Óleos. De facto, não cumpre minimamente os padrões ambientais, isto há muito tempo e o problema vai-se agravando ano após ano. Não é um problema para São Salvador, não é um problema para Frechas, não é um problema para Mirandela, é um problema para todos.

As entidades que estão envolvidas neste licenciamento, sabemos que é um licenciamento tipo 3, por isso, passou na fase inicial pela Câmara Municipal, mas não é neste momento a Câmara Municipal, digamos, a entidade que lidera as autorizações e os licenciamentos, mas vamos desenvolver todas as *démarches* necessárias para que isto seja revisto e para que seja feito algum investimento, pois sabemos que, tal como a população de São Salvador não queria o encerramento do canil, também não vamos exigir o encerramento da fábrica, mas temos que exigir investimentos, que o empresário saia da área de conforto dele e que, pelo menos, respeite as populações e a saúde das populações, pois, meus Senhores, nem só de Covid morremos.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Permitam-me que faça uma correção relativamente à demissão da ACIM. Não foi um elemento, mas sim dois. Ontem falou-se aqui no Cartão Mirandela, mas não foi uma demissão, foram duas.

Já que estamos a falar de demissões, o Senhor Comandante dos Bombeiros, como já é do conhecimento do público, também se demitiu. A Senhora Presidente sabe qual é o ponto de situação da Corporação de Bombeiros de Mirandela, nesta época que se avizinha tão complicada para os incêndios? Já haverá algum substituto?

Perguntei se queria assumir uma data para poder fazer a entrega da bolsa de materiais para 2021. A Senhora Presidente falou-me de aviões. Ou me responde àquilo que lhe pergunto ou não me responde, à semelhança daquilo que tem feito.

Relativamente aos subsídios, peço-lhe um favor. Leia as Atas das Reuniões de Câmara e vai poder constatar que não são obras estruturantes, mas sim obras complementares que estavam pendentes.

Para quando a limpeza da estrada municipal 1095 – Cachão – Vale da Sancha?

Em relação à muralha do cemitério de Frechas também não quis assumir uma data. Portanto, é só para adiantar que a Junta de Freguesia vai avançar mesmo com a respetiva queixa para a Direção Regional de Cultura do Norte.

Senhora Presidente, usou como bandeira na sua campanha de 2017 a retirada do lixo do Complexo Agro-Industrial do Cachão, que foi cumprido, e agora vai permitir que coloquem uma lixeira à entrada do Cachão? Estou-me a referir ao centro de lavagem e de manutenção da empresa que faz a recolha do lixo nos cinco concelhos, num armazém supostamente arrendado pela referida empresa situado na localidade do Cachão, a menos de 10 metros de habitações, a menos de 40 metros da igreja. O ruído, os maus odores, que isto tudo pode provocar, estando no perímetro urbano, na área de recursos geológicos, plano de regadio, entre outros. Tem pareceres destas entidades? Vai aprovar uma central de lavagens das viaturas que fazem a recolha do lixo? A Junta de Freguesia não vai compactuar com esta situação.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou abordar apenas duas coisas.

A primeira dirigida indiretamente ao Senhor Vice-Presidente *José Cunha*. Não tenho qualquer problema – ainda não apuramos bem a situação, teremos que discutir mais o assunto – em assumir que se estou errado, assumo esse erro sem qualquer problema perante esta Assembleia Municipal, em relação ao que abordei acerca das 100 banheiras de paralelos. Não tenho qualquer problema em assumir se eu estiver errado.

Relativamente ainda à Senhora Presidente, não sei se a Senhora Presidente gosta que eu venha aqui ao púlpito, se me quer obrigar a vir cá sempre em todas as Assembleias Municipais, sendo que virei cá sempre – fiz essa promessa – enquanto não me forem dadas respostas às questões que vou colando aqui de forma objetiva.

Hoje faço mais uma que já é a quarta vez que a faço nestes dois dias. De facto, assinamos um protocolo, protocolo esse que não integrava as obras estruturais. Na União de Freguesias de Franco e Vila Boa, de uma forma muito informal, foi feito o levantamento de três ou quatro obras infraestruturais. É o caso do polidesportivo, é o caso da calceta à entrada da aldeia, é o caso da água em Vila Boa e é o caso do saneamento nos dois bairros da Freguesia que não têm saneamento. Até ao momento não obtive qualquer resposta a qualquer uma destas obras estruturais.

No entanto, a que eu tenho vindo aqui perguntar e hoje pela quarta vez, contando com ontem, que a fiz é relativamente à calceta à entrada da Freguesia. Já foi feito o levantamento de custos, se a calceta não for reparada e se nenhuma das outras obras que referencie forem feitas durante o mandato, falta um ano e dois meses, então eu posso depois dizer que a Câmara Municipal de

Mirandela, o Município de Mirandela, não fez nada na União de Freguesias de Franco e Vila Boa. Isto porque o que eventualmente lá for feito, o que já foi feito ou que ainda irá ser feito até ao fim do mandato é da única responsabilidade da Junta de Freguesia, aplicando bem ou mal – isso depois é uma avaliação que será feita – quer as verbas que nos vêm diretamente do Estado, quer as verbas que nos foram atribuídas pelo protocolo. Portanto, diretamente a Câmara de Mirandela não fez nada, até hoje, na aldeia de Franco e Vila Boa.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Algumas notas sobre a adjudicação da auditoria à Deloitte.

Conforme disse ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quando neste palco fez um discurso de manifestação para o auditório universal desta Assembleia que não valeria a pena andarmos a discutir isto, era melhor por uma pedra em cima do mesmo, para o engrandecimento de Mirandela, eu, Deputado Municipal, disse em várias Assembleias ao Senhor Presidente que o assunto Deloitte, para mim, não está morto, nem enterrado, nem lhe quero por uma pedra em cima.

Eu e a minha Bancada – falo em mim e na minha Bancada, se a minha Bancada quer ou não saber, isso é com eles – a nossa honra, o nosso carácter, a nossa dignidade por esse relatório confidencial, que é um relatório da malvadez, do inculco, do mal tratado e hipocrisia em relação ao Senhor Ex-Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, mas também aos Deputados Municipais do PSD e aos Senhores Presidentes de Junta.

Eu senti-me enxovalhado na minha conduta, nos valores da verdade.

Quero que a Senhora Presidente leve isto até às últimas consequências, porque então era melhor não gastar dinheiro dos mirandelenses.

Se os meus companheiros não se interessarem, eu interesso-me. Sou frontal, vertical, não tenho medo de nada nem da Deloitte.

Ponto 1: O atual Executivo Camarário adjudicou à Deloitte uma auditoria pelo valor de 42.000,00 € + IVA.

Ponto 2: Segundo a Ata 02/2018 de 18 de janeiro, as instâncias do Senhor Vereador *Rui Magalhães* que questionou a Senhora Presidente sobre se o valor da auditoria não era de 38 mil euros, ao que respondeu a Senhora Presidente que o valor era de 37 mil euros mais 5 mil euros de melhorias.

Ponto 3: Surge-nos aqui a primeira estupefação e suspeita que passamos a explicar.

A fazer fé nas palavras da Senhora Presidente sobre o valor de 37 mil euros mais 5 mil euros de melhorias, pergunta-se: Para quê e por que razão se fracionou o valor de 42 mil euros em duas parcelas, uma de 37 mil euros e outra de 5 mil euros, chamando-lhe a esta última “melhorias” e não se falou de uma vez só em 42 mil euros? O que estará por trás deste fracionamento?

É que, note-se, é bastante descabido falar-se de melhorias a uma proposta que acaba de ser apresentada, pelo que não se justifica, a meu ver, a existência desses dois valores de 37 mil euros mais 5 mil euros de, repete-se, melhorias. É absurdo.

Ponto 4: Por outro lado, fora o pagamento daquele valor de 42 mil euros acrescidos de IVA à taxa legal de 23%, o que perfaz uma quantia global de 51.660,00 €, foram emitidas duas faturas no valor de 25.830,00 €, cada uma delas, sendo uma emitida em 12/06/2018 e outra em 18/09/2018.

Desde logo, este valor não foi incluído, como devia, no relatório final do PSF de 2018. Aqui só vislumbramos uma única razão para não estar inscrito nessa medida. Essa despesa só não foi incluída no relatório de 2018 para não onerar demasiado a medida 8 do PSF que iria ultrapassar o limite imposto pelo mesmo PSF e que era, note-se bem, de 48.735,00 €. E, saliente-se que este entendimento não é um mero palpite. Ele é corroborado, como veremos mais adiante, pelo que o próprio Executivo refere a propósito da medida 8 do XI Relatório Semestral do PSF submetido à Reunião de Câmara em 11/02/2019.

Acresce ainda que os valores não mencionados, duas faturas no valor de 25.830,00 €, cada uma delas, sendo uma emitida em 12/06/2018 e outra em 18/09/2018, foram cabimentos na rubrica 020220 referente a Trabalhos Especializados. Ora, salvo melhor opinião, esses valores deveriam, de acordo com POCAL, ter sido incluídos na rubrica 3.09. Refere-se a estudos de consultadoria que incluí os encargos com Estudo de Urbanização, de Projetos Informáticos, Estudos Económicos e Financeiros e ainda o apoio prestado para Economistas, Juristas contratados para o efeito, como era efetivamente o caso. Verifica-se, assim, uma clara violação do preceituado do POCAL.

Analisado o XI Relatório Semestral do PSF, apresentado a Reunião de Câmara Municipal em 11/02/2019, que já anteriormente aludimos, verificamos que nele se refere uma medida 8 e visa a redução e racionalização da despesa de funcionamento, com definição de limites para as despesas de outsourcing, com estudos, pareceres, projetos e consultoria. O objetivo aí descrito é de promover e rentabilizar os recursos internos disponíveis, reduzindo a dependência de entidades terceiras.

O valor apresentado é de 39.378,45 €. Concordamos inteiramente com este escopo. Contudo, a prática seguida por este Executivo não condiz com a beleza das suas palavras. É que o valor efetivamente pago à Deloitte no ano anterior, 2018, que acima fizemos referência, no total de 51.660,00 €, é muito superior ao outro de 39.378,45 €, como também é superior ao limite imposto no PSF de 2018 que era de 48.735,00 €. E, por isso, repete-se: O Executivo que fez um malabarismo contabilístico e contornou as regras do POCAL, incluindo esse valor de 51.660,00 € na rubrica 020220 e não na rubrica 3.09 como deveria ter feito se fosse rigoroso, o que não foi manifestamente o caso.

Este nosso entendimento vem demonstrar as irregularidades e os atropelos contabilísticos e eventualmente outros cometidos pelo atual Executivo.

Ponto 5: “*The last but not the least*”. E ainda a propósito da adjudicação da auditoria à Deloitte, queremos sublinhar o seguinte. Como é ou deveria ser consabido pelo atual Executivo, uma das novidades mais faladas da revisão do Código dos Contratos Públicos, o chamado CCP, efetuado pelo Decreto-Lei n.º 111 B/2017, de 31 de agosto, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018, é a repriminação do procedimento de consulta prévia abolido desde 2008.

No caso vertente, foram convidadas, segundo a Senhora Presidente, as empresas Deloitte, KPMG e PWC e, segundo disse, a auditoria foi adjudicada à Deloitte, porque apresentou o preço mais barato do que o PWC e a KPMG. Estava em conflito de interesses, porque o ROC tinha alguma ligação à Câmara Municipal.

Nesta parte, o Senhor Vereador *Rui Magalhães* perguntou se seria como a PKF e o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* não apresentou argumentos, mas referiu que tinha conflito de interesses.

Ora bem, desde logo cumpre questionar as razões pelas quais o Executivo apenas consultou e convidou três empresas, Deloitte, KPMG e PWC, sabendo de antemão que uma delas, a KPMG, estava impossibilitada de concorrer, porque segundo dizia...

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, já ultrapassou largamente o seu tempo, já lhe foi concedida tolerância de cerca de dois minutos.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Certo. Não leio mais.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Falta muito para terminar Senho Deputado?

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Falta uma página. Mas vão saber isto.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pode entregar na íntegra a exposição que tinha feito para ler. A opção é sua, tem esse direito.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *LUÍS ESTEVES* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sendo este o último ponto, venho aqui na qualidade de Presidente agradecer à Câmara Municipal de Mirandela, à Proteção Civil, aos Bombeiros, à GNR, às pessoas que trabalham nos Centros de Saúde e a todos os Técnicos de Farmácias que nos ajudaram a resolver vários problemas em relação às nossas aldeias.

Queria agradecer também pessoalmente à Senhora Presidente por nos ter ajudado relativamente ao problema do acidente da família de etnia cigana que houve na estrada 154 que estava numa situação complicada, porque o carro ficou ao abandono, era de uma família de etnia cigana, mas estava no nome de outra pessoa, na qual teve que intervir, sendo que o problema depois se resolveu.

Também resolvi vir aqui por causa do investimento de que se fala em Barcel. Quanto ao investimento que se fala que irá haver na União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, na Quinta de São Silvestre, tivemos conhecimento do investimento no mês de junho ou julho. Quando nos falaram do investimento, nos mostraram e falaram dos valores, realmente, remeti-me ao silêncio, porque se falasse daquilo chamavam-nos “loucos”.

As coisas foram decorrendo, começou-se a falar em setembro, avistei por lá várias vezes o proprietário da Quinta de São Silvestre, inclusive depois de ele adquirir a Quinta, a Junta de Freguesia precisou de uns papéis por causa de uns problemas com a zona de caça, no qual eles foram impecáveis e resolvemos a situação brevemente.

No mês de janeiro, foi apresentado o projeto aos membros da Junta de Freguesia e vi ali algo de concreto. As pessoas que vieram representar a entidade que quer fazer o investimento, vi-lhes conhecimento sobre a Quinta, sobre o Vale do Tua, sobre a nossa região, o que nos deixou um pouco surpreendidos pela positiva, no qual nos foi transmitido que iriam tentar fazer o máximo possível para resolver todos estes problemas burocráticos e que o projeto seria feito em duas fases e as duas fases em três anos. Da forma como falaram pensei que era um projeto a dez anos, mas referiram um projeto a três anos.

Como já disse várias vezes, leva-me a acreditar que possa ser possível, mas só acredito vendo.

Depois do que se falou aqui ontem, liguei à Dr.<sup>a</sup> *Ana Borges* para saber como estava a situação, porque nunca mais falei com eles. Depois de falar com ela, enviou-nos um *e-mail* que vou passar a ler para todos. Vale o que vale, mas foi o *e-mail* que nos enviou.

Recebemos o *e-mail* ontem por volta das 22 horas e dizia assim: “Este projeto, como bem sabe, é ambicioso e de uma grande dimensão. No seu desenvolvimento tem obrigatoriamente que contemplar e ter em consideração uma série de condicionantes, em sequência não só da vasta área que abrange, mas também em sequência da mesma área onde se situa. Este projeto é altamente condicionado em virtude de se situar parte em área REN, outra parte em área RAN, situa-se no âmbito do Parque Natural do Tua, junto ao Rio Tua, condicionado também pela APA. Por estas razões, o projeto encontra-se, neste momento, em fase de elaboração do projeto de infraestruturas que acompanharão o projeto de arquitetura apresentado em pedido de informação prévia. Este aditamento ao projeto destina-se a responder aos pareceres das entidades externas. Está também a ser elaborado o competente Estudo de Impacto Ambiental que será fundamental para responder a todas as exigências condicionantes do local. Infelizmente, enquanto nos encontramos a desenvolver o projeto, fomos apanhados pela pandemia que forçosamente desacelerou o desenvolvimento do projeto. Paralelamente, o promotor está a preparar a candidatura ao projeto PIN - Potencial Interesse Nacional junto do AICEP, por forma a acelerar o desenvolvimento do projeto. Conseguindo com o acompanhamento do AICEP e em função



da importância do projeto para a região sentar à mesma mesa e ao mesmo tempo todas as entidades envolvidas no licenciamento do projeto e com isso obter as competentes licenças, de forma mais célere. Como sabe, os projetos PIN tem por objetivo promover a criação de um contexto favorável ao investimento privado no interior e são acompanhados pela Comissão Permanente de Investimento ao Investidor.”

Este e-mail chegou-nos ontem por volta das 22 horas, é a informação que tenho em relação ao projeto e é o que vos posso adiantar. Não sabemos no que isto vai dar, mas o que a Junta tem feito é recebê-los com educação, facultar-lhes pequenos pormenores da Quinta de São Silvestre, como a aldeia velha de Valverde da Gestosa, que as pessoas provavelmente não conhecem. Como já disse várias vezes, leva-me a acreditar que isto possa ser possível.

Relativamente a algumas declarações que os Senhores Deputados têm feito sobre este projeto, direi que 95% são compreensíveis, quanto ao questionamento deste projeto. Por vezes custa-me é da forma como se fala e houve uma frase que me ficou - já não sei se foi na imprensa ou se foi aqui - “Quem vai investir em Barcel?”.

O que temos tentado fazer na nossa União de Freguesias é valorizar o que é nosso, porque às vezes nós próprios desvalorizamos.

Em relação ao passado de Mirandela, fomos confrontados com histórias, eu principalmente, de investimentos em Mirandela que nos passaram ao lado, que acho que se tivessem ficado em Mirandela teríamos outra qualidade de vida. Dou como exemplo uma história que me contaram do Complexo Agro-Industrial que era para ser feito em Mirandela - não sei se é verdade, não é da minha altura - mas que tanto empurraram para o Cachão que durante a noite tiveram que andar a mudar os marcos, porque já estava no termo de Vila Flor. Há umas histórias idênticas quanto à Escola Agrícola que podia estar completamente alterada e que deixaram “fugir” para Bragança ou para Vila Real.

Na minha vida particular quando as oportunidades me passam à frente tento apanhá-las com as duas mãos. Às vezes não corre bem, mas tentei. Esta Assembleia, por enquanto, tem tentado a conquista de alguma coisa. Não sabemos, mas quando chegamos ao fim pelo menos tentamos e que não nos acusem de que este projeto passou ao nosso lado.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou terminar a intervenção que iniciei no Período de Antes da Ordem do Dia.

“Foi, ainda, efetuada uma reunião extraordinária, no dia 23 de janeiro, que teve como objetivo a análise da rede escolar, o funcionamento do ano letivo e fazer o ponto de situação na descentralização de competências no âmbito da Educação.

Foram tempos difíceis, em que todos e cada um tentou ajustar-se e dar o melhor de si.

As Forças de Segurança, GNR sempre em contacto com as populações rurais, a PSP a levar trabalhos fotocopiados às crianças que não tinham computador, os Presidente de Junta... Foi tempo de muito trabalho.

As nossas crianças e jovens sentiram a escola para além das paredes a que estavam habituados. Pais, Professores, Câmara Municipal, Forças de Segurança, Juntas de Freguesia uniram esforços para que ninguém ficasse para trás. Este objetivo foi conseguido? Duvido, mas certamente que estamos mais preparados para enfrentar esta e outras pandemias futuras.

Termino citando a minha colega *Luísa Sousa* na sua definição de COVID:

Começar

Outra

Vida

Inteiramente

Diferente

-

1 catástrofe

9 resoluções:

compaixão e amor

objetividade

vitória e persistência

inteligência e eficácia

dedicação e humildade

Se assim for, já valeu a pena passar por tudo isto.”

Quero congratular-me, e com certeza comigo também todos os senhores que estão aqui presentes, pelas medalhas de ouro e prata obtidas em Nova Iorque pelos azeites produzidos no concelho de Mirandela. Acho que é motivo de júbilo para todos. Não é só porque medalhas foram para a minha Freguesia, mas também foram para outras, portanto, não foi só para aqui. Desde que Mirandela seja reconhecida internacionalmente e que seja reconhecida pelo que temos de bom, acho que todos temos que ficar contentes e felizes por isso.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É apenas dentro do clima de transparência que esta Assembleia manifestou nesta sala com as gravações, com a disponibilidade do Executivo para se disponibilizar também. Já em tempos tinha formulado o pedido para que o suporte informático do Município pudesse aceitar a publicação das Atas das Assembleias de Freguesia.

Gostaria muito que isso viesse a realizar-se também. Os nossos amigos que estão emigrados têm necessidade de saber o que se passa nas suas Freguesias e, pelo menos, lendo as Atas ficam com uma noção do que se está a passar.

----- O Senhor Deputado Municipal *PEDRO BEATO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem foi aqui falado por duas vezes ou três em casas que estavam a cair na Rua de São Miguel. Queria dizer só que essas casas pertencem a um núcleo importante de Mirandela do Século XIX e aquele espaço que vai da Praça Velha - Rua de São Mateus - Rua de Santiago - Rua da Formiga - Rua de São Miguel até ao Largo Álvaro Soares deve ser um espaço a preservar, porque é um núcleo muito importante do Século XIX. Falar de Mirandela com esse núcleo e com essa preservação é rico, sem ela torna-se muito mais pobre.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *ANDRÉ GERALDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De manhã, como o tempo foi pouco não consegui terminar os pontos que trazia preparados e vou tentar terminar agora de uma forma sucinta, até porque sou o último em tudo, sou o último das listas das Uniões, sou o último que fala na Assembleia, sou o Presidente das terras mais pequenas do concelho, mas ainda bem, por vezes os últimos são os primeiros.

Vou interpelar algumas situações diretamente à Senhora Presidente e parte delas, que sinalizarei à frente, vou pedir ao Senhor Presidente da Assembleia que registe e que no futuro me faça chegar alguma resposta. Não consegui por várias tentativas através do Executivo e vou pedir desta forma ao Senhor Presidente da Assembleia que me consiga fazer chegar por escrito.

Ontem falou-se aqui, da parte do Executivo, que está a ser criado ou já foi criado, pelo menos em Reunião de Câmara um cartão para o comércio local que foi aprovado, salvo erro, em 2,5 milhões de euros. Peço um esclarecimento à Senhora Presidente de como é que isto vai ser utilizado, que é para eu ver se realmente isto é uma fachada como têm sido os nossos sucessivos Governos há 14 ou 15 anos a salvar a Banca, ou seja, infelizmente, grande parte do dinheiro dos nossos impostos têm sido para salvar a Banca. Que eu saiba, quando estou com um problema financeiro pessoal ou qualquer um meu vizinho, a Banca nunca veio cá distribuir os lucros deles conosco. A Banca é uma empresa como outra qualquer.

Gostava que me esclarecesse os conteúdos principais de como vai funcionar este Cartão de Comércio Local. Juntamente com esta minha interpelação, gostava também que a Senhora Presidente me explicasse, a mim e à restante Assembleia, o porquê de quando foi no pico desta Pandemia terem encerrado totalmente a praça do mercado que é um espaço naturalmente aberto e arejado e os grandes grupos, os hipermercados, continuaram a laborar normalmente? Com uma restrição ou outra, mas continuaram a laborar normalmente. O leão não pode ser atacado, mas o ratinho, que é o comércio local foi parado completamente. Não sei se foram critérios que vieram diretamente do Governo ou se foi local, mas gostava que me desse uma explicação.

Por volta do dia 20 de janeiro liguei para a Câmara Municipal, diretamente para a colaboradora *Sónia Mota*, e solicitei que alguém se deslocasse à minha Freguesia, porque tinha lá alguns assuntos emergentes e precisava de ajuda para os podermos resolver. Ela aprontou-se a ir lá ter comigo numa data proposta por ela, surgiu naquele dia um imprevisto qualquer e não pode deslocar-se às minhas aldeias.

Marcou logo uns três ou quatro dias a seguir uma Reunião na Câmara Municipal que era para ter sido feita com a Senhora Presidente, acabei por ser recebido, e muito bem, pela *Sónia Mota*, porque a Senhora Presidente ter-se-ia ausentado para uma emergência e os assuntos que tinha a tratar tratei-os diretamente com a *Sónia Mota*. Nos quais eu pedia, com alguma urgência, a Equipa da Proteção Civil, que tem equipamento adequado, para a limpeza de árvores tanto em Vila Verde como em Freixeda, mais em Vila Verde do que na Freixeda. Contudo, o que me foi dito mais tarde é que já tinha sido reencaminhado o pedido à Proteção Civil e que eles a seu tempo iriam resolver a situação. Zero, mais uma vez.

Dia 25 de abril, por volta das 14h45min, uma tempestade de vento numa zona encostada à estrada municipal, em Freixeda, deitou abaixo uma das árvores que precisava de intervenção, já referida bastante tempo antes, e cortou a linha elétrica, pelo que houve uma série de casas que ficaram sem energia. Foi solicitada a reparação, pelos contactos normais de avarias da EDP, foram ligados os fios novamente, mas ficou um problema qualquer, que os técnicos não se aperceberam no momento, na parte de distribuição de energia na cabine que fornece a aldeia. Qual foi o meu espanto, por volta das 21 horas começo a receber chamadas de moradores que ainda continuavam sem energia. Volto a solicitar novamente a equipa das avarias que se aprontaram a ir novamente ao local e conseguiram reparar o restante da avaria, ficando esta série de casas sem energia até às 23h19min, que foi a hora que o técnico, a meu pedido, me mandou mensagem a dizer que a avaria estava regularizada.

Isto para dizer que se a Proteção Civil vai continuar a funcionar desta forma, acho que era melhor desistir, porque já não é a primeira vez que há estas falhas com a Proteção Civil, pelo menos no que compete à minha União de Freguesias. Assim como os ditos caminhos estruturais em que nos obrigaram a andar a fazer mapas e que ficavam na responsabilidade deles, já vamos a caminho de três anos e nunca fizeram qualquer tipo de intervenção.

Para a minha União de Freguesias tenho um serviço para começar a fazer que é uma limpeza dos caminhos com uma máquina de rastos pequena que irá começar a trabalhar dentro de 10 a 15 dias, conforme a disponibilidade do fornecedor do serviço, e não vou estar a ligar a esses caminhos anteriormente referenciados, porque com certeza derivado aos atrasos todos da Covid-19 e outras coisas não vão ser intervencionados mais uma vez.

Tenho outros assuntos que gostava de ver esclarecidos e esses vou pedir ao Senhor Presidente da Assembleia, uma vez que já foram referidos por mim aqui mais que uma vez, muitos deles já foram reportados com suporte fotográfico.

Continuamos a ter um carro abandonado, vai a caminho de dois anos e meio, em Vila Verde.

Uma situação numa curva perigosa entre Vila Verde e Freixeda. Deslocou-se ao local uma Engenheira nomeada pela Câmara juntamente com a GNR, estiveram comigo no local já há uns meses. Não sei o que decidiram ou se é que decidiram alguma coisa, o que sei é que está tudo igual.

As limpezas das bermas da estrada continuam com todos que frequentam a estrada sabem.

Para finalizar e também para não ser maçudo, derivado ao alongar da hora, no dia 03 de fevereiro, que foi quando tive essa dita reunião com a *Sónia Mota*, foram preparados uma série de *e-mails*, cada um com seu assunto, onde está inserido o pedido do corte

das árvores e parte dos outros assuntos todos que estive a mencionar. Num dos assuntos que tinha lá, de urgência, é um caminho de acesso à ETAR da Freixeda. O caminho tem muita inclinação, as tampas de saneamento estão muito ao cima do caminho e o caminho é complicado de se intervencionar, ou seja, cada vez que há uma “chuvada” mais forte aquilo fica um pandemónio.

Também quero alertar aqui na Assembleia, não sei quem fiscaliza a parte das ETAR's, porque a descarga da ETAR para a linha de água está a ficar com uma aparência muito esquisita, ou seja, a água está a vir para fora bastante suja. Ultimamente tenho frequentado o caminho com alguma frequência, tenho umas propriedades no sentido de quem vai para São Salvador, e tenho-me apercebido que a descarga da ETAR está com algum problema com certeza.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

São praticamente 20 horas, estamos aqui desde as 9h30 min, portanto, obrigar-me-á - estou a vê-los com ar cansado, exausto - a resumir muito rapidamente as intervenções. Proponho até que se houver alguma resposta que não seja dada que depois encaminhem, por favor, para o Senhor Presidente da Assembleia e a resposta será dada com a brevidade possível.

Relativamente à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *Cristina Passas*, de facto o canil municipal, todos sabemos, fez uma exposição que elucida bem a situação do canil municipal. Existe investimentos que são necessários, neste momento também temos um investimento paralelo no Centro de Recolha Oficial feito pela Associação de Municípios, com a participação da Câmara Municipal, portanto, vamos ter que dividir, porque o investimento no Centro de Recolha Oficial é bastante avultado. Aquilo a que nos comprometemos é a melhorar as condições daquela infraestrutura.

Quanto à Fábrica de Óleos, dizer que são problemas ambientais muito graves e, tal como tem sido reportado, há anos a mais. De facto, estas Fábricas de Óleos são necessárias para o tratamento dos bagaços. Houve um problema, que o Dr. *Jorge Pires* bem conhece, no ano passado, por causa do tratamento dos bagaços que afetou toda a olivicultura, mas tem de existir um equilíbrio entre a questão ambiental e não deixarmos de tratar, porque não há azeites premiados em Nova Iorque se não tivermos o escoamento do bagaço que tem de ser assegurado, de qualquer forma, e não podemos deixar de o fazer. Não é realmente aqui na Assembleia que vamos resolver o problema, de qualquer forma, agradeço a questão que foi levantada.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, referiu-se a outras instituições, portanto, os esclarecimentos devem ser remetidos para essas mesmas instituições, quer a associação, quer também aos Bombeiros Voluntários, uma vez que os Corpos Dirigentes, as Direções têm autonomia. Em relação à questão dos Bombeiros, obviamente que sou a responsável pela Proteção Civil Municipal, no entanto, há uma autonomia de Direção, de Corpos Dirigentes em que respeito as decisões, quer dos elementos, quer das Direções. Julgo que não nos devemos imiscuir, sob o ponto de vista da nossa responsabilidade pessoal e cívica relativamente a essas situações nem fazer comentários sobre isso. Tenho a minha opinião, não a vou expressar, mas julgo que devemos deixar essa questão para as associações que saberão ultrapassar os problemas como souberam até aqui.

Em relação ao Cachão, Vale da Sancha, limpeza da estrada, é uma questão que vou colocar. Anotei aqui, só houve um ponto que me escapou a seguir à bolsa de materiais, mas terei oportunidade, depois, de o informar sobre isso.

Quanto à questão da lixeira à entrada do Cachão, de facto houve uma participação de uma munícipe, houve rumores de que isso ia acontecer. Não existe nenhum licenciamento, a não ser o licenciamento da carpintaria, na Câmara Municipal, que era o anterior proprietário e já foi solicitada informação à Resíduos do Nordeste relativamente à situação da concessionária a alugar a algum tipo de espaço naquele local. Para já a Câmara Municipal o que tem que fazer é verificar se existe algum licenciamento. A munícipe que fez a apresentação da exposição falou na possibilidade de isso acontecer. De facto os Serviços de Fiscalização já foram lá, não havia movimentos no local e estamos a aguardar a resposta da Resíduos do Nordeste.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes*, quanto às obras estruturais – água - Vila Boa, julgo que vai ser resolvido com o furo e quanto à calçada julgo que o orçamento apresentado foi na ordem dos 50 mil euros. Entendam que temos várias obras estruturais e também estradas para qualificar, não vamos conseguir fazer tudo este ano e vamos tentar priorizar algumas situações de forma a poder chegar a todos.

Como disse na minha intervenção inicial, é muito difícil resolver em três anos assuntos que já existem há 20 e 30 anos, muitas delas relacionadas com abastecimento de água e saneamento. Temos que tentar priorizar as questões. Percebo que cada Presidente de Junta apresente aqui obras estruturais para serem executadas, mas acreditem que é manifestamente impossível sob o ponto de vista orçamental executar algumas obras. Vamos tentar fazer o mais possível, obviamente, mas sabemos que vai ser difícil acolher a todas as solicitações.

Relativamente ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, dizer que houve dois processos e dois trabalhos solicitados à Deloitte, análise de contas e recomendações de melhorias, por isso é que houve dois trabalhos especializados que foram solicitados. Foram cumpridas, como sei, todas as regras da contratação pública, aliás, nas auditorias que temos feito e que têm feito à contratação pública, todas as regras são respeitadas.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *Luís Esteves*, aquilo que referiu em relação à AICEP e ao projeto PIN, era bom que este projeto fosse para a frente, porque ia criar muitas mais-valias à Freguesia, mas também ao Concelho e ao Distrito. Vamos acreditar que vai ser possível apesar de sabermos das dificuldades que temos nestes investimentos pela inclusão na REN - Reserva Ecológica Nacional e na RAN - Reserva Agrícola Nacional.

Relativamente à Senhora Presidente de Junta de Suções *Luísa Deimãos*, agradeço a referência que fez a que ninguém fica para trás e partilho as questões ligadas ao azeite, que nos orgulha estas medalhas.

Relativamente ao Senhor Deputado *Faustino da Cunha*, vamos ver se será possível fazer a partilha das Atas das Assembleias de Freguesia. Julgo que todos gostariam de o fazer, vamos ver se a nossa plataforma consegue acolher todos.

Relativamente ao Senhor Deputado *Pedro Beato*, partilho da preocupação em relação à qualificação das ruas.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vilas Boas *André Geraldo*, pode recolher toda a informação do Cartão Comércio em [www.cartaoirandela.pt](http://www.cartaoirandela.pt). Em relação às questões que colocou, vou verificar com o Gabinete

*[Handwritten initials]*

de Apoio às Juntas de Freguesia para lhe poder dar resposta a todas as dúvidas que tem juntamente com a Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais.

Peço desculpa este tempo de resposta, mas de facto é impossível fazer mais rápido.

Quero agradecer aos colaboradores que estão aqui a trabalhar do Centro Cultural, ao Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, aliás, foi pedido uma salva de palmas a todos, aos Serviços de Informática que também estão aqui presentes, pelo trabalho e pelos cuidados que tiveram para que tudo funcionasse bem e com o cumprimento das normas da Autoridade de Saúde. Esperemos que saíamos todos como entramos, com saúde e que tudo corra bem.

Muito obrigada a todos.

## 2.º Período de Intervenção do Público

### 5. Público - 2.º Período de Intervenção.

----- Não houve qualquer intervenção do público.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 20 horas.

O Presidente da Assembleia Municipal;

*[Handwritten signature]*  
Luís Augusto de Melo Guimarães

A Primeira Secretária;

*[Handwritten signature]*  
Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;

*[Handwritten signature]*  
José António Costa Ferreira